

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA KARINA ADELINA SCHWARTZ
PREGOEIRA DA PREFEITURA DE VITÓRIA/ES.**

Processo Administrativo: 591296/2019

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° 020/2020/PMV

FACTON ENGENHARIA E GEOINFORMALÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 22.793.864/0001-40, sediada à Rua Oswaldo Cruz, n° 117, Jardim Primavera, Piraquara/PR, CEP 83.302-140, por meio de sua representante legal, **FABÍOLA CRISTINA RODRIGUES CAMARGO TÁVORA**, brasileira, inscrita no CPF sob o n° 030.413.439-24, através de seus advogados abaixo assinados, com procuração anexa e endereço à Av. Des. Santos Neves, 398, 505, Vitória, Espírito Santo e endereço eletrônico contato@dclsadvogados.adv.br, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 41, § 1º da Lei n° 8.666/93 e tempestivamente, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

de Pregão Eletrônico N° 020/2020, a fim de corrigir vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade do procedimento licitatório em tela consoante as razões de fato e de direito a seguir expostas.

PRELIMINARMENTE

Da Tempestividade

O Decreto nº10.024, de 20/09/2019, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, em seu art. 24 dispõe que *“qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública”*.

Da mesma forma, o presente Edital, no item 6, subitem 6.1. é expresso: *“A impugnação ao Edital poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, mediante documento formalizado e apresentado no endereço eletrônico do provedor indicado neste edital”*.

Tem-se que a data programada para abertura das propostas é dia 27 de agosto de 2020, conforme Quadro Resumo. Desta forma, é tempestivo a presente impugnação porque proposta no dia 24 de agosto, portanto, 03 (três) dias antes da data da Abertura das Propostas.

A Impugnante, no exercício do legítimo interesse público vem, por meio desta, apresentar impugnação, vez que o presente certame traz consigo cláusulas que comprometem a disputa.

1. DOS FATOS

A Impugnante obteve o Edital de Pregão Eletrônico através do site da Prefeitura Municipal de Vitória e, ao analisar todas as suas condições, detectou graves vícios, os quais põem em risco a ampla concorrência no certame de tanto quantos foram os prováveis interessados.

O presente Edital de Pregão Eletrônico foi lançado pela Prefeitura Municipal de Vitória tendo o seguinte objeto:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS,
COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO
AEROFOTOGRAMÉTRICO DIGITAL NA ESCALA 1:5.000 E SEU

PROCESSAMENTO, PERFILAMENTO A LASER PARA GERAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEL, A FORMAÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM/GEO, A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO, O RECADASTRAMENTO FÍSICO TERRITORIAL ABRANGENDO TODOS OS IMÓVEIS, LOGRADOUROS E SEGMENTOS DE FACE DE QUADRA LOCALIZADOS NA ÁREA URBANA E DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO, A ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES – PGV, SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS IMPLANTADOS.

Ocorre que do acurado exame do edital, é patente e claro o DIRECIONAMENTO do objeto licitado, uma vez que existe uma plêiade de cláusulas restritivas que criam óbices à realização de disputa com ampla concorrência e ferem, o princípio da isonomia, em completa dissonância com os princípios que regem a Administração Pública.

Por essa razão, merece urgente reparo pela autoridade administrativa o presente Edital de Pregão Eletrônico uma vez que a Administração se vê impedida de analisar oferta mais vantajosa em sua técnica e preço, impossibilitando inclusive que empresas mais capacitadas para esta contratação possam ser selecionadas.

2. DO OBJETO DA IMPUGNAÇÃO

O Edital pede em seu item 4.6.3., no qual trata das “Características e funcionalidades do Sistema”, requer 194 (cento e noventa e quatro) funcionalidades, dentre as quais apenas 41 (quarenta e uma), ou seja, 21% das exigências, não estão grifadas como obrigatórias e não se apresenta de forma clara se elas deverão ou não ser entregues ao final do trabalho.

Caso não seja necessário, questiona-se: por que constam na tabela? Caso sejam necessários, quais foram os parâmetros utilizados para que essas constassem como não obrigatórias?

Seria mais coerente deixar todas as funcionalidades como necessárias e estabelecer um percentual? Torna-se, no mínimo, estranha essas exigências, visto que **a maioria dessas**

funcionalidades só precisarão estar realmente disponíveis e operacionais após a finalização dos trabalhos, ou seja, 12 (doze) meses depois, tempo mais que suficiente para as adequações necessárias.

É importante salientar que no item 9.3.4., no qual trata **“DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA”** já se exige condições que, por si só, qualificam as empresas nesse quesito, a saber:

I. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: comprovação de que a licitante executou, na íntegra, serviço de natureza compatível com o objeto desta licitação. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço;

a) As características e/ou parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto licitado são:

- Serviços de Recadastramento Imobiliário ou Levantamento Cadastral Imobiliário ou equivalente, de pelo menos 100.000 (cem mil) unidades imobiliárias;**
- Serviços de Fornecimento de Sistema de Informações Geográficas (SIG) corporativo ou Sistema de Geoprocessamento ou equivalente, de pelo menos 100.000 (cem mil) unidades imobiliárias.**

Assim, determinada empresa que ateste tais qualificações, ou seja, de já ter prestados serviços de Recadastramento e fornecimento de Sistema de Informações Geográficas (SIG) em cidades de pelo menos 100.000 (cem mil) unidades já demonstra estar apta a prosseguir em um projeto de tais dimensões como o agora proposto, tendo por consectário lógico, total capacidade de acrescentar qualquer uma das funcionalidades que por ventura não possua no momento da concorrência, sem acarretar, no entanto, nenhum prejuízo para à Administração. Ao contrário, se observado o que dispõe o item supra citado, aumentará a concorrência, beneficiando diretamente o Município.

Ora, cada município possui suas próprias peculiaridades e especificidades, devendo o sistema a ser implantado sempre adequado às suas necessidades, sendo que ele deve ir se adaptando

à medida da execução do trabalho. Assim, é de se supor que, ao explicitar no Edital, características específicas que o sistema deve conter, é patente o direcionamento e restrição à ampla concorrência, porque é parece ser cláusula restritiva.

Analizando o caso do presente Edital, em se seguindo o certame nos termos em que está posto, **PODE-SE ANTECIPAR O VENCEDOR, QUE DEVERÁ SER O MESMO QUE GANHOU DUAS LICITAÇÕES EM DIFERENTES MUNICÍPIOS (DOC 02).** Isso pode se concluir observando os editais em anexo. Importa observar que em ambos, coincidentemente, constaram uma lista de funcionalidades praticamente idênticas a deste certame. Além do mais, a grande maioria dessas funcionalidades específicas exigidas, **SÓ SERÃO UTILIZADAS NA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS.**

Ademais, algumas exigências saltam aos olhos, como por exemplo, a que exige apresentar interface gráfica nos idiomas português, espanhol e inglês para o ambiente internet, com se depreende da leitura da tabela constante no certame:

4.6.3. Características e funcionalidades do Sistema:

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO SISTEMA EM AMBIENTE INTRANET (REDE INTERNA) E INTERNET (SITE DA PREFEITURA)		
ITEM	DESCRIÇÃO	OBRIGATORIA
1.	Ter suporte aos principais navegadores de internet atualmente disponíveis, no mínimo, Microsoft Internet Explorer, Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome	X
2.	Não necessitar instalação de plug-ins, applets, activeX ou qualquer componente nas estações cliente para seu funcionamento	X

Pregão Eletrônico nº 020/2020

§1

Pregoeiro: Karina Adelina Schwartz
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1927 – 2º piso – Bloco “B”, Bento Ferreira – Vitória / ES – CEP. 29050-945
E-mail: kaschwartz@vitoria.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

3.	Apresentar interface gráfica nos idiomas português, espanhol e inglês para o ambiente internet (acesso público através do site da Prefeitura)	X
4.	Sistema responsivo, apresentando compatibilidade com dispositivos móveis para no mínimo as Funcionalidades em ambiente internet, de acesso público que será disponibilizado através do site da Prefeitura	X
5.	Apresentar Interoperabilidade da Base dos Dados devendo utilizar padrões do Open Geospatial Consortium (OGC), no mínimo Web Map Services (WMS) e Web Feature Service (WFS)	X
	Utilizar tecnologia de cache de dados no Servidor de Mapas (tanto para as camadas vetoriais (Lote, Edificação, Quadra, etc) quando as camadas raster (Ortofoto,	

O referido item desclassificatório é claramente elemento que demonstra direcionamento. É de fácil execução, mas demanda tempo. Como o prazo previsto para a finalização dos serviços é de 12 (doze) meses, seria tempo mais que suficiente para essa e outras funcionalidades incluídas.

Igualmente, o item 10 da tabela supracitada, determina quem a empresa tenha integração com o sistema próprio da Prefeitura Municipal de Vitória, chamado de “Rede Bem Estar”.



DAL'COL, LARANJA & SÁ

— ADVOGADOS ASSOCIADOS —



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

3.	Apresentar interface gráfica nos idiomas português, espanhol e inglês para o ambiente internet (acesso público através do site da Prefeitura)	X
4.	Sistema responsivo, apresentando compatibilidade com dispositivos móveis para no mínimo as Funcionalidades em ambiente internet, de acesso público que será disponibilizado através do site da Prefeitura	X
5.	Apresentar Interoperabilidade da Base dos Dados devendo utilizar padrões do Open Geospatial Consortium (OGC), no mínimo <i>Web Map Services (WMS)</i> e <i>Web Feature Service (WFS)</i>	X
6.	Utilizar tecnologia de cache de dados no Servidor de Mapas (tanto para as camadas vetoriais (Lote, Edificação, Quadra, etc) quando as camadas raster (Ortofoto, Imagem de Satélite, etc)), visando ganho de performance no processamento e trafico de dados. As atualizações de dados espaciais previstas nas funcionalidades de edição cartográfica, quando realizadas deverão ser disponibilizadas/ atualizadas para visualização no Sistema, tanto nas estações dos usuários internos quanto dos usuários públicos que irão acessar através do site da Prefeitura, sendo este procedimento realizado de forma automatizada pelo Sistema	X
7.	Disponibilização dos dados contidos na Base de Dados através de <i>WebService/ API</i> (perante usuário autenticado), possibilitando o consumo destas informações por Sistemas externos. A licitante deverá demonstrar a documentação dos serviços disponíveis, bem como utilizar um Sistema cliente próprio ou de terceiros para comprovar seu funcionamento	X
8.	As funcionalidades de Localização devem possibilitar a busca por digitação do texto/ nome, ou parte do texto/ nome, bem como apresentar o recurso de <i>AutoComplete</i>	X
9.	A Solução apresentada, deve possibilitar duas ou mais instâncias do Servidor de Mapas operando de forma simultânea, visando ganho de performance no processamento	X
10.	Apresentar integração com o Sistema E-SUS Atenção Básica ou com o sistema próprio da Prefeitura Municipal de Vitória, chamado de "Rede Bem Estar" conforme necessidade do município, especificamente nos Cadastros de Domicílios e Pessoas/Famílias	X
11.	O Sistema deverá operar através de navegador de internet, admitindo-se para as funcionalidades de Edição Cartográfica a utilização de Sistema Desktop, desenvolvido ou customizado, desde que acessando diretamente a Base de Dados	X

É compreensível que se determine integração com o Sistema E-SUS, uma vez que é o sistema do SUS está presente em todo país, devendo ser utilizado. O que não se mostra razoável é impor restrição quanto ao sistema próprio do Município, uma vez que não é razoável exigir que as empresas de todo o Brasil, adequem seu sistema somente para participar de possível concorrência na cidade.

Repise-se que a execução do serviço durará, pelo menos, 12 (doze meses). Assim, razoável seria que a obrigação de apresentar integração com o sistema do município, se desse no final do trabalho, porque, aí sim, após vencido o certame, a empresa teria o tempo necessário para

a devida adequação, bem como conhecer as nuances dos dados que tenha levantado. Portanto, irrazoável tal exigência, pois limita em poucas empresas à participação no certame, afrontando a Lei 8.666/93.

Ademais, é de se questionar qual a real necessidade prática desses item a não ser dificultar a concorrência? Qual é o percentual da população que tem esses idiomas como único? Quantas são as empresas, em todo território nacional que apresentam integração com o sistema do município?

Esses são apenas DOIS dos casos das funcionalidades tidas como obrigatórias a serem demonstradas pelos concorrentes e que podem facilmente ser concluídas no decorrer do contrato.

Por outro lado, – e aqui reside um dos pontos fundamentais da questão que se apresenta – apesar de tais exigências (constar em outras línguas) **sequer o site da Prefeitura Municipal de Vitória apresenta interface para outras línguas, conforme pode se verificar facilmente visitando seu endereço eletrônico**. Portanto, exigência completamente descabida para que se coloque como item de desclassificação, reforçando, ainda mais, o direcionamento do certame.

Vale registrar que se entende como legítimo o fato de o Município pretender selecionar empresas capacitadas e experientes, ainda mais para o seu sistema de Georreferenciamento, quando faz exigências de diversas funcionalidades. Entretanto, ao fazê-las, não pode a Administração Pública proceder ao arrepio da Lei 8.666/1993, direcionando o certame e acarretando restrição à ampla concorrência. Para tanto, **bastaria o Município solicitar que as empresas interessadas comprovem até 70% por cento de todas as funcionalidades exigidas** e que o restante delas, devem ser entregues, no máximo, até o término dos trabalhos. Explica-se.

Cada empresa de geotecnologia possui seu próprio sistema de gestão de base de dados geográficos (SGBDG) corporativo com algumas funções e características próprias, que torna

seu sistema único. Esses sistemas têm em comum cerca de 70% das funcionalidades básicas e fundamentais para o serviço, os 30% restantes são específicos de cada sistema, pois vão acompanhando as necessidades específicas de cada município onde prestam serviços.

Nesse sentido, É CERTO QUE ESTÁ SE TENTANDO UMA AQUISIÇÃO QUE NÃO TEM MARGEM ALGUMA DE CONCORRÊNCIA ENTRE OS LICITANTES E QUE DESRESPEITA TOTALMENTE OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NOTADAMENTE O PRINCÍPIO DA ISONOMIA ENTRE OS LICITANTES, sendo este de vital importância para dar tratamento igual a todos os interessados na licitação, o que determina ser uma condição essencial para garantir competição em todos os procedimentos licitatórios.

Nessa ótica, é de fundamental importância alertar à Comissão de Licitação sobre os fatos narrados e apresentar Impugnação ao presente Edital de Pregão Eletrônico, VEZ QUE AO INSERIR NA TABELA DO SUBITEM 4.6.3, CUJO TÍTULO É “CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E FUNCIONALIDADES DO SISTEMA EM AMBIENTE INTRANET (REDE INTERNA) E INTERNET (SITE DA PREFEITURA)”, ITENS TAIS COMO O 3 E O 10, MAS NÃO SÓ, RESTRINGIU-SE A AMPLA CONCORRÊNCIA, FERINDO DE MORTE O PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DEMAIS PRINCÍPIOS E LEIS DO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO, TORNANDO A LICITAÇÃO SEM COMPETIVIDADE ALGUMA.

3. DOS FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO.

O direito de impugnar conferido a todos os cidadãos, existe para dar efetividade ao controle social sobre editais de licitação. Nesta senda, tal prerrogativa, funda-se no interesse de todos pela correção da ação administração, quando verificado qualquer vício no procedimento.

Como cediço, a Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93 veda, de forma clara e veemente, a utilização de quaisquer manobras, atos, cláusulas e/ou condições,

julgamentos e decisões que discriminem ou afastem o caráter competitivo do certame, bem como estabeleçam preferências, distinções ou situações impertinentes ou irrelevantes para especificar o objeto do contrato.

O inciso I do art. 40, da lei r. Lei estabelece que o objeto deve ser descrito no edital de licitação de forma sucinta e clara e o inciso I, do art. 3º, assim determina:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Imperioso salientar que as matérias-objeto da presente impugnação são questões pacificadas no âmbito do Tribunal de Contas da União, cabendo lembrar que segundo a Súmula nº 347/STF, “*o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público*” – podendo, assim, declarar a nulidade de qualquer ato e procedimento adotado em uma licitação que esteja em dissonância com seus preceitos, com a lei e, em especial, com o art. 3º, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93.

Não obstante, a Lei Geral de Licitações, em seu art. 7º, §5º e §6º, se posiciona expressamente contrário ao direcionamento e a concomitante restrição da competitividade ao procedimento licitatório. *In verbis*:

Art. 7º [...]

§5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

§6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

Hely Lopes Meirelles, leciona sobre tão relevante tema:

A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, que através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigule os iguais ou iguale os desiguais.

O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio do poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público¹.

Sob esse enfoque, oportuno destacar que o direcionamento em certames licitatórios é assunto quotidiana tratado pelo Tribunal de Contas da União, que em sua função maior de fiscalizador da atividade administrativa, já decidiu reiteradas vezes a respeito do assunto.

Nesse sentido, vale trazer à baila um de seus julgados sobre a matéria, *in verbis*:

(...) 9. Postos esses fatos, em especial os que demonstram possibilidade de direcionamento da concorrência em tela, é de reconhecer o *fumus boni iuris* nas ponderações apresentadas pela Unidade Técnica. De notar que o prosseguimento do certame poderá causar prejuízos ao Erário, haja visto que, em princípio, o edital não observa os princípios da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da isonomia entre os licitantes, uma vez que há indícios de favorecimento à empresa Politec Ltda. Ressalta-se, adicionalmente, o elevado valor envolvido – cerca de R\$ 8.670.000,00 (oito milhões, seiscentos e setenta mil reais).” (Decisão 819/2000 – Plenário)

Assim, em suma, observamos que não foram suficientemente ilididos os questionamentos em tela, podendo-se concluir pela responsabilidade da presidente (como de todos os membros) da CLP, por agir de forma ao menos omissiva, permitindo que houvesse o direcionamento, os sobrepreços e o favorecimento questionados. Por isso, sujeita-se a responsável à multa prevista no art. 43, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, na proporção, opinamos, de 15% (RI-TCU, art. 220, inc. III).”(ACÓRDÃO Nº 105/2000 – TCU – Plenário AC-0105-20/00-P).

Importante salientar que qualquer exigência qualitativa ou quantitativa que, de algum modo, sob qualquer ângulo, restrinja a competitividade, DEVE SER RECHAÇADA. Inclusive, não é demais lembrar que a própria Lei n.º 8.666/93 está carregada de tópicos de preocupação, acerca da responsabilização de eventuais responsáveis da disputa por:

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed Ed. Malheiros Editores. São Paulo:2002. pg. 262

- a) imposição de restrições indevidas à ampla concorrência;
- b) elaboração imprecisa de editais e
- c) inclusão de cláusulas que denotam o direcionamento do procedimento licitatório.

Dando respaldo a esse poder de cautela, o art. 82 ordena que os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos da lei de licitações, além das sanções próprias administrativas previstas, "*sujeitam-se à responsabilidade civil e criminal*".

Acrescente-se que por restrições que possam ser consideradas indevidas e preferências injustificáveis podem ser enquadradas criminalmente no artigo 90 do Estatuto Licitatório².

Não é demais lembrar que, em havendo excessiva intromissão estatal em relação às regras de competição, esta tornar-se-á restritiva, ou seja, poderá acarretar favorecimentos ou mesmo a quebra do princípio da competição, consignado no art. 170, inciso IV da Constituição Federal, inclusive o parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 5.450/05³ que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, faz referência a tal princípio.

Assim, os fundamentos jurídicos aqui expendidos são fonte de valia universal perante a sociedade brasileira, operadores do direito, e PRINCIPALMENTE AGENTES PÚBLICOS, pois constituem proteção ao sagrado interesse público maior – **razão suficiente a proclamar a RETIFICAÇÃO DO EDITAL no tocante às exigências que extrapolam os comandos legais, como foi amplamente demonstrado.**

Amparada está, portanto, a presente impugnação de acordo com o disposto no Decreto 3.555/2000; na lei 10.520/2002 e no Artigo 41 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993,

² Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:
Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

³ Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

conforme entendimento manso e pacífico do Tribunal de Contas da União de que eventuais restrições impostas no certame, devem ser amplamente justificadas e fundamentadas, sob pena de ferirem o interesse público. Caso contrário, se estará diante de cenário de direcionamento. verificada qualquer restrição em relação ao objeto da licitação, é por dever de ofício das autoridades responsáveis pelo certame, sua reforma.

Desta forma, eventuais restrições em relação ao objeto da licitação devem ter como fundamento razões aptas a justificarem que a finalidade e o interesse público reclamam por tal exigência de forma irremediável. Sem tal justificativa a restrição deve ser tomada por ilegal (art. 3º, § 1º, inc. I).

O próprio Plenário do TCU, em sede de Acórdão de nº 641/2004, entende que direcionar o edital de uma compra com as características de determinado conjunto de fornecedores **não tem nenhuma convergência com o trabalho de especificar corretamente o objeto pretendido para um determinado processo de licitação.**

Portanto, a presente impugnação tem o objetivo de afastar do presente procedimento licitatório, certas exigências técnicas feitas em extrapolação ao disposto na Lei 8.666/1993, com intuito PRINCIPALMENTE, de evitar que ocorra DIRECIONAMENTO ou RESTRIÇÃO desnecessária do universo de possíveis e MAIS capacitados competidores, obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA

O próprio Edital ora espancado afirma que as normas que disciplinam o pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, *in verbis*:

16.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, obedecidos os princípios que norteiam os atos da Administração Pública.

4 – DA AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO

Dados todos os elementos acima elencados, é aplicável ao caso o princípio da autotutela da Administração Pública. Esta, por tal princípio, possui o poder-dever de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos.

Esse princípio possui previsão em duas súmulas do STF, a saber:

Súmula nº 346: A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula nº 473: A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

A autotutela da administração tem previsão legal, inclusive, consoante art. 53, da Lei nº 9.784/99, que dispõe que a *Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.*

Quanto ao aspecto da legalidade, conforme consta na Lei 9.784/99, a Administração **deve anular seus próprios atos, quando possuírem alguma ilegalidade**. Trata-se, portanto, de um poder-dever, ou seja, **uma obrigação**. Dessa forma, o controle de legalidade, em decorrência da autotutela, pode ser realizado independentemente de provocação, pois se trata de um poder-dever de ofício da Administração.

Assim, frisa-se que em razão do princípio da busca pela verdade real, interpretando-se o caso em tela à sua luz, fazendo uso da autotutela administrativa, **a retificação do presente Edital de Pregão e consequente exclusão das características e funcionalidades do sistema, adotando critérios restritivos que impõem grave restrição à ampla concorrência, é medida que se impõe.**

5 – DOS REQUERIMENTOS

Pelo exposto, consoante aos fatos e fundamentos que balizaram a presente Impugnação, com base na Lei 8.666/1993 e suas posteriores alterações, bem como demais legislações vigentes que foram mencionadas, requer:

- a) Seja acolhida, analisada e admitida a presente Impugnação;
- b) Sejam determinados os seguintes ajustes ao presente Edital:

I – a **EXCLUSÃO dos itens 3 e 10** da tabela constante no subitem **4.6.3**, *“Características e funcionalidades do Sistema em Ambiente intranet (rede interna) e internet (site da prefeitura)”*, do item 4.6 DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO, como critério desclassificatório;

II - Seja o **item 9.3.4**, que trata da qualificação técnica, considerado como parâmetro para definir o critério de seleção da empresa mais habilitada tecnicamente para prestação do serviço.

- c) Sejam determinadas as adequações no Termo de Referência de forma a se recuperar a característica essencial da disputa, sem os graves indícios de direcionamento do certame, permitindo que haja ampla concorrência, em respeito aos princípios da isonomia, da competitividade, bem como os demais princípios que regem a Administração Pública.

Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão da Senhora Pregoeira.

Informa, outrossim, que na hipótese, ainda que remota, de não se modificar o dispositivo editalício impugnado, TAL DECISÃO CERTAMENTE NÃO PROSPERARÁ PERANTE OS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO E PODER JUDICIÁRIO.

Termos em que, espera deferimento.

Vitória/ES, 24 de agosto de 2020.

João Roberto de Sá Dal'Col
OAB/ES 17.796

Caio de Sá Dal'Col
OAB/ES 21.936

Rubens Laranja Musiello
OAB/ES 21.939

GIULIANO VALLADARES
NADER RANGEL

Assinado de forma digital por GIULIANO
VALLADARES NADER RANGEL
Dados: 2020.08.24 17:20:41 -03'00'

Giuliano Valladares Nader Rangel
OAB/ES 26.115

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.003/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA, CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO, PARA SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA E CARTOGRAFIA, ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO E SISTEMAS DE GESTÃO CORPORATIVA WEB GEORREFERENCIADO, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 511/2009 - MCIDADES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO.

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

Razão Social: _____

CNPJ Nº: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Recebemos cópia do Instrumento Convocatório da Licitação acima identificada.

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura c/ carimbo ou por extenso

Senhor Licitante:

Visando estabelecer comunicação entre esta Prefeitura e vossa Empresa, solicitamos preencher imediatamente este Recibo de Entrega e remeter à Comissão Permanente de Licitação, via e-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br.

A não remessa do Recibo nos exime da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como quaisquer informações adicionais.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2018

ABERTURA: **ÀS 09H00MIN DO DIA 12 DE ABRIL DE 2018.**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 000009828/2018

REGIME DE EXECUÇÃO: INDIRETA, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

TIPO: TÉCNICA E PREÇO.

PREÂMBULO

A Prefeitura de Anápolis, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pelo Decreto Municipal nº. 42.054/2018, torna público que fará realizar licitação na data e horário acima mencionado, na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2018**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, sob o regime de execução **INDIRETA, EMPREITADA GLOBAL**, tendo como objeto a **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia, Cartografia e Geoprocessamento, para Serviços Especiais de Engenharia e Cartografia, Atualização do Cadastro Imobiliário e Sistemas de Gestão Corporativa Web Georreferenciado**, nos termos da Portaria Nº 511/2009 - MCIDADES, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano, conforme solicitação nº. 000032/2018, em consonância com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e Lei Complementar nº. 123/2006 e suas respectivas alterações, demais normas aplicáveis à matéria, bem como pelas condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação, desde que não haja outro processo licitatório para o mesmo horário.

A(s) sessão(ões) pública(s) do(s) procedimento(s) licitatório(s) ocorrerá(ão) na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, situada à Avenida Brasil Sul nº. 200, Centro, Anápolis-GO.

O Edital poderá ser consultado no portal da Prefeitura de Anápolis www.anapolis.go.gov.br, bem como todos os documentos que compõem o processo poderão ser consultados (edital, projetos, planilhas, etc.) junto a CPL, situada à Avenida Brasil Sul, nº. 200, Centro, em Anápolis, Goiás, no horário compreendido das 09h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, podendo ainda ser solicitados via e-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br.

A participação na presente licitação implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital, Anexo(s) e Instruções, bem como a observância dos Regulamentos Administrativos e Normas Técnicas pertinentes.

É facultativo às licitantes utilizar-se de via postal para o envio das propostas e documentação, isto é, os Envelopes "DOCUMENTAÇÃO", "PROPOSTA TÉCNICA", e "PROPOSTAS DE PREÇO" conforme item 7 deste Edital, todos devidamente lacrados, entregues tempestivamente no setor, em um único envelope e endereçá-lo à Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Anápolis - Avenida Brasil nº 200, Centro, Centro Administrativo, CEP 75.075-210, Anápolis - Goiás, aos cuidados da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e com o seguinte aviso: NÃO ABRIR, bem como que se destina a participação da Concorrência Pública nº 003/2018.

1. DO OBJETO, LOCAL E REGIME DE EXECUÇÃO

1.1.OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Engenharia, Cartografia e Geoprocessamento, para Serviços Especiais de Engenharia e Cartografia, Atualização do Cadastro Imobiliário e Sistemas de Gestão Corporativa Web Georreferenciado, nos termos da Portaria Nº 511/2009 - MCIDADES, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano.

1.1.1. Regime de execução: os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de empreitada por preço global, na forma do artigo 6º, VIII, aliena "a" da Lei nº 8.666/93.

2. DA FONTE DOS RECURSOS, E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. FONTE DOS RECURSOS: Tesouro Municipal;

2.2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 18.451.1401.2914 3.3.90.39 – Fonte: 100;

3. DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO

3.1. O credenciamento dos representantes se dará através de Carta de Credenciamento ou Procuração Pública ou Particular, passada pela licitante, assinada por quem de direito, outorgando ao seu representante poder para responder por ela e tomar as decisões que julgar necessárias, durante o procedimento da habilitação e abertura das propostas;

3.1.1. É necessário o reconhecimento de firma no caso de instrumento particular de procuração e carta credencial;

3.1.2. No caso do representante ser sócio da empresa, deverá apresentar documento de identificação e comprovação de que tem poderes para representar a empresa, no caso de cópias, as mesmas deverão estar devidamente autenticadas;

3.2. Somente poderão participar da presente licitação as empresas que, legalmente constituídas, comprovarem possuir em seu contrato social, objetivo pertinente ao objeto licitado, demonstrando ainda ter habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, econômico-financeira, e que atendam a todas as condições e exigências deste Edital e seus Anexos, devendo apresentar a documentação e proposta que atendam integralmente o seu objeto, **ficando vedada** à participação daquelas que:

3.2.1. Tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público;

3.2.2. Que se encontre em falência ou recuperação judicial;

3.2.3. Estejam impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração;

3.2.4. Possuam vínculos impeditivos com esta PREFEITURA, na forma do artigo 9º da Lei nº. 8.666/93;

3.2.5. Empresa ou firma entre cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo, administrativo ou sócios, que seja funcionário do Município de Anápolis.

3.2.6. Autor do projeto básico ou executivo das obras e/ou serviços, pessoa física ou empresa, da qual dito autor seja dirigente, gerente, acionista ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

3.2.7. Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

3.3. De toda documentação apresentada em cópia, poderá ser solicitado o original para conferência.

3.4. Toda documentação apresentada em fotocópia deverá estar autenticada.

3.5. Em decorrência da prerrogativa concedida pelo art. 32 da Lei Federal nº. 8.666/93, informamos que, **PREFERENCIALMENTE, SERÃO AUTENTICADOS DOCUMENTOS PELA CPL ATÉ O DIA ÚTIL ANTERIOR A DATA DO CERTAME**, salvo documentos de credenciamento.

3.6. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:

3.6.1. Para participar da licitação na condição de Microempresa -**ME** ou Empresa de Pequeno Porte - **EPP** a licitante deverá apresentar **Certidão Simplificada da Junta Comercial** e **Declaração** de sua situação de ME ou EPP para fins do tratamento diferenciado de que trata a LC n. 123/06.

3.6.2. A declaração deverá estar assinada pelo representante legal da empresa e, sob as penas da lei, deverá estar consignado não estarem inseridos nas restrições estabelecidas nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

3.6.3. Caso não o faça, a empresa será tratada sem os privilégios da citada LC 123/2006.

3.6.4. No caso das **Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP**, elas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de contratação, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº. 123/06);

3.6.5. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal das **ME/EPP**, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º, da LC 123/06 alterada pela Lei 147/2014.

3.6.5.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da lei 8666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.6.6. Se a melhor oferta não tiver sido apresentada por **ME/EPP** e não ocorrendo a contratação de **ME/EPP** em razão de irregularidade fiscal serão convocados as remanescentes que porventura sejam consideradas empatadas (§1º, do art. 44, da LC 123/06), na ordem classificatória, para o exercício do direito de apresentar nova proposta de preços inferior àquela considerada originalmente vencedora.

3.6.7. Se a contratação de **ME/EPP** que esteja dentro do critério de empate falhar é que será facultado à Administração convocar os demais licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação (§ 1º do art. 45 da LC 123/06).

3.7. Para os itens contidos no item 6.1 do Memorial Descritivo, a empresa contratada poderá terceirizar os itens relacionados a aerolevantamentos, desde que obedeça aos critérios legais e técnicos para execução dos itens.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

4.1. As empresas licitantes deverão entregar, no dia, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital, ao Presidente da CPL, sua documentação e propostas **em três envelopes** opacos, indevassáveis, rubricados, contendo na parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº. 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 003/2018
RAZÃO SOCIAL/CNPJ Nº:

ENVELOPE Nº. 02 –PROPOSTA TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 003/2018
RAZÃO SOCIAL/CNPJ Nº:

ENVELOPE Nº. 03 –PROPOSTA DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 003/2018
RAZÃO SOCIAL/CNPJ Nº:

4.2. Não será aceita a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

4.3. Os envelopes 01, 02, e 03 concernentes à Habilitação, Proposta técnica e Proposta Comercial, deverão ser entregues pelos representantes das LICITANTES, ou encaminhadas, à CPL, no dia, horário e local indicados neste EDITAL, devidamente lacrados e rubricados.

5.1 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

5.1.1. Toda a documentação deverá estar **preferencialmente**: fixada com grampo de trilho em volumes específicos, em uma única via, com suas folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, precedida de índice e contendo, ao final, o Termo de Encerramento, constando o número de folhas, assinado por representante legal ou procurador;

5.1.2. As certidões, atestados e outros documentos comprobatórios, exceto declarações, compromissos, e outros de emissão da LICITANTE, devem ser emitidos pelas autoridades e órgãos competentes e estar dentro do prazo de validade até a data prevista para a entrega dos envelopes;

5.1.3. As certidões que não tiverem especificado os prazos de validade serão aceitas com até 90 (noventa) dias a partir da data de sua expedição.

5.1.4. Nos termos do art. 32, os proponentes deverão apresentar os documentos em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, ou publicação em órgão de imprensa oficial ou ainda por autenticação direta da CPL, quando apresentados simultaneamente a cópia e o original até a data que anteceder ao dia marcado para abertura dos envelopes.

5.1.5. De toda documentação apresentada em fotocópia poderá ser solicitado o original para conferência.

6.2 – DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (APRESENTAÇÃO FACULTATIVA)

6.2.1. A **apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC**, emitido pela Prefeitura Municipal de Anápolis – GO, válido na data da apresentação dos envelopes de documentação de habilitação e propostas de preços, **substitui os documentos previstos nos itens 7.1, 7.2 e 7.3 do edital**, nos termos do art. 32, §§ 2º e 3º, da Lei de Licitações.

6.2.1.1. A Licitante que esteja com dados irregulares no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Anápolis-GO deverá atualizar as informações até o 3º (terceiro) dia anterior a data prevista para abertura do certame, ou apresentar junto à documentação de habilitação os documentos vencidos.

6.2.1.2. Na sessão de abertura, análise e julgamento da fase de habilitação a Comissão Permanente de Licitação – CPL, reserva-se o pleno direito de acessar o Sistema de Cadastro de Fornecedor da Prefeitura Municipal de Anápolis – GO, para verificar se a Licitante atende os requisitos do edital.

7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº. 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.1. Cédula de Identidade do(s) Sócio(s) Administrador(es) da empresa;

7.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

7.1.3. Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na Junta Comercial e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

7.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

7.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

7.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, consistente na apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal;

7.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da jurisdição fiscal do estabelecimento do fornecedor;

7.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento do fornecedor;

7.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), consoante disposição do art. 195, § 3º, da Constituição Federal/1988;

7.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (Lei Federal nº. 12.440/2011).

7.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo cartório competente, da sede da pessoa jurídica;

7.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com os termos de abertura e encerramento, com chancela de arquivamento na junta comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

7.3.2.1. Declaração datada e assinada pelo representante legal e contador da empresa, demonstrando a boa situação financeira da empresa, comprovada pelo atendimento dos seguintes índices financeiros:

a) Índice de liquidez geral (ILG), igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero).

Fórmula: **ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)** e,

b) Índice de liquidez corrente (ILC), igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero)

Fórmula: **ILC = Ativo Circulante / Passivo Circulante**

c) Índice de Solvência Geral (SG), igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero)

Fórmula: **ISG = Ativo Total / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo**

Onde: **AC** = Ativo Circulante; **AT** = Ativo Total; **PC** = Passivo Circulante; **ELP** = Exigível a Longo Prazo; **RLP** = Realizável a Longo Prazo.

7.3.3. No caso de sociedade anônima, apresentar também a comprovação de publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial.

7.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.4.1. Registro ou inscrição da **empresa** e do(s) **responsável(is) técnico(s)** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;

7.4.2. Atestado de capacidade técnica para comprovação de aptidão para o objeto desta licitação, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa prestou, ou vem prestando, a contento, serviço compatível com o objeto da licitação.

7.5. DOCUMENTOS DIVERSOS PARA HABILITAÇÃO

7.5.1. Declaração da licitante que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 14 (quatorze) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, conforme inc. XXXIII do art. 7º da CF/88;

7.5.2. Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação, informando que atende às exigências do edital relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e a qualificação técnica.

7.6. Não serão aceitos "protocolo de entrega", "declaração", "recibo" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

7.7. Os documentos acima referenciados deverão conter o mesmo número de CNPJ, os quais deverão corresponder ao CNPJ constante da proposta da licitante, salvo nos casos em que as documentações sejam emitidas apenas por empresa Matriz daquela vencedora do melhor lance;

7.8. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL, nos termos do art. 43, § 6º, da Lei 8.666/93.

8. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº. 02 – PROPOSTA TÉCNICA

8.1. O envelope Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA deverá ser apresentado em 1 (uma) via, e conter todos os documentos a seguir relacionados:

8.1.1. Descrição da Metodologia de execução dos serviços e produtos a serem entregues, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

8.1.2. Especificações das funcionalidades e características do Sistema de Informações Geográficas (SIG) corporativo objeto desta licitação.

8.1.3. Cronograma Físico de Execução conforme Anexo II.

8.1.4. Os Atestados de Execução e/ou Acervo Técnico para pontuação da Proposta Técnica.

8.1.5. Comprovação de equipe técnica principal mínima a ser disponibilizada conforme abaixo:

8.1.5.1. Um responsável de Cartografia que possua pelo menos uma das seguintes qualificações: Engenheiro Cartógrafo, ou Geógrafo, ou Engenheiro Agrimensor ou profissional com qualificação técnica equivalente perante a entidade de classe;

8.1.5.2. Um responsável de Levantamento Cadastral que possua pelo menos uma das seguintes qualificações: Arquiteto e Urbanista, ou Engenheiro Civil, ou Engenheiro Cartógrafo, ou Geógrafo, ou Engenheiro Agrimensor ou profissional com qualificação técnica equivalente perante a entidade de classe;

8.1.5.3. Um responsável de Geoprocessamento que possua pelo menos uma das seguintes qualificações: Arquiteto e Urbanista, ou Engenheiro Civil, ou Engenheiro Cartógrafo, ou Geógrafo, ou Engenheiro Agrimensor ou profissional com qualificação técnica equivalente perante a entidade de classe;

8.1.5.4. Um responsável de Implantação de Sistemas que possua pelo menos uma das seguintes qualificações: formação em Analista de Sistemas ou Sistemas da Informação ou profissional com qualificação técnica equivalente;

8.2. Os profissionais da equipe técnica principal deverão fazer parte do quadro técnico da proponente na data da apresentação dos documentos para Habilitação e Proposta, apresentando a seguinte documentação:

8.2.1. Comprovante de vínculo de cada profissional com a empresa, através do Contrato Social (diretor ou sócio da empresa) ou pela ata da assembléia que elegeu os diretores, ou pela apresentação da ficha de registro ou da Carteira de Trabalho (funcionário com vínculo empregatício), ou ainda, através de outro meio idôneo de vinculação;

8.2.2. Comprovante de qualificação profissional, através de Certidão de Pessoa Física do CREA ou CAU para o responsável de Cartografia, Levantamento Cadastral e Geoprocessamento, e Diploma de Formação para o responsável de Implantação de Sistemas;

8.3. Será desclassificada tecnicamente a licitante:

8.3.1. Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

8.3.2. Que não atingir a Pontuação da Proposta Técnica maior ou igual a 20 (pontos) pontos, do total de 30 (trinta) pontos possíveis;

8.3.3. Que não apresentar as Características e Funcionalidades mínimas obrigatórias para o Sistema de Informações Geográficas (SIG) corporativo, conforme disposto no Termo de Referência.

8.4. Cada licitante deverá apresentar apenas uma proposta, não sendo admitidas propostas alternativas, nem proposta que traga qualquer condicionante ou restrição.

9. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº. 03 – PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. O envelope Nº 03 – PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser apresentado em 1 (uma) via, e conter todos os documentos a seguir relacionados:

9.1.1. Conter o número do Processo e o número desta CONCORRÊNCIA PÚBLICA;

9.1.2. Ser apresentada em papel timbrado da licitante, apresentar razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e/ou endereço eletrônico (e-mail) para contato; devidamente datada e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e rubricada em todas as suas laudas, na forma prevista neste Edital;

9.1.3. Apresentar prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura dos envelopes;

9.1.4. **Declaração** que estão incluídas nos valores propostos todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, impostos, encargos sociais, que possam influir direta ou indiretamente no curso de execução dos serviços;

9.1.5. **Planilha Financeira** conforme Anexo III;

9.1.6. **Declaração** de que está ciente que terá de implantar estrutura de escritório ou filial em um prazo máximo de 60 dias após emissão de ordem de serviços durante toda a execução do contrato e respectivos aditivos;

9.1.7. **Declaração** de que é proprietária dos códigos fontes dos itens de sistemas apresentados na prova de conceito, e no caso de Falência ou concordata a empresa contratada, através de seus sócios ou herdeiros, deverão repassar todos os fontes de sistemas, sua documentação e conhecimento técnico e intelectual para o Município de Anápolis;

9.1.8. Não será admitida Planilha Financeira com quantitativos insuficientes, superestimados ou divergentes dos quantitativos constantes da Planilha estimativa, para execução dos serviços, sob pena de desclassificação;

9.1.9. Os preços cotados são de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

9.1.10. São de inteira responsabilidade do proponente o levantamento e quantificação dos materiais e serviços necessários à execução do objeto contratado. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os serviços e fornecimentos de materiais e equipamentos que se fizerem necessários para o cumprimento integral do objeto contratado.

10. DO PROCEDIMENTO, JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, E PROVA DE CONCEITO

10.1. ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01)

10.1.1. O julgamento da habilitação dos interessados será realizado à vista do exame dos documentos apresentados, abrindo-se vista as licitantes a fim de que juntamente com a Comissão, rubriquem os documentos, de conformidade com o parágrafo 2º do artigo 43 da Lei 8.666/93.

10.1.2. Não será considerada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste Edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas.

10.1.3. Na data, local e horários indicados neste Edital, a Comissão de Licitação receberá os envelopes contendo a Documentação, Proposta Técnica e Proposta de Preços;

10.1.4. A abertura dos envelopes nº 01, 02 e 03, contendo a Documentação, Proposta Técnica e a Proposta de Preços, respectivamente, será realizada em ato público, do qual se lavrará Ata Circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes, devidamente credenciados e pela Comissão de Licitação;

10.1.5. Poderá a Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência a fim de esclarecer ou complementar a instrução do processo;

10.1.6. Será considerado inabilitado o licitante que não atender todos os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos;

10.1.7. Os documentos retirados do envelope, para julgamento da habilitação, serão rubricados pelos presentes, facultando-se, aos interessados, o exame dos mesmos;

10.1.8. Caso a Comissão de Licitação julgue conveniente, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião, a fim de que se tenham melhores condições de analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir com os interessados, ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação;

10.1.9. Em nenhuma hipótese, será concedido prazo para apresentação da documentação exigida no Edital e não apresentada na reunião destinada à habilitação;

10.1.10. A Comissão Permanente de Licitação e participantes deverão rubricar todos os documentos apresentados e os envelopes lacrados, contendo as Propostas Técnica e de Preços, que ficarão em poder da Comissão, até que julgada a habilitação;

10.1.11. O não comparecimento de qualquer dos participantes à nova reunião marcada, não impedirá que ela se realize, não cabendo ao ausente o direito a reclamação de qualquer natureza;

10.1.12. Do resultado da habilitação caberá recurso suspensivo na forma definida no artigo 109 da Lei 8.666/93;

10.1.13. Transcorrido o prazo sem interposição de recursos ou, havendo desistência expressa deste ou após o julgamento dos recursos apresentados, ao licitante inabilitado serão devolvidos os envelopes n.º 02 – Proposta Técnica e n.º 03 – Proposta de Preços, intactos;

10.2. ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA (ENVELOPE Nº 02)

10.2.1. Somente serão abertos os envelopes de Proposta Técnica, das empresas previamente habilitadas pela Comissão, ficando os relativos às Propostas Técnicas e Financeira das empresas inabilitadas à sua disposição para retirá-los no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual serão inutilizados, sem quaisquer formalidades;

10.2.2. Não ocorrendo à confirmação de atendimento aos itens exigidos na Proposta Técnica ou não sendo possível sua confirmação, a proposta será desclassificada;

10.2.3. Para a pontuação da Proposta Técnica, será considerada a experiência da proponente, e as características e funcionalidades dos produtos ofertados.

10.2.4.O atendimento dos requisitos relacionados na Proposta Técnica será comprovado através de demonstração dos produtos e serviços.

10.2.5.As Propostas Técnicas serão julgadas com atribuição de pontuação máxima de 30 (trinta) pontos, referentes as etapas de maior relevância técnica e financeira, conforme abaixo:

Serviço/ Produto	Característica	Pontuação	Pontuação máxima
Levantamento Cadastral	Acervo Técnico de capacitação e experiência em Levantamento Cadastral ou Cadastro Técnico Multifinalitário ou equivalente, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)	1 ponto para cada atestado	15
Sistema de Informações Geográficas (SIG) corporativo	Atestado fornecido por pessoa Jurídica de direito Público ou Privado, comprovando que a empresa proponente executou serviços de Fornecimento/ Implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) corporativo	1 ponto para cada atestado	15
PONTUAÇÃO TÉCNICA MÁXIMA			30

10.2.6. PROVA DE CONCEITO

10.2.6.1. O atendimento dos requisitos relacionados às funcionalidades e características do Sistema, previstas no Termo de Referência, serão comprovados através de demonstração/amostra dos produtos, de modo que a licitante que não as demonstrar terá sua Proposta Técnica desclassificada.

10.2.6.2. De tal forma, após a aberturados envelopes contendo as Propostas Técnicas e pontuação das mesmas, a Comissão de Licitações iniciará a apresentação formal do Sistema, ocasião em que será verificada a conformidade dos produtos ofertados, onde todas as características e funções mínimas obrigatórias requeridas deverão apresentar plena operacionalidade, devendo ser demonstradas de maneira que todo e qualquer processamento ocorrido, seja visualizado no ato da ocorrência, não necessitando customizações posteriores de telas ou funções.

10.2.6.3. Os equipamentos necessários à demonstração são de responsabilidade do licitante, sendo colocada à sua disposição, ponto de acesso à Internet Banda Larga.

10.2.6.4. Cada empresa terá o prazo de até 3 (três) horas para apresentação do Sistema, respeitados os horários de funcionamento da Prefeitura, o que é considerado adequado e bastante para que se possa demonstrar, a contento, a adequação ou não de cada Sistema às necessidades da Administração.

10.2.6.5.Ficará a cargo da comissão técnica através de prova de conceito uma avaliação criteriosa sobre as funcionalidades de todos os sistemas.

10.2.6.6. A composição da Comissão Técnica responsável pela avaliação da Prova de Conceito foi instituída pela portaria nº 06, de 14 de março de 2017, sendo composta pelos servidores abaixo relacionados:

- Andrei Figueira dos Santos
- Cleone Raimundo da Silva
- Rafaela Bueno Silva
- Tanismare da Silva

10.2.6.7. Os sistemas serão avaliados através de apresentação pública, devidamente registrada com AUDIO e VIDEO.

10.2.7. Será desclassificada tecnicamente a licitante:

10.2.7.1. Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

10.2.7.2. Que não atingir a Pontuação da Proposta Técnica maior ou igual a 20 (vinte) pontos, do total de 30 (trinta) pontos possíveis;

10.2.7.3. Que não apresentar as Características e Funcionalidades mínimas obrigatórias para o Sistema de Informações Geográficas (SIG) corporativo, conforme disposto no Termo de Referência.

10.3. ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 03)

10.3.1. Somente serão abertos os envelopes de Proposta de Preços, das empresas previamente habilitadas tecnicamente pela Comissão Permanente de Licitação, ficando os relativos a Propostas de Preços das empresas inabilitadas à sua disposição para retirá-los no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual serão inutilizados, sem quaisquer formalidades;

10.3.2. Não ocorrendo à confirmação de atendimento aos itens exigidos na Proposta Financeira ou não sendo possível sua confirmação, a proposta será desclassificada;

10.3.3. As Propostas de Preços serão avaliadas com atribuição da pontuação máxima de 30 (trinta) pontos à Proposta de Preços que apresentar o menor preço, atribuindo-se às demais propostas, pontuação inversamente proporcional à que receber a pontuação máxima, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{PREÇO} = \left(\frac{\text{Menor preço entre as proponentes}}{\text{Preço da proposta em análise}} \right) \times 30$$

10.4. CLASSIFICAÇÃO FINAL

10.4.1. A pontuação da Proposta Técnica terá peso de 60% (sessenta por cento) e a pontuação da Proposta de Preços terá peso de 40% (quarenta por cento), sendo vencedora a licitante cuja Proposta Técnica e Proposta de Preço obtiverem a **MAIOR PONTUAÇÃO**, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{CLASSIFICAÇÃO FINAL} = (0,6 \times \text{Pontuação Técnica}) + (0,4 \times \text{Pontuação do Preço})$$

10.4.2. Concluído o julgamento, a Comissão elaborará relatório indicando as propostas classificadas e/ou desclassificadas, e o valor global de cada uma das propostas. As propostas serão classificadas em relação à **Classificação Final obtida**.

10.4.3. Verificada igualdade de condições entre duas ou mais proponentes em relação a Classificação Final, a definição do vencedor se fará, obrigatoriamente, por sorteio público.

11. DO CONTRATO, PRAZO DE VIGÊNCIA, E DA PRORROGAÇÃO

11.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta segue anexa, considerando-se as seguintes condições:

11.1.1. A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano que venha a ser causado à Administração ou a Terceiros durante a execução do objeto, o valor referente ao prejuízo apurado, será descontado do pagamento de que for credor;

11.1.2. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante o prazo de execução do termo de contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.1.3. Será de 03 (três) dias úteis o prazo para assinatura do contrato, pela adjudicatária, contados a partir da data da sua convocação, prorrogável por igual período nos termos da lei.

11.1.4. A contratada deverá apresentar no ato de sua contratação, documentos que certifiquem que a mesma se encontra devidamente inscrita no Ministério da Defesa, comprovando por meio de portaria, a sua inscrição no mínimo como categoria C, nos termos da Legislação vigente.

11.2. O prazo contratual será de 24 (vinte e quatro) meses, sendo 12 (doze) meses para execução dos serviços e entrega dos produtos, acrescido de 12 (doze) meses de suporte técnico, manutenção e atualizações tecnológicas dos Sistemas fornecidos, contados a partir da emissão da ordem de serviços, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

11.3. Para o fiel cumprimento deste contrato a CONTRATADA deverá apresentar **GARANTIA NO VALOR DE 5%** do contrato e terá seus valores atualizados nas mesmas condições daquele. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro garantia;

c) fiança bancária.

11.3.1. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato.

11.3.2. As garantias deverão possuir validade durante todo o período de execução contratual. Caso alguma garantia tenha sua validade expirada durante a vigência contratual a CONTRATADA deverá revalidá-la considerando-se a data limite da validade.

11.3.3. O depósito da garantia obedecerá ao seguinte procedimento:

a) A CONTRATADA depositará a garantia na modalidade escolhida, no Departamento do Tesouro da Secretaria Municipal da Fazenda. O depósito deverá ser efetuado, quando da assinatura do contrato;

b) O Servidor responsável emitirá Certidão na qual constará o valor da garantia e a modalidade de garantia eleita pela CONTRATADA;

c) A Certidão emitida pelo Tesouro será apresentada ao Fiscal do Contrato que anexará cópia da Certidão junto ao Contrato.

12. DO PAGAMENTO, ATUALIZAÇÃO E REAJUSTE

12.1. O pagamento à contratada será efetuado após liberação da despesa pela Controladoria. Prazo de pagamento não superior a 30 dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela (art. 40, inc. XIV da Lei 8.666/93), conforme cronograma físico-financeiro;

12.2. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, desde a data final do período de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, conforme inc. XIV, art. 40 da Lei 8.666/93;

12.2.1. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamentos;

12.3. O reajuste somente poderá ser efetivado após o transcurso de 01 (um) ano da apresentação da proposta;

12.3.1. Para reajuste utilizar-se-á a variação do IPCA/IBGE, nos termos do art. 17, § 4º, da Instrução Normativa nº. 007/2014 de 05/06/2014 da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento à contratada será efetuado contra entrega dos serviços requisitados, devidamente comprovados pela fiscalização da contratante, conforme Cronograma Físico de execução e Planilha Financeira.

13.2. Deverá ser apresentado a Nota Fiscal contendo a descrição dos serviços/materiais, quantidades (quando for o caso), valores unitários e total, comprovante de recolhimento de multas aplicadas (se houver), dos encargos sociais, e o seu aceite pelo servidor designado pela Administração, ou seja, pagamento parcelado, proporcional à entrega dos serviços, Cronograma Físico e Planilha Financeira;

13.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à contratada para as correções necessárias, sendo automaticamente alteradas as datas de vencimento, não respondendo o proponente do edital por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

14. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E DAS OBRIGAÇÕES

14.1. O objeto desta licitação será recebido:

14.1.1. Provisoriamente, após termino do serviço, eliminando todas as pendências apontadas pela fiscalização;

14.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

14.2. Não será aceita entrega parcial do serviço, nem serviço em desconformidade com o caderno de especificações, sob pena de rejeição do serviço.

14.3. O Fiscal acompanhará a execução e emitirá relatório onde constatará a conclusão ou não do serviço para emissão da nota fiscal no valor corresponde ao cronograma aprovado.

14.4. DAS OBRIGAÇÕES

14.4.1. Será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Anápolis:

14.4.1.1. Proporcionar todas as facilidades para a empresa contratada desempenhar os serviços contratados, permitindo o acesso de seus profissionais às dependências onde serão executados os serviços;

14.4.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos, relacionados a dados inconsistentes ou não encontrados, que venham a ser solicitados pela empresa contratada, bem como se responsabilizar pelo teor e entrega das informações dos mesmos;

14.4.1.3. Acompanhar o andamento dos serviços e exigir o fiel cumprimento dos serviços contratados, anotando em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas, além de determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

14.4.1.4. Fiscalizar o cumprimento das responsabilidades assumidas pela empresa contratada;

14.4.1.5. Avaliar a necessidade de correções que melhorem a qualidade da prestação dos serviços contratados;

14.4.1.6. Designar responsável para o relacionamento e acompanhamento dos serviços; Prover os recursos necessários, sob sua responsabilidade;

14.4.2. Será de responsabilidade da empresa contratada:

14.4.2.1. Utilizar somente profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência;

14.4.2.2. Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, bem como, prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Anápolis/GO;

14.4.2.3. Providenciar a confecção de todos os materiais técnicos que serão utilizados nas atividades de capacitação dos usuários;

14.4.2.4. Colaborar com a fiscalização por parte da Prefeitura Municipal de Anápolis/GO para acompanhamento da execução dos serviços descritos neste documento, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

14.4.2.5. Indicar um representante, dentre seus profissionais que atuará como Gerente de Projeto.

15. DAS PENALIDADES

15.1. Pelo descumprimento do ajuste a Adjudicatária sujeitar-se-á às seguintes penalidades, que só deixarão de ser aplicadas nos casos previstos:

- a) comprovação pela Adjudicatária, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da entrega;
- b) manifestação da unidade requisitante informando que a infração foi decorrente de fatos imputáveis à Administração;

15.1.1. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na realização programada da entrega do objeto licitado, o qual incidirá sobre o valor do serviço que deveria ser efetivado;

15.1.2. Multa de 5% (cinco por cento) por inexecução parcial do ajuste a qual incidirá sobre o valor da parcela inexecutada;

15.1.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato;

15.1.4. Multa de 1% (um por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor do contrato;

15.1.5. As multas são independentes, a aplicação de uma multa não exclui a das outras.

15.1.6. Todas as demais sanções previstas na legislação em vigor.

16. DA EXECUÇÃO:

16.1. A Prefeitura Municipal de Anápolis será responsável pela adequação dos locais que farão uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo. A adequação compreende os links de comunicação necessários para o funcionamento pleno do sistema, as redes lógicas e elétricas, mobiliário, Servidor, softwares básicos, backup, impressoras para o perfeito funcionamento de todos os sistemas a serem instalados.

16.2. Ficará a cargo da **Comissão Técnica** constituída pela portaria nº 006 de 17 de março de 2017, a fiscalização e aceite dos serviços a serem entregues pela contratada. O Sistema contratado, bem como, os bancos de dados deverão ser instalados obrigatoriamente em equipamentos que atendam aos requisitos mínimos para rodarem os softwares. Os servidores de sistemas e de armazenamento de banco de dados deverão ser dedicados e utilizados exclusivamente para o objeto contratado, de forma a garantir integridade e segurança efetiva dos dados da Prefeitura. A CONTRATADA deverá permitir periodicamente a auditoria nos bancos de dados a fim de garantir exclusividade do item anterior. Por se tratar de um projeto envolvendo tecnologias complexas, será fundamental uma boa gestão e a antecipação de ações corretivas e preventivas para resolver problemas potenciais, minimizando os riscos e garantindo o êxito do projeto. Este serviço deverá seguir a seguinte metodologia de trabalho, apoiada fortemente no planejamento, coordenação e acompanhamento da evolução das atividades para garantir a integração e o controle de objetivos, escopo, tempo, custo e qualidade em todo o ciclo de vida dos projetos: início, planejamento, execução, controle e conclusão do projeto. Uma fase importante e crítica em todo o projeto a ser considerada serão as reuniões e discussões conjuntas programadas para planejar e definir o plano de projeto, que incorporará o cronograma de atividades e a definição formal dos distintos processos-chave na gestão de projetos. A cobertura de todos esses tópicos facilitará o controle e o acompanhamento dos objetivos do projeto quanto a prazos, custo e escopo.

16.3. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá **subcontratar** partes dos serviços, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

17. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

17.1. Eventuais Impugnações ser interpostas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis anteriores ao certame, se cidadão e em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do certame, se licitante, conforme art. 41 da Lei nº. 8.666/93 e dirigidos à CPL, e protocolizados nos dias úteis das 08h00min às 18h00min, na Avenida Minas Gerais, nº. 39, Bairro Jundiá no “Rápido Jundiá”.

17.2. Os recursos deverão ser interpostos em até 05 (cinco) dias úteis posteriores ao ato administrativo proferido em conformidade com o art. 109 da Lei 8.666/93 e dirigidos à CPL, e protocolizados nos dias úteis das 08h00min às 18h00min, na Avenida Minas Gerais, nº. 39, Bairro Jundiá no “Rápido Jundiá”.

17.3. Não serão conhecidos recursos ou impugnações enviadas pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se dentro dos prazos previstos em lei as petições originais não tiverem sido protocolizadas.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

18.1. Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela CPL que deverá, subsidiariamente, valer-se das disposições legais vigentes, aplicáveis ao assunto. A Autoridade Superior se reservam prerrogativas de reexame da matéria.

18.2. No caso de eventual divergência entre este Edital e seus Anexos, prevalecerão às disposições contidas no Edital.

18.3. É facultado à CPL ou Autoridade Superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

18.4. Quaisquer consultas ou pedidos de esclarecimentos somente serão atendidos mediante solicitação formal à CPL, até 05 (cinco) dias úteis anteriores à abertura do certame, no horário comercial.

18.5. O Edital poderá ser retirado, bem como todos os documentos que compõem o processo poderão ser consultados, na Avenida Brasil Sul, nº. 200, Centro, em Anápolis, Goiás, no horário comercial, de segunda a sexta-feira, desde que levado Pen-Drive, ou ainda poderá ser solicitados através do correio eletrônico: licitacao@anapolis.go.gov.br.

19. DO CADERNO DE LICITAÇÃO

19.1. O Caderno de Licitação é composto dos seguintes anexos:

I – Memorial Descritivo/Termo de Referência;

II – Cronograma Físico;

III – Planilha Financeira;

IV - Minuta de Contrato;

V – Modelo de Proposta de Preço;

VI - Modelo de Declaração de Enquadramento como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte;

VII – Modelo de Declaração de que não emprega menores de 18 anos;

VIII – Modelo de Declaração de que não possui fatos impeditivos da sua habilitação.

Anápolis-GO, 23 de fevereiro de 2018.

Alberico Antônio Silveira de Assis
Presidente da CPL

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO/TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de Empresa Especializada em Engenharia, Cartografia e Geoprocessamento, para Serviços Especiais de Engenharia e Cartografia, Atualização do Cadastro Imobiliário e Sistemas de Gestão Corporativa Web Georreferenciado, nos termos da Portaria N° 511/2009 - MCIDADES, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano, conforme condições e especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

2. GLOSSÁRIO

- SIRGAS - Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas, é o sistema de referência geodésico para o Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) e para as atividades da Cartografia Brasileira;
- UTM – Projeção Universal Transversa de Mercator é um sistema utilizado internacionalmente para representação da superfície da terra;
- BC – Boletim Cadastral;
- IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano;
- TSU – Taxa de Serviços Urbanos;
- ITBI – Imposto sobre Transação de Bens Imóveis;
- CIP – Contribuição da Iluminação Pública;
- MDE – Modelo Digital de Elevação;
- MDT – Modelo Digital de Terreno;
- SIG – Sistema de Informações Geográficas;
- CTM – Cadastro Técnico Multifinalitário;

3. INTRODUÇÃO

3.1. O presente projeto e termo têm como objetivo apresentar as condições e especificações técnicas para a implantação de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) Corporativo e atualização do Cadastro Técnico Multifinalitário para o Município de Anápolis/GO.

3.2. Esses serviços deverão compor um conjunto de ações da prefeitura, que têm como alvo a contínua atualização cadastral do município, a otimização dos processos, a produção de dados e diagnósticos, a redução de custos, que resultam no incremento da arrecadação tributária e da justiça fiscal, social e contribuem para a modernização da máquina pública.

3.3. Nesse sentido, tendo por base os preceitos da boa gestão tributária, faz-se necessário o conhecimento do espaço físico-territorial do município, através de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) e uma base cartográfica confiável e atualizada, integrada ao sistema de gestão tributário e compartilhada com os gestores do município e todas as secretarias.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. A solução, apresentada neste Termo de Referência, justifica-se pela necessidade da modernização da Gestão Tributária, associando o SIG com os Sistemas de Gestão instalados no município, implantando o CTM no Município, que proporcionará a Prefeitura Municipal de Anápolis a obtenção de informações e diagnósticos, de forma eficiente e padronizada, eliminando a ocorrência de processos intermediários e riscos de informações incorretas ou incompletas.

4.2. A Prefeitura do município de Anápolis através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano, acredita que é necessária a contratação de serviços especializados, para criação/atualização da base de dados cartográfica do município, que permitam a implantação de ferramentas do CTM e demais serviços pertinentes ao tema.

4.3. O pleno conhecimento do sítio urbano se torna um fator fundamental para o alcance dos objetivos das ações governamentais de trato público e do bem estar social. O referido sistema servirá ainda como apoio fundamental para implantação de todos os planos setoriais desenvolvidos por qualquer secretaria do município.

4.4. Todas as ações de cunho governamental devem ser apoiadas em informações/ diagnósticos atualizados, que demonstrem as reais demandas existentes e os critérios técnicos que direcionam a tomada de decisões, para alcançar soluções otimizadas e criativas. Para tanto, precisam, também, estar apoiadas nos recursos disponíveis.

4.5. Com a disponibilidade de recursos cada vez mais reduzida é necessário planejamento, sustentado por informações precisas, originados em sistemas de gestão que permitam respostas rápidas e pontuais, para subsidiar as decisões das secretarias municipais.

4.6. As tecnologias existentes atualmente dispõem de uma gama de ferramentas e equipamentos para atuação nas áreas de levantamento cadastral de dados e de cartografia digital, as quais associadas a gerenciadores de banco de dados, resultam em sistemas com soluções para a gestão de dados geoespaciais, que resultará na busca da eficiência na gestão pública.

4.7. Atualmente a prefeitura dispõe de um acervo cadastral limitado, que foi implantado há décadas.

4.8. A atualização deste cadastro se deu de forma precária durante todos estes anos, não sendo possível um avanço tecnológico adequado às atuais ferramentas de gestão, principalmente quanto à tecnologia da informação.

4.9. É neste contexto que a Administração Municipal de Anápolis, decide investir na contratação de um sistema de informações geográficas, voltado ao cadastro multifinalitário, com fins de alcançar ferramentas modernas para colher, diagnosticar e compartilhar informações com as secretarias municipais, fazendo com que estas secretarias se envolvam no processo de forma integrada e que passem a receber informações importantes para atuação do dia a dia e principalmente nas tomadas de decisões.

4.10. O Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo deverá ser implantado com a finalidade de criar a infraestrutura municipal de informações georreferenciadas, convergindo diversas bases de informações em um ambiente integrado de geoprocessamento, composto por um repositório de dados integrando as principais bases de dados literais e territoriais do Município e um portal web para acesso às informações e mapeamento, para todas as secretarias e autarquias como também, aos munícipes, objetivando a disseminação do máximo de informações possíveis aos contribuintes e aos servidores municipais, das mais diversas secretarias, fundações e autarquias.

4.11. O grande desafio a ser superado pela Gestão Municipal é quanto à gestão dos dados e a tramitação dos dados de forma integrada. Neste cenário é entendido que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano assume papel fundamental no processo de implantação da solução, visto que esta secretaria dá suporte às demais secretarias municipais. Todas as secretarias estarão diretamente ligadas à implantação do sistema, na condição de provedores/usuários das informações, sendo inteiramente fundamental a integração de todos os dados existentes em cada secretaria municipal no cadastro Multifinalitário.

4.12. Deverão estar integrado e compartilhar informações com o Sistema Tributário Municipal da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, atendendo a demanda por dados e informações de forma especialista e especializada. Para tanto, os técnicos da contratada precisaram incorporar amplo conhecimento da estrutura de dados e características funcionais deste sistema, proporcionando aderência aos requisitos funcionais destes ao processo de integração.

4.13. Outro fator importante será a transparência no acesso e manipulação das informações, em que todos os técnicos passarão a ter a visão unificada, proporcionando maior segurança e agilidade nas informações prestadas; assim como os demais setores e autarquias que fazem uso de informações territoriais georreferenciadas.

4.14. Tendo em vista os argumentos apresentados, destaca-se a necessidade do Município de Anápolis dar o primeiro passo ao encontro desta tecnologia de informação georreferenciada, contratando serviços com essa finalidade.

4.15. Para isto faz-se necessário, além da contratação de um Sistema, também outros serviços fundamentais de obtenção de dados que permitirão a correta utilização e atualização do conhecimento do espaço físico municipal.

5. DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

5.1. FORNECIMENTO DE IMAGENS

5.1.1. A contratada deverá fornecer ao Município, ortofotos digitais coloridas, tamanho do pixel no terreno para as imagens deverá ser de 10 cm X 10 cm (GSD) ou com maior precisão, para área urbana.

5.1.2. A imagem deverá apresentar superposição longitudinal deverá ser de no mínimo 80% para área urbana, admitindo-se variação de 5%.

5.1.3. A superposição lateral entre faixas de voo contíguas deverá ser de no mínimo 40% para área urbana, admitindo-se variação de 5%.

5.1.4. A aquisição de imagens deverá ser realizada em dias claros, sem brumas, sem nuvens ou suas sombras, com céu limpo e condições atmosféricas favoráveis, onde a incidência de nuvens não deverá existir na área de cada foto.

5.1.6. As imagens deverão ser processadas, a partir de sua resolução radiométrica original, convertidas para o formato TIFF (Tagged Image File Format) sem compressão, com resolução radiométrica de 8 bits (256 níveis de cinza) por banda RGB, sem degradação, com resolução espacial de 10 cm ou com maior precisão.

5.1.7. Fornecimento de imagem de satélite georreferenciada

5.1.7.1. Deverá ser fornecida imagem digital de satélite colorida e balanceada da área do município, com GSD de 40 centímetros ou com maior precisão, com projeção UTM, referência SAD69.

5.1.7.2. A imagem digital deverá ser ortorretificada, onde o produto final deverá apresentar precisão compatível com a cartografia na escala 1:5.000 ou melhor.

5.1.7.3. A ortorretificação deverá ser realizada com o uso de Modelo Numérico do Terreno.

5.1.7.4. A imagem a ser fornecida deve apresentar data de obtenção posterior a 01/07/2017.

5.1.8. A empresa vencedora ou a subcontratada da empresa vencedora, para execução da etapa de Levantamento Aerofotogramétrico e Perfilamento a Laser, deverá comprovar previamente a inscrição e regularidade perante os órgãos competentes para realização dos serviços.

5.2. PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO

5.2.1. O sistema laser utilizado deverá ter abertura e frequência de varredura que permita a obtenção de uma nuvem de pontos com densidade mínima de 4 (quatro) pontos/ m² para área urbana.

5.2.2. Para o apoio de campo necessário a execução do perfilamento, deverá ser utilizado pontos de apoio com origem no Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) ou pontos da rede de apoio básico implantada. Esses pontos deverão estar distribuídos dentro da área coberta pelo perfilamento e de forma a atingir as precisões solicitadas e especificações do fabricante do sistema laser. As coordenadas dos pontos utilizados deverão ser determinadas por levantamento GPS, com receptores GNSS de dupla frequência, através de posicionamento relativo estático, a partir de duas estações base obedecendo as especificações da rede de apoio básico, descritas neste TR.

5.2.3. O sensor laser e sistemas embarcados deverão ser compatíveis com a execução e atendimento ao objeto deste TR.

5.2.4. O processamento dos dados do perfilamento a laser deverá ser realizada em sistemas que atendam às condições recomendadas pelo fabricante do sensor laser, utilizando equipamentos e softwares apropriados, de acordo com as necessidades do produto a ser gerado.

5.2.5. A acurácia altimétrica dos pontos processados obtidos no perfilamento deverá ser de 0,25m, ou melhor.

5.2.6. Cópia dos dados processados do perfilamento a laser, sem filtragem, deverá ser apresentada em arquivos no formato LAS, ASCII (x,y,z).

5.3. GERAÇÃO DE MODELO DIGITAL DE SUPERFÍCIE, MODELO DIGITAL DE TERRENO E GERAÇÃO DAS CURVAS-DE-NÍVEL

5.3.1. Os dados processados do perfilamento a laser deverão passar por processos de filtrações e classificação de forma a ser eliminado ruídos ocorridos no levantamento e objetos não pertinentes, de forma que o conjunto gerado de pontos refira-se somente às feições antrópicas (edificações, cercas, muros, arruamentos, calçadas, postes, etc.) e naturais (formações vegetais, rios, relevo, etc.).

5.3.2. Os dados filtrados e classificados deverão ser apresentados da seguinte forma:

5.3.2.1. Modelo Digital de Terreno (MDT), correspondente aos pontos ao nível do solo;

5.3.2.2. Modelo Digital de Superfície (MDS), correspondente a superfície do terreno.

5.3.3. Esses arquivos deverão ser apresentados nos formatos LAS, ASCII (x,y,z) e DXF.

5.3.4. A partir do MDT, deverão ser geradas curvas-de-nível com equidistância de 50 cm para área urbana.

5.3.5. Após a geração das curvas-de-nível deverá ser feita uma edição para eliminação do excesso de pontos, resíduos de curvas, rotulação das curvas e outros.

5.3.6. As curvas-de-nível deverão ser apresentadas em conjunto com a base planimétrica gerada em formato de arquivo DWG.

5.4. DA RESTITUIÇÃO ESTEREOFOTOGRAMÉTRICA, REAMBULAÇÃO E EDIÇÃO

5.4.1. A restituição estereofotogramétrica da área urbana, deverá ser realizada pelo método numérico/digital direta, em aparelhos restituidores analíticos de 1ª ordem, com precisões compatíveis para restituição em escala 1:1.000 ou melhor;

5.4.2. Os originais da restituição deverão ser produzidos na forma digital, gerando-se arquivos vetoriais, estruturados em planos de informação padronizados para todas as folhas da planta 1:1.000, distribuídos de acordo com o plano de organização apresentado pela Contratada e aprovado pelo Município;

5.4.3. Da mesma forma, deverá haver padronização na escolha dos tipos de entidades gráficas e seus atributos gráficos para representação cartográfica das diferentes feições e informações marginais, nas folhas de planta 1:1.000. A Contratada deverá apresentar uma proposta de organização lógica dos arquivos vetoriais, com vistas à aprovação do Município;

5.4.4. Para produção dos arquivos vetoriais das folhas da planta em escala 1:1.000, deverão ser restituídos:

5.4.4.1. Sistema viário (vias pavimentadas com meio-fio e sem meio-fio, vias não pavimentadas com meio-fio e sem meio-fio, vias projetadas e em construção, caminhos e trilhas);

5.4.4.2. Canteiros;

5.4.4.3. Pontes, pinguelas e bueiros;

5.4.4.4. Contornos de quadras;

5.4.4.7. Postes, torres de energia elétrica e de telecomunicações;

5.4.4.8. Praças e parques, canteiros, quadras de esporte, autódromos;

- 5.4.4.9. Piscinas;
- 5.4.4.10. Vegetação;
- 5.4.4.11. Hidrografia;
- 5.4.4.12. Curvas de nível (de 1mt);
- 5.4.4.13. Calçadas e meio fio;
- 5.4.4.14. Lotes vagos e edificados;
- 5.4.4.15. Edificações;
- 5.4.4.16. Divisa do município; e
- 5.4.4.17. Perímetro Urbano

5.4.5. Após a edição cartográfica, revisão e correção dos arquivos digitais deverá ser procedida à limpeza e estruturação topológica dos arquivos, com vistas à eliminação de falhas decorrentes dos processos de restituição e compilação/edição cartográfica, bem como garantir, principalmente:

- 5.4.5.1 - A continuidade de elementos gráficos lineares, principalmente das curvas-de-nível;
- 5.4.5.2 - O fechamento de polígonos;
- 5.4.5.3 - A eliminação de elementos duplicados ou desnecessários (fragmentos);
- 5.4.5.4 - A eliminação ou correção de "gaps" e "dangles";
- 5.4.5.5 - As ligações das partes de feições representadas em mais de uma folha;

5.5. DA GERAÇÃO DE ORTOFOTOS

5.5.1. Deverão ser geradas Ortofotos digitais coloridas, com GSD de 10 (dez) cm ou com maior precisão para área urbana;

5.5.2. Para a geração das Ortofotos digitais (Ortorretificação das imagens), deverão ser utilizadas estações fotogramétricas digitais, utilizando-se as imagens obtidas e as coordenadas e altitudes geradas na etapa de aerotriangulação, bem como os dados da Restituição e do Perfilamento a Laser

5.5.3. O sistema de coordenadas deverá ser UTM, referenciada ao referencial geodésico SIRGAS 2000.

5.5.4. As Ortofotocartas digitais coloridas deverão ser no formato TIFF para a imagem e TFW para a orientação.

5.5.5. Concluídos os procedimentos descritos acima, ter-se-á as imagens ortorretificadas individualmente. Na sequência este conjunto de imagens deverá ser mosaicado, formando assim uma imagem única de toda a área de interesse. Posteriormente esta imagem única será tratada radiometricamente, objetivando a equalização e homogeneização dos diversos tipos de cores.

5.6. LEVANTAMENTO CADASTRAL IMOBILIÁRIO E MOBILIÁRIO

5.6.1. Preliminarmente, a Contratada deverá elaborar a Planta de Referência Cadastral Georreferenciada do município, referente à área urbana e de expansão urbana, contendo os Bairros, Distrito, Setores, Quadras, Seções de Logradouro, Lotes e Edificações, onde os elementos cartográficos deverão ser representados e identificados com códigos geográficos (geocodificação) conforme abaixo:

Camada	Tipo de entidade	Geocodificação
Bairro	Polígono	Código do Bairro
Loteamento	Polígono	Código do Loteamento
Distrito	Polígono	Código do Distrito
Setor	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor
Quadra	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra
Lote	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote
Edificação/ Unidade	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Número da Edificação + Número da Unidade
Seção de Logradouro	Polilinha	Código do Logradouro + Código da Seção

Piscina	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Código da Piscina
---------	----------	---

5.6.2. A Prefeitura disponibilizará cópia do Banco de Dados Tributário, Plantas de Quadra em meio analógico, Plantas de Loteamentos, Desmembramentos, bem como todo e qualquer material cartográfico existente e que possa ser utilizado como referência aos serviços.

5.6.3. A representação gráfica das Quadras e Lotes deverá ser comparada com as Plantas de Quadras existentes, Loteamentos, Base de Dados Tributária atualmente usada no Sistema Tributário e com o Levantamento em campo realizado.

5.6.4. Proceder com a correlação cadastral, vinculando cada Lote e Edificação existentes da Base Cadastral Georreferenciada com seus respectivos registros no Banco de Dados Tributário.

5.6.5. A Base de Dados gerada, deverá ser disponibilizada no Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo, para análise e acompanhamento dos serviços pela equipe técnica municipal.

5.6.6. O Levantamento Cadastral Imobiliário será realizado na área urbana e de expansão urbana do Município, abrangendo um universo estimado de 40.000 (quarenta mil) unidades imobiliárias, compreendendo o tratamento de situação inerente aos Lotes que atualmente se encontram como baldios na Base de Dados Tributário e que em campo apresentam área construída não lançada, ou nos Lotes que apresentarem aumento da área construída superior a 30 m² (trinta metros quadrados) quando comparada a área existente no Banco de Dados Tributário, ou nos Lotes existentes em campo e não lançados, enfatizando a busca de alterações ou de inclusões de registros cadastrais singularmente conhecidos ou não conhecidos pela Prefeitura Municipal, tratamento este que fará expressar-se à realidade do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas correlatas, atendendo o que prescreve o Art. 32, § 1º e 2º da Lei Federal nº 5.172 / 1966 - Código Tributário Nacional.

5.6.6.1. Para identificação das unidades imobiliárias a serem levantadas, estimadas em 40.000 (quarenta mil), a empresa Contratada deverá utilizar as Ortofotocartas digitais coloridas com GSD de 10 cm ou com maior precisão.

5.6.7. O Levantamento georreferenciado das unidades imobiliárias enquadradas nos parâmetros acima, deverão obrigatoriamente ser obtidas através de medições em campo, não sendo admitida a utilização de medidas oriundas de Restituição, Vetorização ou qualquer forma de interpretação sobre as Ortofotocartas.

5.6.8. Quando não for possível proceder com o Levantamento cadastral de algum imóvel, deverá constar no croqui e posteriormente no Banco de Dados, qual o motivo:

- a) Proprietário ausente;
- b) Medição não autorizada pelo proprietário;
- c) Edificação não habitada/ Imóvel sem acesso;

5.6.9. Deverão ser programadas equipes para trabalhar aos sábados quando necessário, a fim de revisitar os locais em que os proprietários estavam ausentes.

5.6.10. Os atributos alfanuméricos e imagens digitais frontais de cada unidade imobiliária deverão ser coletadas através de coletores de dados digital com câmeras digitais acopladas ou integradas, com resolução mínima de 5 (cinco) megapixel, de acordo com o Boletim de Cadastro Imobiliário atualmente usado pela Prefeitura Municipal.

5.6.10.1. Todas as unidades imobiliárias que apresentarem Atividade Econômica, deverão apresentar concomitantemente ao Levantamento Cadastral Imobiliário, também o Levantamento da Atividade Econômica existente, de acordo com o Boletim de Cadastro Imobiliário atualmente usado pela Prefeitura Municipal.

5.6.11. A contratada deverá promover reuniões sempre que necessário com a equipe técnica municipal designada pela Prefeitura, visando informá-los sobre os trabalhos que estarão sendo realizados.

5.6.12. A Prefeitura definirá a prioridade e a ordem da sequência dos levantamentos a serem realizados, por Bairros, Setores ou regiões de interesse, informando a Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

5.6.13. Na sequência em que os Bairros ou Setores forem sendo levantados e processados, deverão ser preparados pela Contratada os arquivos contendo as Cartas de Notificação aos contribuintes dos imóveis que apresentarem alteração em dados cadastrais detectada, mediante texto e critérios estabelecidos pela Prefeitura.

5.6.13.1. A Notificação deverá ser gerada em arquivo no formato PDF;

5.6.13.2. Deverá constar no mínimo a foto de fachada do imóvel, Mapa de Localização destacando o Imóvel, e diferença da área construída encontrada (que será comparada com a atualmente existente no Sistema Tributário).

5.6.13.3. A notificação será impressa e enviada aos contribuintes dos imóveis pela Prefeitura.

5.6.14. A contratada deverá ministrar treinamentos periódicos de reciclagem das equipes, sobre nivelamento de conceitos, sobre utilização dos coletores de dados, sobre forma de abordagem e sobre outros assuntos correlatos aos serviços que serão desenvolvidos.

5.6.15. Todo o pessoal de campo deverá estar uniformizado e devidamente identificado por crachá impresso com seu nome, identificação da empresa e telefones da Prefeitura, para possível consulta por parte do contribuinte/ entrevistado.

5.6.16. Ficará a cargo da contratada, a geração de arquivo de dados, em layout e formato a ser definido, de todas as alterações e novos cadastros, juntamente com a empresa proprietário do atual Sistema Tributário e equipe técnica municipal.

5.7. DA ATUALIZAÇÃO FOTOGRÁFICA DOS IMÓVEIS

5.7.1. Deverá ser executada a atualização das fotografias frontais de cada unidade imobiliária existente na Base Cadastral Georreferenciada (após compatibilização com a Base de Dados existente no Sistema Tributário) contemplando o levantamento em campo de 180.000 (cento e oitenta mil) imagens, correspondentes a 180.000 unidades imobiliárias existentes.

5.7.2. Para estes imóveis, além da imagem frontal, deverá ser verificada a alteração na Utilização atualmente cadastrada (de Residencial para Comercial por exemplo), bem como a conferência da numeração predial (Número do Imóvel).

5.8. DO LEVANTAMENTO CADASTRAL DOS LOGRADOUROS

5.8.1. Deverá ser executada a atualização da Base de Dados do Cadastro de Logradouros, contemplando a coleta de atributos alfanuméricos e imagem digital frontal de cada Seção de Logradouro existente, os quais deverão ser coletados através de coletores de dados digitais com câmeras digitais acopladas ou integradas, com resolução mínima de 5 (cinco) megapixels.

5.8.2. Os cadastros a serem atualizados e/ou incluídos no Banco de Dados apresentam as seguintes tabelas:

5.8.2.1. Logradouros

- Código
- Tipo
- Nome

5.8.2.2. Seção de Logradouro

- Código do Distrito
- Código do Setor
- Código do Bairro
- Código do Logradouro
- Código da Seção
- Lado da Seção (Direito ou Esquerdo)

- Valor de metro quadrado atualmente praticado
- Tipo de Pavimentação
- Iluminação Pública (Sim ou Não)
- Limpeza Pública (Sim ou Não)
- CEP
- Mão de Direção
- Comprimento
- Imagem da Seção

5.9.SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) CORPORATIVO

5.9.1. O Sistema deverá ser dividido por Módulos, que deverão operar de forma integrada, e deverão apresentar número de licenças ilimitado, para uso exclusivo da Prefeitura Municipal.

5.9.2. Todos os Módulos deverão utilizar a mesma Base de Dados, a fim de manter a integridade, completeza e se tornar um repositório único de dados, criando um Cadastro Multifinalitário confiável e preciso.

5.9.3. A Contratada deverá fornecer o Sistema Gerenciador de Banco de Dados, seja ele Software Livre ou Proprietário, sem custos para o Município, onde o mesmo possua número de conexões ilimitadas.

5.9.4. Características e Funcionalidades mínimas Obrigatórias (CFO) e desejáveis para o Sistema:

SISTEMA CORPORATIVO PARA OPERAÇÃO EM AMBIENTE INTRANET (REDE INTERNA)		
CARACTERÍSTICA/ FUNCIONALIDADE		OBRIGATÓRIA
1	Ter suporte para os principais navegadores de internet atualmente disponíveis, no mínimo, Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome	X
2	Não necessitar da instalação/ download de plug-ins, applets ou activeX nas estações cliente para seu funcionamento	X
3	Apresentar Interoperabilidade da Base dos Dados devendo utilizar padrões do Open Geospatial Consortium (OGC)	X
4	Apresentar integração com o Sistema E-SUS Atenção Básica, especificamente nos Cadastros de Domicílios e Pessoas/Famílias;	X
5	O Sistema deverá operar através de navegador de internet, admitindo-se para as funcionalidades de Edição Cartográfica a utilização de Sistema Desktop, desenvolvido ou customizado, deste que acessando diretamente a Base de Dados corporativa, sem procedimentos de importação/ exportação de dados, e que apresente as funcionalidades mínimas exigidas	X
6	Consulta de Dados: Criação de expressões de consulta definidas pelo usuário, que permita o cruzamento de duas ou mais camadas	X
7	Consulta de Dados: Localizar imóvel através de Endereço	X
8	Consulta de Dados: Localizar imóvel através de Inscrição Imobiliária	X
9	Consulta de Dados: Localizar Edifício por nome de Edifício	
10	Consulta de Dados: Localizar Loteamento, Quadra ou Lote de Loteamento	
11	Consulta de Dados: Localizar Quadra através do número da Quadra	X
12	Consulta de Dados: Localizar Distrito através do nome do Distrito	
13	Consulta de Dados: Localizar Setor através do nome do Setor	
14	Consulta de Dados: Localizar Bairro através do nome do Bairro	X
15	Consulta de Dados: Localizar imóveis de Contribuinte através de Nome, parte do Nome ou CPF/CNPJ	X
16	Consulta de Dados: Visualização de dados dos Domicílios e composição familiar	X
17	Consulta de Dados: Visualização de dados das Pessoas/ Contribuintes	X
18	Consulta de Dados: Localizar Unidade de Saúde através de Nome	X
19	Consulta de Dados: Localizar Unidade de Saúde por tipo de atendimento	
20	Consulta de Dados: Visualização de dados de determinado imóvel apontado pelo usuário, inclusive com a imagem frontal e Planta Cartográfica do mesmo	X
21	Consulta de Dados: Visualizar o histórico de alterações cartográficas e de atributos, de determinado imóvel selecionado pelo usuário	X
22	Consulta de Dados: Geração e visualização de Memorial Descritivo de imóvel, apresentando lotes confrontantes, contribuintes confrontantes e coordenadas	X

	dos vértices	
23	Consulta de Dados: Visualização de dados de determinada Planta de Quadra apontada pelo usuário, gerada a partir da Base de Dados, listando os imóveis existentes na Quadra e Planta Cartográfica da mesma contendo os Lotes, Edificações, Logradouros, Área dos Lotes (texto), Testadas (texto), Área Construída de cada unidade (texto), Tipo de Edificação de cada unidade (texto)	X
24	Consulta de Dados: Visualização de dados dos logradouros, inclusive com as imagens das Seções	X
25	Consulta de Dados: Lista de imóveis identificados para Levantamento em campo (imóveis que apresentarem divergência de área construída), com opção de destacar no Mapa de Navegação	X
26	Consulta de Dados: Visualizar dados de Zoneamento	
27	Consulta de Dados: Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento	X
28	Consulta de Dados: Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento	X
29	Consulta de Dados: Geração e visualização nas Consultas de Viabilidade, imagem do imóvel, croqui de localização, metragens/áreas, parâmetros do zoneamento, usos permitidos ou permissíveis e código de autenticação	X
30	Consulta de Dados: Realizar Consulta de Licença Ambiental	X
31	Análise Espacial: Realizar cálculo de medidas lineares e áreas	X
32	Análise Espacial: Geração de Mapa de Calor (Hotmaps) para qualquer camada que possuir um ou mais atributos	X
33	Análise Espacial: Visualização de imóveis localizados em determinado entorno (Buffer) definido pelo usuário	
34	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A4	X
35	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A3	X
36	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A2	
37	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A1	
38	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A0	
39	Impressão/ Exportação de Dados: Exportação de camada selecionada pelo usuário para o formato SHP	X
40	Impressão/ Exportação de Dados: Exportação de camada selecionada pelo usuário para o formato KML ou KMZ	
41	Impressão/ Exportação de Dados: Os relatórios gerados deverão apresentar a opção de exportação para PDF e XLS (ou XLSX ou CSV)	X
42	Tematização: Geração de Mapas Temáticos de Valores únicos	X
43	Tematização: Geração de Mapas Temáticos de Intervalo de Classes	X
44	Tematização: Definição de cores para tematização por Valores únicos	
45	Tematização: Definição de cores para tematização por Intervalo de Classes	
46	Tematização: Definição do número de intervalos para tematização por Intervalo de Classes	
47	Estatísticas: Geração de dados estatísticos para qualquer camada que possuir um ou mais atributos	X
48	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Lote (geometria, inscrição imobiliária, área do Lote, testada (s), Logradouro e Seção de cada testada, ocupação do Lote (Baldio ou Construído) e Situação na Quadra (meio de quadra, esquina ou encravado))	X
49	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Edificação (geometria, inscrição imobiliária, área da Edificação/ Unidade, Tipo de Edificação, Pavimento da Unidade)	X
50	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Logradouro e Seções (geométrica, Código do Logradouro + Código da Seção (métrico) + Lado da Seção, comprimento)	X
51	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Quadra (geometria, Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra, área da Quadra)	X
52	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Distrito (geometria, Código do Distrito, nome do Distrito, área do Distrito)	X
53	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Setor (geometria, Código do Distrito + Código do Setor, nome do Setor, área do Setor)	X
54	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Bairro (geometria, Código do Bairro, nome do Bairro, área do Bairro)	X

55	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Bairro (geometria, Código do Bairro, nome do Bairro, área do Bairro)	X
56	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Zoneamento (geometria, Código do Zoneamento, área do zoneamento, cor do zoneamento (conforme Mapa aprovado em Lei))	X
57	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Regional de Saúde (geometria, Código da Regional)	X
58	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Área de Saúde (geometria, Código da Regional + Código da Área)	X
59	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Micro área de Saúde (geometria, Código da Regional + Código da Área + Código da Micro área)	X
60	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Unidade de Saúde (geometria, Código da Unidade de Saúde + Tipo de Unidade)	X
61	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Endemia (geometria, Código da Endemia + Tipo de Endemia)	X
62	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Vegetação (geometria, Código da Vegetação + Tipo de Vegetação)	X
63	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Hidrografia (geometria, Código da Hidrografia + Tipo de Hidrografia)	X
64	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Equipamento de Trânsito (geometria + Código do Equipamento de Trânsito + Tipo de Equipamento)	X
65	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Unidade de Ensino (geometria, Código da Unidade de Ensino + Tipo de Unidade)	X
66	Edição Cartográfica: Excluir Lote	X
67	Edição Cartográfica: Excluir Edificação/ Unidade (atualizar os campos área total construída, número de unidades no Lote, Ocupação do Lote)	X
68	Edição Cartográfica: Excluir Logradouro e Seções	X
69	Edição Cartográfica: Excluir Quadra	X
70	Edição Cartográfica: Excluir Distrito	X
71	Edição Cartográfica: Excluir Setor	X
72	Edição Cartográfica: Excluir Bairro	X
73	Edição Cartográfica: Excluir Meio-fio/Calçada	X
74	Edição Cartográfica: Excluir Zoneamento	X
75	Edição Cartográfica: Excluir Regional de Saúde	X
76	Edição Cartográfica: Excluir Área de Saúde	X
77	Edição Cartográfica: Excluir Micro área de Saúde	X
78	Edição Cartográfica: Excluir Unidade de Saúde	X
79	Edição Cartográfica: Excluir Endemia	X
80	Edição Cartográfica: Excluir Vegetação	X
81	Edição Cartográfica: Excluir Hidrografia	X
82	Edição Cartográfica: Excluir Equipamento de Trânsito	X
83	Edição Cartográfica: Excluir Unidade de Ensino	X
84	Edição Cartográfica: Realizar Desmembramentos (todos os procedimentos de cadastro envolvidos no desmembramento devem estar presentes e atualizados ao fim do processo, como atualização da área do Lote, Testada, Área Total Construída, Total de unidades)	X
85	Edição Cartográfica: Realizar Unificação de Lote (atualizar geometria, área construída, área total construída, número de unidades no Lote, Ocupação do Lote (Baldio ou Construído) e Situação na Quadra (meio de quadra, esquina ou encravado), testada (s))	X
86	Edição Cartográfica: Realizar Recodificação de Lote, Edificação, Testadas, Logradouro e Seções, Quadra, Piscina, Distrito, Setor, Bairro, Meio-Fio/Calçada e Zoneamento (todos os procedimentos de cadastro envolvidos na recodificação devem estar presentes e atualizados ao fim do processo, como recodificando um Lote, todas suas unidades devem ser recodificadas no processo)	X
87	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Contribuinte/ Proprietário	X
88	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Distrito	X
89	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Setor	X
90	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Bairro	X
91	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Quadra	X

92	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Lote	X
93	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Edificação/ Unidade	X
94	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Logradouro e Seções	X
95	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Parâmetros de Zoneamento	X
96	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar Usos de Zoneamento	X
97	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar Regional de Saúde	X
98	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar Área de Saúde	X
99	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar Micro área de Saúde	X
100	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar Unidade de Saúde	X
101	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar Endemia	X
102	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar Vegetação	X
103	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar Área de Preservação	X
104	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar Hidrografia	X
105	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar Equipamento de Trânsito	X
106	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar Unidade de Ensino	X
107	Edição de Atributos: Replicar unidades imobiliárias	X
108	Edição de Atributos: Vincular imagem de documentos (CPF, RG, CNH, etc) a determinado imóvel	X
109	Edição de Atributos: Incluir, excluir, alterar itens de cadastro, ou seja, customizar campos de dados, definindo o nome do campo e o tipo de entrada de dados (numérico, texto, seleção, multiseleção ou multiseleção com quantitativos) vinculando o mesmo a sua respectiva Camada (Layer)	X
110	Edição de Atributos: Os itens criados deverão estar disponíveis/ visíveis nas funcionalidades de Identificação/ Edição de Atributos da Camada, Mapa Temático e Criação de expressões de consultas	
111	Navegação: Aproximar (Zoom in)	X
112	Navegação: Afastar (Zoom out)	X
113	Navegação: Arrasto (Pan)	X
114	Navegação: Visão Geral (Zoom extensão)	X
115	Navegação: Visão anterior	
116	Navegação: Uso de scroll do mouse para Aproximar e Afastar	X
117	Manutenção de Usuários: Incluir, Alterar e Excluir Perfil de Usuário	X
118	Manutenção de Usuários: Incluir, Alterar e Excluir Usuários	X
119	Manutenção de Usuários: Vincular Usuário (s) a determinado Perfil	X
120	Manutenção de Usuários: Definição da utilização/ visualização de Camadas, Ferramentas e Itens de Cadastro para o Perfil	X
121	Manutenção de Usuários: Apresentar ferramenta de auditoria, permitindo visualizar as alterações/cadastros realizadas por determinado usuário, tipo de operação realizada (inclusão, alteração ou exclusão), bem como a data e hora da operação	X

SISTEMA CORPORATIVO PARA OPERAÇÃO EM AMBIENTE INTERNET (GEOPORTAL)		
CARACTERÍSTICA/ FUNCIONALIDADE		OBRIGATORIA
1	Ter suporte para os principais navegadores de internet atualmente disponíveis, no mínimo, Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome	X
2	Não necessitar da instalação/ download de plug-ins, applets ou activeX nas estações cliente para seu funcionamento	X
3	Apresentar Interoperabilidade da Base dos Dados devendo utilizar padrões do Open Geospatial Consortium (OGC)	X
4	Consulta de Dados: Localizar imóvel através de Endereço	X
5	Consulta de Dados: Localizar imóvel através de Inscrição Imobiliária	X
6	Consulta de Dados: Localizar Edifício por nome de Edifício	
7	Consulta de Dados: Localizar Loteamento, Quadra ou Lote de Loteamento	
8	Consulta de Dados: Localizar Quadra através do número da Quadra	X
9	Consulta de Dados: Localizar Distrito através do nome do Distrito	
10	Consulta de Dados: Localizar Setor através do nome do Setor	
11	Consulta de Dados: Localizar Bairro através do nome do Bairro	X
12	Consulta de Dados: Localizar Unidade de Saúde através de Nome	X

13	Consulta de Dados: Localizar Unidade de Saúde por tipo de atendimento	
14	Consulta de Dados: Visualização de dados de determinado imóvel apontado pelo usuário, inclusive com a imagem frontal e Planta Cartográfica do mesmo	X
15	Consulta de Dados: Visualização de dados dos logradouros, inclusive com as imagens das Seções	X
16	Consulta de Dados: Visualizar dados de Zoneamento	
17	Consulta de Dados: Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento	X
18	Consulta de Dados: Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento	X
19	Consulta de Dados: Geração e visualização nas Consultas de Viabilidade, imagem do imóvel, croqui de localização, metragens/áreas, parâmetros do zoneamento, usos permitidos ou permissíveis e código de autenticação	X
20	Análise Espacial: Realizar cálculo de medidas lineares e áreas	X
21	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A4	X
22	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A3	X
23	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A2	
24	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A1	
25	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A0	
26	Impressão/ Exportação de Dados: Os relatórios gerados deverão apresentar a opção de exportação para PDF e XLS (ou XLSX ou CSV)	x
27	Impressão/ Exportação de Dados: Possibilidade de exportação de determinado imóvel apontado pelo usuário, para o formado DXF ou DWG ou equivalente (para uso em Softwares CAD), contendo o Lote e todas as edificações existentes no mesmo	X
28	Tematização: Geração de Mapas Temáticos de Valores únicos	X
29	Tematização: Geração de Mapas Temáticos de Intervalo de Classes	X
30	Tematização: Definição de cores para tematização por Valores únicos	
31	Tematização: Definição de cores para tematização por Intervalo de Classes	
32	Tematização: Definição do número de intervalos para tematização por Intervalo de Classes	
33	Navegação: Aproximar (Zoom in)	X
34	Navegação: Afastar (Zoom out)	X
35	Navegação: Arrasto (Pan)	X
36	Navegação: Visão Geral (Zoom extensão)	X
37	Navegação: Visão anterior	
38	Navegação: Uso de scroll do mouse para Aproximar e Afastar	X

5.10. SISTEMA DE COLETA DE DADOS (MOBILE)

SISTEMA DE COLETA DE DADOS (MOBILE) MULTIFINALITÁRIO		
CARACTERÍSTICA/ FUNCIONALIDADE		OBRIGATORIA
1	Apresentar número de licenças ilimitado, para uso exclusivo da Prefeitura Municipal	X
2	Operar ao menos no Sistema Operacional Android	X
3	Base de Dados armazenada no dispositivo móvel em Banco de Dados	X
4	Ter seus itens de coleta configuráveis através do Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo;	X
5	Registrar data, hora e usuário de cada coleta realizada;	X

5.11. INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS

5.11.1. Para manter a integridade e consistência dos dados, qualquer ação de entrada ou modificação nos dados cadastrais dos imóveis, logradouros, bairros, distritos, setores, quadras, deverão ser realizados diretamente no Sistema de Informações Geográficas (SIG) corporativo;

5.11.2. As informações do Contribuinte, transferência de imóveis (ITBI), dados do lançamento de IPTU (valor lançado, valor pago ou parcelado, data dos pagamentos), bem como informações acerca da dívida ativa, serão disponibilizados pelo Sistema Tributário para consumo nos Sistemas previstos neste Termo de Referência.

5.11.3. As informações constantes nas fichas de Cadastro de Domicílios, Pessoas/ Famílias, constantes do E-SUS Atenção Básica, deverão ser mantidas (inclusão, exclusão e alteração) pelo Sistema de Informações Geográficas (SIG), e transferidas via processo de integração ao E-SUS.

5.11.4. A Proponente deverá fornecer o modelo de integração a ser adotado, onde em conjunto com técnicos da Prefeitura e da empresa responsável pelo Sistema Tributário, possam solucionar possíveis ajustes e correções necessárias para integração dos mesmos;

5.11.5. A integração deverá ser realizada preferencialmente via webservice;

5.12. CONVERSÃO E ADEQUAÇÃO DE DADOS MULTIFINALITÁRIOS

5.12.1. Esta etapa tem o objetivo, a consolidação das informações do Plano Diretor e dados Socioeconômicos para uso nos diversos setores da administração.

5.12.2. Informações do Plano Diretor:

5.12.2.1. Construção da Geocodificação, que consiste na criação de uma chave de ligação empregada no relacionamento entre as duas Bases de Dados (Espacial e Alfanumérica), executando este procedimento para todos os Zoneamentos;

5.12.2.2. Proceder com as rotinas de fechamento topológico, transformando o Zoneamento em polígonos fechados;

5.12.2.3. Converter e adequar a Legislação do Plano Diretor para um formato de Banco de Dados;

5.12.3. Informações Socioeconômicas:

5.12.3.1. Representação e Geocodificação das camadas espaciais:

- Regionais de Saúde;
- Áreas de Saúde;
- Micro Áreas de Saúde;
- Unidades de Saúde;
- Unidades de Ensino;

5.12.3.2. Para a camada Unidades de Saúde, os dados deverão ser obtidos através de integração para consulta com o Sistema CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), sendo que a chave de acesso será fornecida pelo Município.

5.12.3.3. Os dados socioeconômicos dos Domicílios, Pessoas/ Famílias, deverão ser obtidos para carga inicial, através de consulta ao Sistema E-SUS, sendo que a chave de acesso será fornecida pelo Município.

5.13. TREINAMENTO

5.13.1. O treinamento dos Sistemas deverão ser realizados após a implantação dos mesmos, nas dependências da CONTRATANTE e destinado ao corpo técnico municipal diretamente envolvido na operação da solução ofertada.

5.13.2. Cabe a CONTRATADA elaborar todo o material necessário para a realização dos treinamentos que deverão estar em língua portuguesa.

5.13.3. Os treinamentos devem, na medida do possível, ter cunho prático, de forma a retratar as necessidades dos técnicos municipais em suas tarefas cotidianas relacionadas às funções de manutenção.

5.13.4. O Programa de Treinamento será realizado através de duas dinâmicas:

- 5.13.4.1. Usuários (Técnicos e Gestores): Terá a duração de 180 (cento e oitenta) horas;
- 5.13.4.2. Administrador (Funções específicas de TI): Terá a duração de 20 (vinte) horas;

5.13.5. As atividades serão presenciais e realizadas nas dependências da Contratante.

5.13.6. Deverão ser disponibilizados pela Contratada os manuais e materiais necessários a realização do processo de treinamento.

5.13.7. As datas de realização do(s) treinamento(s) serão fixadas de comum acordo entre as partes

5.14. SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS

5.14.1. A Contratada deverá fornecer suporte técnico e atualização dos Sistemas a Prefeitura Municipal, por um período de 12 (doze) meses após a implantação dos mesmos.

5.14.2. Com a implantação dos Sistemas, deverão ser iniciados os serviços de suporte e manutenção que compreendem:

5.14.2.1. Manutenção preventiva e corretiva do Sistema,

5.14.2.2. Suporte ao usuário para solução de dúvidas, ocorrências de problemas não previstos e adequação de configuração;

5.14.2.3. Fornecimento e instalação de versões atualizadas ou das evoluções tecnológicas do Sistema;

5.14.2.4. Assessoria técnica aos técnicos da Administração Municipal nas operações de rotina do programa.

6. DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES EM CADA ETAPA

6.1. DA IMAGEM AÉREA

6.1.1. Dados do laser após o processamento de filtragem MDE e MDT (em formato LAS1.3eDWG);

6.1.2. Curvas-de-Nível a cada 50 cm para área urbana e a cada 1 metro para área rural, geradas a partir dos dados do Perfilamento e editadas cartograficamente.

6.1.3. Uma coleção gravada em HD externo dos arquivos digitais, correspondentes às folhas da planta da área urbana do município, na escala 1:1.000, no formato DWG;

6.1.4. Uma coleção de folhas gravada em HD externo dos arquivos digitais das Ortofotocartas, correspondentes à área do projeto, com GSD de 10 cm ou com maior precisão, no formato GEOTIFF;

6.1.5. Uma coleção de folhas gravada em HD externo dos arquivos digitais da Imagem de Satélite, correspondentes à área do projeto, com GSD de 40 cm ou com maior precisão, no formato GEOTIFF;

6.2. LEVANTAMENTO CADASTRAL MULTIFINALITÁRIO

6.2.1. Base de dados do Cadastro Imobiliário, Mobiliário e Logradouros atualizados;

6.2.2. Base de Dados espacial Geocodificada e preparada para Geoprocessamento;

6.2.3. Imagens digitais frontais das unidades imobiliárias;

6.2.4. Imagens digitais das seções de logradouro;

6.3. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6.3.1. Sistema Gerenciador de Banco de Dados licenciado, configurado e implantado;

6.3.2. Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo, em ambiente intranet, licenciado e implantado;

6.3.3. Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo, em ambiente internet (GeoPortal), licenciado, implantado e disponível no site da Prefeitura para acesso à população;

6.3.4. Sistema de Coleta de Dados (Mobile) Corporativo licenciado;

6.3.5. Aplicativo/ Webservice de integração dos Sistemas implantado.

6.3.6. Base de Dados Multifinalitária convertida e integrada ao Banco de Dados do Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo;

6.4. TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO

6.4.1. Treinamento da equipe de servidores municipais;

6.4.2. Relatório contendo a identificação de cada membro da equipe que trabalhará no desenvolvimento das atividades, bem como as respectivas funções;

6.4.3. Manuais de procedimentos e material de consulta para os treinados, para sua futura utilização.

ANEXO II
CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS		PRAZO DE EXECUÇÃO (MESES)											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
AEROFOTOGRAMETRIA													
1	Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas da área urbana , na escala de 1:5.000 ou com maior precisão												
2	Perfilamento a Laser aerotransportado, para geração de Curvas-de-Nível a cada 50 cm, MDT e MDS da área urbana												
3	Restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital da área urbana , na escala 1:1.000												
4	Geração de Ortofotocartas digitais coloridas da área urbana , com GSD de 10 cm ou com maior precisão												
5	Fornecimento de Imagem de Satélite digital colorida e georreferenciada, com GSD de 40 cm ou com maior precisão												
LEVANTAMENTO CADASTRAL MULTIFINALITÁRIO													
6	Levantamento in loco para a medição e coleta dos atributos e imagens das novas unidades imobiliárias ou ampliação de área construída												
7	Coleta da Imagem Digital dos imóveis existentes sem alteração de área construída												
8	Vetorização, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica, através de edição vetorial, representando as unidades imobiliárias												
9	Coleta dos Atributos Cadastrais e Imagem Digital das Seções de Logradouros												
10	Coleta dos Atributos Cadastrais das unidades Mobiliárias (Atividades Econômicas)												
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO													
11	Fornecimento e Implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo em ambiente intranet (Cadastro Imobiliário, Mobiliário, Logradouros, Plano Diretor, Saúde, Defesa Civil, Meio Ambiente e Educação)												
12	Fornecimento e Implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo em ambiente internet, a ser disponibilizado do site da Prefeitura (Cadastro Imobiliário, Mobiliário, Logradouros, Plano Diretor, Saúde, Defesa Civil, Meio Ambiente e Educação)												

13	Fornecimento e Implantação de Sistema de Coleta de Dados (Mobile)													
14	Customização do Sistema de Informações Geográficas (SIG) para integração com o Sistema Tributário existente na Prefeitura													
15	Conversão e adequação de dados cartográficos e de atributos (lei, parâmetros, etc) do Plano Diretor													
16	Conversão e adequação de dados cartográficos (Regionais, Áreas e Micro Áreas de Saúde) e de atributos (E-SUS)													
TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO														
17	Treinamento em Sistema de Informações Geográficas (SIG) (200 horas)													
18	Treinamento em Sistema de Coleta de Dados (Mobile) (40 horas)													
19	Suporte Técnico e atualizações do Sistema	Após entrega dos produtos												

**ANEXO III
PLANILHA FINANCEIRA**

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS		UNIDADE	QTD.	VALOR MÁXIMO (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
AEROFOTOGRAMETRIA					
1	Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas da área urbana , na escala de 1:5.000 ou com maior precisão	Km²	270	850,00	229.500,00
2	Perfilamento a Laser aerotransportado, para geração de Curvas-de-Nível a cada 50 cm, MDT e MDS da área urbana	Km²	270	1.480,00	399.600,00
3	Restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital da área urbana , na escala 1:1.000	Hora	2.000 (270 Km²)	316,66	633.333,33
4	Geração de Ortofotocartas digitais coloridas da área urbana , com GSD de 10 cm ou com maior precisão	Km²	270	670,00	180.900,00
5	Fornecimento de Imagem de Satélite digital colorida e georreferenciada, com GSD de 40 cm ou com maior precisão	Unidade	1 (922 Km²)	107.400,00	107.400,00
LEVANTAMETO CADASTRAL MULTIFINALITÁRIO					
6	Levantamento in loco para a medição e coleta dos atributos e imagens das novas unidades imobiliárias ou ampliação de área construída	Unidade Imobiliária	40.000	60,00	2.400.000,00
7	Coleta da Imagem Digital dos imóveis existentes sem alteração de área construída	Unidade Imobiliária	180.000	6,30	1.134.000,00
8	Vetorização, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica, através de edição vetorial, representando as unidades imobiliárias	Unidade Imobiliária	220.000	10,16	2.236.666,66
9	Coleta dos Atributos Cadastrais e Imagem Digital das Seções de Logradouros	Seção/ Trecho	8.000	50,00	400.000,00
10	Coleta dos Atributos Cadastrais das unidades Mobiliárias (Atividades Econômicas)	Unidade Mobiliária	10.000	53,33	533.333,33
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
11	Fornecimento e Implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo em ambiente intranet (Cadastro Imobiliário, Mobiliário, Logradouros, Plano Diretor, Saúde, Defesa Civil, Meio Ambiente e Educação)	Software Corporativo	1	1.150.000,00	1.150.000,00
12	Fornecimento e Implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo em ambiente internet, a ser disponibilizado do site da Prefeitura (Cadastro Imobiliário, Mobiliário, Logradouros, Plano Diretor, Saúde, Defesa Civil, Meio Ambiente e Educação)	Software Corporativo	1	866.666,66	866.666,66
13	Fornecimento e Implantação de Sistema de Coleta de Dados (Mobile)	Software Corporativo	1	416.666,66	416.666,66

14	Customização do Sistema de Informações Geográficas (SIG) para integração com o Sistema Tributário existente na Prefeitura	Hora	200	400,00	80.000,00
15	Conversão e adequação de dados cartográficos e de atributos (lei, parâmetros, etc) do Plano Diretor	Hora	300	400,00	120.000,00
16	Conversão e adequação de dados cartográficos (Regionais, Áreas e Micro Áreas de Saúde) e de atributos (E-SUS)	Hora	300	400,00	120.000,00
TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO					
17	Treinamento em Sistema de Informações Geográficas (SIG) (200 horas)	Pessoa	40	2.083,33	83.333,33
18	Treinamento em Sistema de Coleta de Dados (Mobile) (40 horas)	Pessoa	20	2.083,33	41.666,66
19	Suporte Técnico e atualizações do Sistema	Mês	12	20.000,00	240.000,00
VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)				11.373.066,67	

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2018 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS
E _____, NA FORMA ABAIXO:

Aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e dezessete na sede da Prefeitura Municipal de Anápolis-GO, lavrou-se o presente termo de contrato de prestação de serviços, com base no Processo Administrativo nº 000009828/2018 contendo a CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº. 003/2018, que depois de lido e achado conforme vai devidamente assinado:

a) Pelo Senhor Prefeito **ROBERTO NAVES E SIQUEIRA**, brasileiro, Prefeito de Anápolis, assistido juridicamente pela Procuradoria-Geral do Município, representando o **MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS**, com sede à _____, nesta, inscrita no CNPJ sob nº. 01.067.479/0001-46;

b) Pelo Sr. _____, brasileiro, portador do CPF, sob o nº. _____, na qualidade de _____, representando a (empresa) _____, com sede na (rua) _____, nº. _____, _____ (bairro), _____ (cidade), _____ (Estado), doravante denominado **CONTRATADO**.

c) Pelas testemunhas presentes ao ato.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

1.1. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA, CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO, PARA SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA E CARTOGRAFIA, ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO E SISTEMAS DE GESTÃO CORPORATIVA WEB GEORREFERENCIADO**, nos termos da Portaria Nº 511/2009 - MCIDADES, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano, conforme solicitação nº. 000032/2018.

1.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de empreitada por preço global, na forma do artigo 6º, VIII, alínea "a" da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E FISCAL CONTRATUAL

2.1. Para os efeitos legais, o valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____), dividido da seguinte forma:

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS		UNIDADE	QTD.	VALORES (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
AEROFOTOGRAMETRIA					
1	Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas da área urbana , na escala de 1:5.000 ou com maior precisão	Km²	270		
2	Perfilamento a Laser aerotransportado, para geração de Curvas-de-Nível a cada 50 cm, MDT e MDS da área urbana	Km²	270		

3	Restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital da área urbana , na escala 1:1.000	Hora	2.000 (270 Km ²)		
4	Geração de Ortofotocartas digitais coloridas da área urbana , com GSD de 10 cm ou com maior precisão	Km ²	270		
5	Fornecimento de Imagem de Satélite digital colorida e georreferenciada, com GSD de 40 cm ou com maior precisão	Unidade	1 (922 Km ²)		
LEVANTAMENTO CADASTRAL MULTIFINALITÁRIO					
6	Levantamento in loco para a medição e coleta dos atributos e imagens das novas unidades imobiliárias ou ampliação de área construída	Unidade Imobiliária	40.000		
7	Coleta da Imagem Digital dos imóveis existentes sem alteração de área construída	Unidade Imobiliária	180.000		
8	Vetorização, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica, através de edição vetorial, representando as unidades imobiliárias	Unidade Imobiliária	220.000		
9	Coleta dos Atributos Cadastrais e Imagem Digital das Seções de Logradouros	Seção/ Trecho	8.000		
10	Coleta dos Atributos Cadastrais das unidades Mobiliárias (Atividades Econômicas)	Unidade Mobiliária	10.000		
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
11	Fornecimento e Implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo em ambiente intranet (Cadastro Imobiliário, Mobiliário, Logradouros, Plano Diretor, Saúde, Defesa Civil, Meio Ambiente e Educação)	Software Corporativo	1		
12	Fornecimento e Implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo em ambiente internet, a ser disponibilizado do site da Prefeitura (Cadastro Imobiliário, Mobiliário, Logradouros, Plano Diretor, Saúde, Defesa Civil, Meio Ambiente e Educação)	Software Corporativo	1		
13	Fornecimento e Implantação de Sistema de Coleta de Dados (Mobile)	Software Corporativo	1		
14	Customização do Sistema de Informações Geográficas (SIG) para integração com o Sistema Tributário existente na Prefeitura	Hora	200		
15	Conversão e adequação de dados cartográficos e de atributos (lei, parâmetros, etc) do Plano Diretor	Hora	300		
16	Conversão e adequação de dados cartográficos (Regionais, Áreas e Micro Áreas de Saúde) e de atributos (E-SUS)	Hora	300		
TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO					

17	Treinamento em Sistema de Informações Geográficas (SIG) (200 horas)	Pessoa	40		
18	Treinamento em Sistema de Coleta de Dados (Mobile) (40 horas)	Pessoa	20		
19	Suporte Técnico e atualizações do Sistema	Mês	12		
VALOR TOTAL CONTRATADO (R\$)					

2.2. O presente contrato terá como fiscal o(a) Servidor(a) Sr(a). _____, conforme indicação da Secretaria Requisitante do objeto.

2.3. A critério da Administração, o contrato poderá sofrer supressão ou acréscimo até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado atualizado, desde que não ultrapasse o limite para a modalidade desta licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento à contratado será efetuado após liberação da despesa pela Controladoria. Prazo de pagamento não superior a 30 dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela (art. 40, inc. XIV da Lei 8.666/93), conforme cronograma físico-financeiro;

3.2. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, desde a data final do período de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, conforme inc. XIV, art. 40 da Lei 8.666/93;

3.2.1. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamentos;

3.3. O reajuste somente poderá ser efetivado após o transcurso de 01 (um) ano da apresentação da proposta;

3.3.1. Para reajuste utilizar-se-á a variação do IPCA/IBGE, nos termos do art. 17, § 4º, da Instrução Normativa nº. 007/2014 de 05/06/2014 da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento.

3.4. O pagamento à contratada será efetuado contra entrega dos serviços requisitados, devidamente comprovados pela fiscalização da contratante, conforme Cronograma Físico de execução e Planilha Financeira.

3.5. Deverá ser apresentado a Nota Fiscal contendo a descrição dos serviços/materiais, quantidades (quando for o caso), valores unitários e total, comprovante de recolhimento de multas aplicadas (se houver), dos encargos sociais, e o seu aceite pelo servidor designado pela Administração, ou seja, pagamento parcelado, proporcional à entrega dos serviços e Cronograma Físico-Financeiro;

3.6. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à contratada para as correções necessárias, sendo automaticamente alteradas as datas de vencimento, não respondendo o proponente do edital por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.2.1. Será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Anápolis:

- Proporcionar todas as facilidades para a empresa contratada desempenhar os serviços contratados, permitindo o acesso de seus profissionais às dependências onde serão executados os serviços;

- Prestar as informações e os esclarecimentos, relacionados a dados inconsistentes ou não encontrados, que venham a ser solicitados pela empresa contratada, bem como se responsabilizar pelo teor e entrega das informações dos mesmos;
- Acompanhar o andamento dos serviços e exigir o fiel cumprimento dos serviços contratados, anotando em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas, além de determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- Fiscalizar o cumprimento das responsabilidades assumidas pela empresa contratada;
- Avaliar a necessidade de correções que melhorem a qualidade da prestação dos serviços contratados;
- Designar responsável para o relacionamento e acompanhamento dos serviços; Prover os recursos necessários, sob sua responsabilidade;

4.2.2. Será de responsabilidade da empresa contratada:

- Utilizar somente profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência;
- Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, bem como, prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Anápolis/GO;
- Providenciar a confecção de todos os materiais técnicos que serão utilizados nas atividades de capacitação dos usuários;
- Colaborar com a fiscalização por parte da Prefeitura Municipal de Anápolis/GO para acompanhamento da execução dos serviços descritos neste documento, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- Indicar um representante, dentre seus profissionais que atuará como Gerente de Projeto.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DOS RECURSOS

5.1. FONTE DOS RECURSOS: Tesouro Municipal;

5.2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 18.122.0400.2050 – Fonte: 100;

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1. O prazo contratual será de 24 (vinte e quatro) meses, sendo 12 (doze) meses para execução dos serviços e entrega dos produtos, acrescido de 12 (doze) meses de suporte técnico, manutenção e atualizações tecnológicas dos Sistemas fornecidos, contados a partir da emissão da ordem de serviços, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA -DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO

7.1. INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS: A Prefeitura Municipal de Anápolis será responsável pela adequação dos locais que farão uso do CTM SIG. A adequação compreende os links de comunicação necessários para o funcionamento pleno do sistema, as redes lógicas e elétricas, mobiliário, microcomputadores, máquinas clientes, softwares básicos, servidores de dados e backup, impressoras para o perfeito funcionamento de todos os sistemas a serem instalados.

7.2. GESTÃO DO PROJETO: Ficará a cargo da **Comissão Técnica** constituída por decreto municipal nº 006 de 17 de março de 2017, a fiscalização e aceite dos serviços a serem entregues pela contratada. O Sistema contratado, bem como, os bancos de dados deverão ser instalados obrigatoriamente em equipamentos que atendam aos requisitos mínimos para rodarem os softwares. Os servidores de sistemas e de armazenamento de banco de dados deverão ser dedicados e utilizados exclusivamente para o objeto contratado, de forma a garantir integridade e segurança efetiva dos dados da Prefeitura; A CONTRATADA deverá permitir periodicamente a auditoria nos bancos de dados a fim de garantir exclusividade do item anterior. Por se tratar de um projeto envolvendo tecnologias complexas, será fundamental uma boa gestão e a antecipação de

ações corretivas e preventivas para resolver problemas potenciais, minimizando os riscos e garantindo o êxito do projeto. Este serviço deverá seguir a seguinte metodologia de trabalho, apoiada fortemente no planejamento, coordenação e acompanhamento da evolução das atividades para garantir a integração e o controle de objetivos, escopo, tempo, custo e qualidade em todo o ciclo de vida dos projetos: início, planejamento, execução, controle e conclusão do projeto. Uma fase importante e crítica em todo o projeto a ser considerada serão as reuniões e discussões conjuntas programadas para planejar e definir o plano de projeto, que incorporará o cronograma de atividades e a definição formal dos distintos processos-chave na gestão de projetos. A cobertura de todos esses tópicos facilitará o controle e o acompanhamento dos objetivos do projeto quanto a prazos, custo e escopo.

7.3. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá **subcontratar** partes dos serviços, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

7.4. Para o recebimento dos serviços/ou material, objeto desta contratação, o Município designará a **Equipe Técnica**, através de seus servidores responsáveis, que farão o recebimento nos termos do artigo 73, I, "a" e "b", da Lei n.º 8.666/93, da seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA MULTA

8.1. Pelo descumprimento do ajuste a contratada sujeitar-se-á às seguintes penalidades, que só deixarão de ser aplicadas nos casos previstos:

a) comprovação pela contratada, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento do serviço;

b) manifestação da unidade requisitante informando que a infração foi decorrente de fatos imputáveis à Administração;

8.1.1. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na realização programada do serviço licitado, o qual incidirá sobre o valor do serviço que deveria ser efetivado;

8.1.2. Multa de 5% (cinco por cento) por inexecução parcial do ajuste a qual incidirá sobre o valor contratado;

8.1.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato;

8.1.4. Multa de 1% (um por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor do contrato;

8.1.5. As multas são independentes. A aplicação de uma multa não exclui a das outras.

8.1.6. Todas as demais sanções previstas na legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Para o fiel cumprimento deste contrato a CONTRATADA deverá apresentar **GARANTIA NO VALOR DE 5%** do contrato e terá seus valores atualizados nas mesmas condições daquele. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro garantia;

c) fiança bancária.

9.2. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato.

9.3. As garantias deverão possuir validade durante todo o período de execução contratual. Caso alguma garantia tenha sua validade expirada durante a vigência contratual a CONTRATADA deverá revalidá-la considerando-se a data limite da validade.

9.4. O depósito da garantia obedecerá ao seguinte procedimento:

a) A CONTRATADA depositará a garantia na modalidade escolhida, no Departamento do Tesouro da Secretaria Municipal da Fazenda. O depósito deverá ser efetuado, quando da assinatura do contrato;

b) O Servidor responsável emitirá Certidão na qual constará o valor da garantia e a modalidade de garantia eleita pela CONTRATADA;

c) A Certidão emitida pelo Tesouro será apresentada ao Fiscal do Contrato que anexará cópia da Certidão junto ao Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO DE CONTRATO

10.1. O presente contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização quando:

10.1.1. O presente contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização quando:

10.1.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

10.1.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

10.1.1.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

10.1.1.4. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

10.1.1.5. A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

10.1.1.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

10.1.1.7. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

10.1.1.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

10.1.1.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

10.1.1.10. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

10.1.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

10.1.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

10.1.13. A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;

10.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

10.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

10.1.16. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

10.1.17. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

10.1.18. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.1.19. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. Parágrafo único.

10.1.20. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

11.1. O presente Contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

11.2. Vincula-se este contrato ao edital Concorrência Pública nº. 003/2018 e seus Anexos, e a proposta do contratado, nos termos do art. 55, inciso XI da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anápolis-GO, com renúncia de qualquer outro por mais especial que seja para dirimir as questões oriundas do presente ajuste contratual.

12.2. Vincula-se este contrato a Concorrência Pública nº. 003/2018 e seus Anexos, bem como à proposta do licitante vencedor, nos termos do artigo 55, inciso XI, da Lei 8.666/93.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Anápolis, em ____ de _____ de 2018.

CONTRATANTE:

ROBERTO NAVES E SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Secretário Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano

ANTÔNIO HELI DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município

CONTRATADO:

NOME CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 – NOME:

CPF:

2 – NOME:

CPF:

**ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 003/2018

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ Nº:

ENDEREÇO:

E-MAIL:

TELEFONE

Pela presente, apresentamos proposta referente à licitação supra.

a) A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados da abertura dos envelopes contendo as propostas.

b) Declaramos que todos os produtos/serviços atendem rigorosamente as especificações descritas no Memorial Descritivo, anexo ao Edital.

c) Declaramos que nos preços já estão inclusas todas as despesas necessárias à perfeita prestação dos serviços/fornecimento dos materiais, cobrindo todos os custos: encargos sociais, encargos trabalhistas, encargos previdenciários, lucros, encargos fiscais e para-fiscais, despesas diretas e indiretas.

d) Planilha Financeira:

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS		UNIDADE	QTD.	VALORES (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
AEROFOTOGRAMETRIA					
1	Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas da área urbana , na escala de 1:5.000 ou com maior precisão	Km²	270		
2	Perfilamento a Laser aerotransportado, para geração de Curvas-de-Nível a cada 50 cm, MDT e MDS da área urbana	Km²	270		
3	Restituição estereofotogramétrica planialtimétrica digital da área urbana , na escala 1:1.000	Hora	2.000 (270 Km²)		
4	Geração de Ortofotocartas digitais coloridas da área urbana , com GSD de 10 cm ou com maior precisão	Km²	270		
5	Fornecimento de Imagem de Satélite digital colorida e georreferenciada, com GSD de 40 cm ou com maior precisão	Unidade	1 (922 Km²)		
LEVANTAMETO CADASTRAL MULTIFINALITÁRIO					
6	Levantamento in loco para a medição e coleta dos atributos e imagens das novas unidades imobiliárias ou ampliação de área construída	Unidade Imobiliária	40.000		
7	Coleta da Imagem Digital dos imóveis existentes sem alteração de área construída	Unidade Imobiliária	180.000		
8	Vetorização, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica, através de edição vetorial, representando as unidades imobiliárias	Unidade Imobiliária	220.000		

9	Coleta dos Atributos Cadastrais e Imagem Digital das Seções de Logradouros	Seção/ Trecho	8.000		
10	Coleta dos Atributos Cadastrais das unidades Mobiliárias (Atividades Econômicas)	Unidade Mobiliária	10.000		
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
11	Fornecimento e Implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo em ambiente intranet (Cadastro Imobiliário, Mobiliário, Logradouros, Plano Diretor, Saúde, Defesa Civil, Meio Ambiente e Educação)	Software Corporativo	1		
12	Fornecimento e Implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo em ambiente internet, a ser disponibilizado do site da Prefeitura (Cadastro Imobiliário, Mobiliário, Logradouros, Plano Diretor, Saúde, Defesa Civil, Meio Ambiente e Educação)	Software Corporativo	1		
13	Fornecimento e Implantação de Sistema de Coleta de Dados (Mobile)	Software Corporativo	1		
14	Customização do Sistema de Informações Geográficas (SIG) para integração com o Sistema Tributário existente na Prefeitura	Hora	200		
15	Conversão e adequação de dados cartográficos e de atributos (lei, parâmetros, etc) do Plano Diretor	Hora	300		
16	Conversão e adequação de dados cartográficos (Regionais, Áreas e Micro Áreas de Saúde) e de atributos (E-SUS)	Hora	300		
TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO					
17	Treinamento em Sistema de Informações Geográficas (SIG) (200 horas)	Pessoa	40		
18	Treinamento em Sistema de Coleta de Dados (Mobile) (40 horas)	Pessoa	20		
19	Suporte Técnico e atualizações do Sistema	Mês	12		
VALOR TOTAL CONTRATADO (R\$)					

e) Valor por extenso (.....).

f) Dados Bancários: Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____
_____, de _____ de 2018.

(nome da Empresa Proponente)

(assinatura e identificação de seu responsável legal)

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE
TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 003/2018

(nome representante legal) _____ empresário ou sócio da Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte, ou Microempresário individual, (razão social) _____, com sede na _____ (endereço completo) _____, constituída nessa Junta Comercial, em ____/____/____, sob o NIRE nº. _____ e inscrita no CNPJ sob nº. _____, declara(m) para os devidos fins e sob as penas da Lei, que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu aos limites fixados nos incisos I ou II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Em atendimento as disposições da Lei Complementar nº. 123/2006, a empresa adotará em seu nome empresarial a expressão ME ou EPP.

_____, de _____ de 2018.

(nome da Empresa Proponente)

(assinatura e identificação de seu responsável legal)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 ANOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 003/2018

Pela presente **DECLARAMOS**, sob as penas da lei, que esta empresa em qualquer fase de suas atividades **não** utiliza trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho com menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (catorze) anos, em observância ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, combinado com o artigo 27, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente Declaração.

_____, de _____ de 2018.
(Local e Data)

(nome/cnpj da Empresa Proponente)

(assinatura e identificação de seu responsável legal)

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 003/2018

Pela presente **DECLARAMOS**, sob as penas da lei, que esta empresa, inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes, para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente Declaração.

_____, de _____ de 2018.
(Local e Data)

(nome/cnpj da Empresa Proponente)

(assinatura e identificação de seu responsável legal)



121319/2018	1.216,52	MARIA LUCIANA GUSMAO SIQUEIRA
121321/2018	1.216,52	MICHELLE KAROLINE VIEIRA
121324/2018	1.216,52	VANDERSON DOS SANTOS ALVES
121329/2018	1.216,52	POLLYANNE DE SOUZA BUENO
121331/2018	1.216,52	RAFF MARTINS DE OLIVEIRA JUNIOR
121332/2018	912,40	RODRIGO CARVALHO SANTOS
121337/2018	1.216,52	MAYSA PAULA DOS SANTOS
121344/2018	912,40	MEIDSON DE MELO JUNIOR
121345/2018	1.216,52	BARBARA CAIXETA MARIN MACHADO DE FARIA
121349/2018	912,40	AUDREY ALVES SAKR KHOURI
121355/2018	912,40	ROGRIO GUIMARES NPOLE
121364/2018	912,40	TIMOTEO SILVA OLIVEIRA
121371/2018	608,24	CLEONE ROSA DE OLIVEIRA
121372/2018	669,46	CORSINO JUNIOR DE JESUS MATOS
121377/2018	608,24	DIVINO LUIZ DOS SANTOS
121378/2018	757,44	DJALMA AVELINO DA SILVA
121385/2018	616,57	GILSON BATISTA DA SILVA
121389/2018	608,24	LINDALVA SANTOS DO CARMO FONTES
121394/2018	608,24	LUIZ MEGDA SOBRINHO
121400/2018	608,24	MARCOS ANTONIO BORBA
121408/2018	608,24	MARIA ZELMA PEREIRA
121411/2018	608,24	MARY NILCE LESSA AMORIM
121413/2018	608,24	MAURA MARIA MONTALVAO
121417/2018	608,24	OSVALDO PEREIRA DE OLIVEIRA
121419/2018	608,24	PAULO CESAR MURICY
121424/2018	608,24	REGIS BUENO DORNELAS
121427/2018	608,24	ROBSON EVALDO DE CAMPOS
121429/2018	608,24	ROGRIO SÃO JOSE DE SOUZA
121430/2018	669,46	ROGERIO SILVA LOPES
121436/2018	608,24	SANDRO FERREIRA PINTO
121441/2018	608,24	SIDNEY DOS SANTOS HIPOLITO
121448/2018	608,24	VANILDA DIAS DOS ANJOS
121453/2018	608,24	WALDISON DOS SANTOS CHAVES
121454/2018	324,01	WALDIVINO FRANCISCO DOS SANTOS
121457/2018	608,24	WELLINGTON MOISES DA SILVA
121461/2018	669,46	WILMAR JOSE DE BRITO
121462/2018	760,35	WILSON DIAS PIRES
121463/2018	608,24	WILTON DE CARVALHO
121471/2018	608,24	HELTON CSAR LOPES
121473/2018	608,24	KEYLLA FERREIRA DA SILVA
121480/2018	760,35	MARLIANE FERREIRA BORGES
121484/2018	608,26	CAMILA SOARES DE OLIVEIRA
121486/2018	608,26	FRANCISCO DE SOUZA AMORIM
121490/2018	760,35	BRUNO HARUO ZENELLA TAKENOBU
121495/2018	760,35	DECIMA ASSESSORIA E CONSULTORIA CON-TABIL LTD
121498/2018	760,35	RITA DE CASSIA ALVES BARBOSA
121499/2018	608,26	NATALIA FERNANDA SANTOS SILVA

Como os devedores não foram encontrados ou localizados nos endereços fornecidos ou recusaram ou não se dispuseram a receber o aviso de protesto, intimo-os por este edital, a virem pagar neste Tabelionato, seus respectivos títulos e ou documentos de dívida ou dar as razões porque não o fazem, no prazo de 24 horas, a contar do primeiro dia útil de circulação desta publicação, sob pena de protesto. E para que ninguém alegue ignorância, expediu-se este edital que será publicado no Diário Oficial do Município de Anápolis, afixando-se cópia no placar deste Tabelionato, ficando os devedores intimados do competente protesto, caso ocorra.

Anápolis, 01 de Agosto de 2018

EURIPEDES BARSANULFO JUNQUEIRA- Tabelião 2º Tabelionato de Protestos de Anápolis.

LICITAÇÕES/CONVÊNIOS/TERMOS/ATOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2018

O PREFEITO DE ANÁPOLIS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº. 000009828/2018, acatando o julgamento da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2018**, com a finalidade de efetivação de seus efeitos legais, e, tendo expirado o prazo para recursos nos termos do artigo 109, Inciso I, Alínea “b” da Lei Federal nº. 8.666/93; **RESOLVE: HOMOLOGAR** os atos da Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº. 42.183, de 14 de março de 2018, e **ADJUDICAR: - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA, CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO, PARA SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA E CARTOGRAFIA, ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO E SISTEMAS DE GESTÃO CORPORATIVA WEB GEORREFERENCIADO**, nos termos da Portaria nº 511/2009 – MCIDADES, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano, conforme solicitação nº. 000032/2018, constante do Processo Administrativo nº. 000009828/2018., em favor da empresa **GEOMAISS GEOTECNOLOGIA LTDA, CNPJ Nº 09.391.371/0001-16, com NOTA DA CLASSIFICAÇÃO FINAL de 29,4 pontos, e PROPOSTA DE PREÇOS** pelo valor de R\$ 11.177.400,00 (onze milhões cento e setenta e sete mil e quatrocentos reais). A adjudicação se justifica por terem as empresas acima apresentado propostas mais vantajosas para a administração e atendido às especificações do Edital, em cumprimento ao artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas respectivas alterações.

GABINETE DO PREFEITO, ao 01 dia do mês de agosto de 2018.

ROBERTO NAVES E SIQUEIRA
Prefeito de Anápolis

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Termo de Colaboração nº 013/2018

Processo nº 000045202/2018

Partícipes: MUNICIPIO DE ANÁPOLIS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA, E FUNDAÇÃO JOÃO OLIVEIRA

Objeto: O presente Termo de Colaboração, tem por finalidade a oferta de um curso preparatório para o Enem contemplando alunos mais carentes que não tem condições de pagar os estudos preparatórios para os processos seletivos para ingresso na Educação Superior, destinados aos alunos oriundos, prioritariamente, das escolas públicas, negros, indígenas e/ou carentes da cidade de Anápolis

Valor: R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

Vigência: 01/08/2018 a 30/10/2018.

Data de Assinatura: 01/08/2018.



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2019.

1 PREÂMBULO

1.1 O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA torna público para conhecimento dos interessados que realizará processo licitatório, **Processo Administrativo nº 27.333/2019**, com atuação da Pregoeira nomeada pela **Portaria nº 10.020/2018**, para a contratação do objeto descrito abaixo, para a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, de modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor Preço Global**, com **abertura na data de 12 de agosto de 2019, às 09 horas**, na sala de licitações, no endereço Avenida Getúlio Vargas, n. 1990, Centro, Piraquara, Paraná, quando receberá documentação e propostas respeitadas as disposições deste edital.

2. OBJETO: Contratação de serviços de levantamento de informações cadastrais, geoprocessamento, fornecimento de sistemas e treinamento, conforme especificações contidas no anexo I - Termo de Referência.

2.1.A presente licitação tem por objeto:

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS		UNIDADE	QTD.
1	Levantamento in loco para a medição e coleta dos atributos e imagens das novas unidades imobiliárias ou unidades com ampliação da área construída em relação ao Cadastro Imobiliário existente	Unidade Imobiliária	30.000
2	Edição Vetorial, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica	Unidade Imobiliária	30.000
3	Coleta da Imagem Digital dos imóveis existentes sem alteração de área construída	Unidade Imobiliária	5.000
4	Coleta dos Atributos Cadastrais e Imagem Digital das Seções de Logradouros	Seção	750
5	Conversão de compatibilização de Base de Dados	Hora	150
6	Fornecimento de sistema de informações geográficas (SIG) aplicado a defesa Civil	unidade	1



7	Fornecimento de sistema de informações geográficas (SIG) aplicado ao cadastro sócio econômico/saúde	unidade	1
8	Treinamento em Sistema de Informações Geográficas (SIG) previstos nesta contratação	Hora	60
9	Suporte Técnico, manutenção e atualizações tecnológicas	Mês	12

conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2 O prazo de vigência do contrato será de 17 (dezessete) meses a partir da assinatura do contrato e se for do interesse da Administração poderá ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei (Federal) nº 8666/93

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

2.1 A presente licitação, tem por valor máximo de **R\$ 2.083.000,00 (Dois milhões e oitenta e três mil reais)**, conforme tabela de valores demonstrados no Termo Referência.

3.2. Ao presente certame licitatório aplicam-se as disposições contidas na Lei 10.520/02, na Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/14, Decreto Municipal 5.326/2016 e demais disposições aplicáveis.

3 AQUISIÇÃO DO EDITAL

3.1 O presente edital encontra-se à disposição na Divisão de Licitações e Contratos, sito à Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, de 2ª a 6ª, no horário de 08h00 a 12h00 e 13h00 as 17h00 na Prefeitura Municipal de Piraquara ou no site: www.piraquara.pr.gov.br, no link “licitações”.

4 CADASTRO, INFORMAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1 CADASTRO

4.1.1 Se a empresa não possui cadastro no Município e optar por fazer, poderá realizá-lo junto ao setor de Licitação, da Secretaria de Administração do Município de Piraquara.

4.1.2 A relação de documentos para a realização do cadastro de fornecedor encontra-se disponível no **ANEXO XI** de edital.



4.1.3 Trata-se de cadastro simples para participação, não substitutivo do envelope n. 02 de habilitação da licitante, cuja finalidade é agilizar o certame no dia e horário dos lances presenciais, uma vez que o mesmo é realizado de forma eletrônica.

4.2 Todas as informações pertinentes ao processo licitatório serão disponibilizadas no site www.piraquara.pr.gov.br, no link “licitações”, devendo os interessados consultar todos os comunicados divulgados. A obrigação de acompanhar os avisos é única e exclusiva dos participantes, motivo pelo qual a alegação de desconhecimento acerca de qualquer notificação não será aceita como fundamento em eventuais contestações, em nenhuma hipótese.

4.3 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o presente edital, devendo o pedido ser feito com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da licitação, sob pena de preclusão, através das seguintes formas:

4.3.1 Via protocolo, diretamente na sede da prefeitura (Avenida Getúlio Vargas, n.º 1990, Centro, Piraquara, Paraná), durante o horário de expediente (das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas);

4.3.2 Por meio eletrônico, através do e-mail licitacao@piraquara.pr.gov.br, até 17:00 horas do último dia do prazo acima mencionado. O horário a ser considerado (no último dia de prazo apenas) será o do recebimento. Se este ocorrer após as 17:00 horas da data limite para apresentação o pedido será considerado intempestivo, devendo o interessado agir com a devida cautela para evitar a preclusão do seu direito. Em nenhuma hipótese o horário a ser considerado será o de envio, e não será concedida nenhuma tolerância, por menor que seja, em relação à hora mencionada.

4.3.3 Via correios, hipótese na qual será considerada a data e horário constantes no comprovante de recebimento por parte do Município. Novamente ressalta-se que este deverá ocorrer até o horário limite (17:00 horas do último dia do prazo), sob pena de preclusão, devendo a interessada agir com a devida cautela para evitar que sua solicitação seja intempestiva. Em nenhuma hipótese o horário a ser considerado será o de envio, e não será concedida nenhuma tolerância, por menor que seja em relação à hora mencionada.

4.4 As respostas aos questionamentos e às impugnações integrarão o edital e serão publicadas no site www.piraquara.pr.gov.br, no link “licitações”, a conhecimento de todos e para ciência também do solicitante/impugnante, nos termos do exposto no item **6.2**.

4.4.1 Será dada direta resposta ao interessado desde que este informe, expressa e claramente em seu pedido, um endereço eletrônico para o qual o documento possa ser encaminhado. No



entanto o envio via e-mail trata-se de mera liberalidade do Município, sendo obrigação única e exclusiva do solicitante/impugnante acompanhar a divulgação realizada no site. A ausência de comunicação direta ao interessado, ou o não recebimento por parte deste, não constituem fundamento hábil para qualquer alegação de desconhecimento.

4.5 A apresentação das solicitações, em especial de impugnação, não terão efeito suspensivo, podendo este ser justificadamente requerido pelo impugnante, ficando a critério da Administração o deferimento ou não.

5 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que satisfaçam as disposições contidas na Lei 10.520/02 e na Lei 8.666/93 e as demais exigências previstas neste Edital.

5.2 Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas que embora qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, incidam em qualquer das vedações do art. 3º, § 4º da Lei Complementar nº 123/2006.

5.3 Não poderão participar de qualquer fase da licitação:

5.3.1 Empresas que tenham sido consideradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, federal, estadual ou municipal;

5.3.2 Empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, federal, estadual ou municipal;

5.3.3 Empresas que tenham sofrido sanção administrativa imposta por este Município, sendo declaradas inidôneas, suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Municipal;

5.3.4 Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992;

5.3.5 Empresa que tenha dirigente, sócio, responsável técnico ou legal, que:

6.3.5.01. Seja **cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e principalmente membros da comissão de licitação, pregoeiros ou qualquer outra autoridade ligada à contratação.**



6.3.5.02. Seja **ocupante de cargo comissionados com poderes decisórios e servidor efetivo, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrarem vinculados na Administração Pública do Município de Piraquara;**

6.3.5.03 **Seja Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual (art. 54, II da Constituição de 1988) ou Vereador;**

6.3.5.04 **Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do artigo 9º, III da Lei 8.666/93;**

5.3.6 Empresas que forem constituídas em consórcio;

5.3.7 Empresas que sejam estrangeiras e não funcionem no país.

5.4 A participação neste certame implica na irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá entregar os produtos objeto da presente licitação conforme as condições fixadas contratualmente.

6 REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

6.1 CREDENCIAMENTO

6.1.1 Para o credenciamento das empresas o Pregoeiro receberá no dia, horário e local designado, os seguintes documentos:

7.1.1.1 **Envelope nº 01 (contendo a proposta de preço), conforme item 10 deste edital;**

7.1.1.2 **Envelope nº 02 (contendo a documentação de habilitação), conforme item 11 deste edital;**

7.1.1.3 **Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos moldes do ANEXO X, caso a licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte e deseje gozar dos benefícios e prerrogativas contidos na Lei Complementar nº 123/2006 e (§ 2º do artigo 13º do decreto nº 8.538/2015).**

7.1.1.4 **Declaração de que a Proponente Cumpre os Requisitos de Habilitação – nos moldes do ANEXO III.**

6.1.2 No caso dos subitens **8.1.1.3 e 8.1.1.4**, as referidas declarações deverão ser entregues em separado dos envelopes nº 1 e nº 2, em via, original, ou cópia, autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.



Poderá ser feita a autenticação das cópias na sessão, desde que o participante apresente o original para cotejo assim que requerido (artigo 32 da Lei 8.666/1993).

6.2 REPRESENTAÇÃO

6.2.1 Nos termos do artigo 4º, inciso VI da Lei 10.520/2002, as empresas credenciadas poderão nomear representante através da apresentação da documentação abaixo, em separado dos envelopes referente a habilitação e propostas, a qual deverá ser entregue segundo o disposto no subitem 8.1.2.

7.2.1.1 **Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social nos moldes dos subitens 11.3.2, 11.3.3 e 11.3.4 deste edital, caso o representante seja sócio da licitante;**

7.2.1.2 **Carta de Credenciamento ou Instrumento de Procuração concedendo poderes legais ao representante, caso este não seja sócio da licitante, (O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo do Anexo II e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários ao credenciamento;**

7.2.1.3 **Cópia do documento de identidade do representante ou sócio da licitante interessada.**

6.2.2 No caso do subitem 8.2.1.2, o referido documento deverá ser assinado pelo representante legal da empresa ou por pessoa com poderes para tal, cujas comprovações far-se-ão através da apresentação, do Ato Constitutivo, Estatuto, Contrato Social e outros documentos similares.

6.2.3 Somente poderão participar da fase de lances verbais, ou manifestar motivadamente a intenção de apresentar recurso contra as decisões do Pregoeiro, ou assinar a ata do certame, ou praticar de todos os demais atos inerentes a licitação em nome da Proponente, a empresa que tenha representante credenciado.

6.2.4 Na eventualidade de a empresa apresentar proposta, mas não ter representante credenciado ou não ter apresentado representante, sua proposta será acolhida, mas não poderá participar da fase de lances verbais.

6.2.5 Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa, e deverá estar munido de Cédula de Identidade.

6.2.6 Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida à participação de outras proponentes.



7.1 Os envelopes poderão ser apresentados:

7.1.1 **Mediante protocolo** na sede da Prefeitura, o qual deve ser realizado impreterivelmente em tempo hábil antes horário marcado para recebimento dos envelopes, sob pena de intempestividade. Para fins de recebimento será considerada a data e hora constantes no respectivo protocolo, não sendo concedida nenhuma tolerância, por menor que seja, em relação à data e hora mencionadas, ou;

7.1.2 **Pessoalmente**, sendo entregues pelo representante da licitante no dia e hora marcados para a sessão, diretamente ao Pregoeiro e equipe de apoio ou;

7.1.3 **Através do envio por meio dos Correios**, hipótese na qual será considerado, para fins de tempestividade, o comprovante de recebimento por parte do Município. Em nenhuma hipótese o horário a ser considerado será o de envio, e não será concedida nenhuma tolerância, por menor que seja em relação à data e hora mencionadas.

7.1.4 Caso a interessada opte **pela entrega via protocolo ou através de envio pelos correios, os envelopes deverão estar devidamente identificados** (conforme modelos que abaixo serão discriminados – item 7.2), e, se acondicionados dentro de outro invólucro, deve haver também neste a devida identificação, bem como a menção expressa de que se destina a participação no processo licitatório, o número, data e hora do mesmo. Exemplo:

<p style="text-align: center;">PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA</p> <p>Razão Social completa da licitante CNPJ/CPF, endereço, telefone, e-mail do licitante</p> <p>ESTE INVÓLUCRO CONTÉM X ENVELOPES LACRADOS DESTINADOS À PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO LICITATÓRIO:</p> <p>PREGÃO Nº 56/2019 ABERTURA DIA: 12/08/2019, às 09h00</p>

7.1.5 A responsabilidade pela correta identificação e destinação é única e exclusivamente da participante, sob pena de não recebimento. Eventual extravio, destinação diversa, devassamento ou entrega posterior, em razão da não indicação dos dados necessários, acondicionamento incorreto ou protocolo intempestivo, acarretarão a não participação da empresa interessada, não sendo hipótese de responsabilização do Município.

7.2 O Envelope “01” deverá conter a **PROPOSTA**, conforme **item 8** deste edital; o Envelope “02” deverá conter a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, conforme **item 9** deste edital; devendo



todos serem opacos, lacrados de forma indevassável e conter no anverso, obrigatoriamente, os dados necessários para identificação, conforme os modelos abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

Razão Social completa da licitante
CNPJ/CPF, endereço, telefone, e-mail do licitante
PREGÃO Nº 56/2019
ABERTURA DIA: 12/08/2019, às 09h00
ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

Razão Social completa da licitante
CNPJ/CPF, endereço, telefone, e-mail do licitante
PREGÃO Nº 56/2019
ABERTURA DIA: 12/08/2019, às 09h00
ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.2.1 Se houver necessidade de acondicionar o conteúdo em mais de um envelope, acrescentar ao número do mesmo, a quantidade total de envelopes na forma: n-x/y, onde n é o número do Envelope, x é o número de ordem e y é a quantidade. (Exemplo: Envelope nº 1 desdobrado em 3 embalagens = 1 – 1/3, 1 – 2/3 e 1 – 3/3).

7.2.2 Não serão aceitos envelopes violados ou não lacrados.

7.2.3 Não serão aceitos documentos enviados via fac-símile ou e-mail.

7.2.4 Toda documentação apresentada deverá estar contida nos envelopes lacrados.

8 ENVELOPE “PROPOSTA DE PREÇOS”

8.1 No Envelope “Proposta de Preços” constará a proposta que deverá:

8.1.1 Ser apresentada conforme o modelo em **ANEXO IV**;

8.1.2 Conter o **VALOR UNITÁRIO E GLOBAL** com até 2 (duas) casas decimais, válidos para serem praticados desde a data de entrega dos envelopes, até o efetivo pagamento.

8.1.3 Não ultrapassar o valor máximo admitido neste edital;

8.1.4 Ser redigida, em **numeral e por extenso**, com até 2 (duas) casas decimais preferencialmente, em 01 (uma) via, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e rubricadas todas as folhas, sendo a última assinada pelo representante legal da Proponente;

8.1.5 No caso de apresentada proposta com casas decimais excedentes a 2 (duas), serão desconsideradas as casas excedentes, permanecendo a obrigação da proponente em relação à proposta que resultar da referida retificação.

8.1.6 Indicar a razão social da Proponente, endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, Cep, UF) telefone;



8.1.7 Ser datada e assinada pelo *representante legal* da empresa ou por pessoa com poderes para tanto, devendo tal fato ser comprovado com procuração ou documento semelhante.

8.1.8 **Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação.

10.1.8.01 **Caso a proposta não apresente prazo de validade, tacitamente a licitante aceita o prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses.**

10.1.8.02 **Caso a proposta apresente validade inferior ao descrito no item 10.1.8, considerar-se-á a validade de 60 (sessenta) dias;**

8.2 No caso de apresentada proposta com casas decimais excedentes a 2 (duas), serão desconsideradas as casas excedentes, permanecendo a obrigação da proponente em relação à proposta que resultar da referida retificação.

8.3 Será desclassificada a proposta que desrespeite ou omita qualquer das exigências deste edital, em especial às contidas no item **10.1**, acima.

8.4 Será desclassificada a proposta com preço manifestamente inexecutável ou superior aos praticados no mercado, nos termos do art. 48, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

8.5 Será desclassificada a proposta com preço superior ao máximo descrito no item **3.1** deste edital.

8.6 A ausência de informação na proposta, nos termos dos subitens **10.1.3** a **10.1.6**, considerados erros de mera formalidade, poderão ser suprimidos por declaração do representante da licitante com poderes para tanto, devidamente credenciado no início da sessão pública do certame.

8.7 A ausência de poderes ou a ausência de representante no momento da sessão pública, a fim de corrigir os erros descritos no item **10.6**, implicará na desclassificação da licitante.

8.8 Nos preços propostos serão consideradas todas as obrigações previdenciárias, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributárias, materiais, embalagens, fretes, seguros, tarifas, depósitos, descarga (mão de obra, equipamentos ou qualquer despesa) em local indicado pelo Município, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a realização do serviço, objeto desta licitação.

8.9 As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus anexos serão verificados quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo Pregoeiro da forma seguinte:

8.9.1 Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;



8.9.2 Erros de transcrição das quantidades previstas: o equívoco será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

8.9.3 Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o preço total;

8.9.4 Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma;

8.9.5 Erro quanto a numeração do item para o qual a licitante oferece proposta: corrigir-se-á a numeração do item, levando em conta a descrição do serviço.

8.9.6 O valor total da proposta será ajustado pelo Pregoeiro em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o desconto a ser concedido;

8.10 Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do objeto da licitação, sendo desconsiderado qualquer pedido de pagamento adicional por erro ou má interpretação pela licitante. O valor cotado é de inteira responsabilidade da proponente, de forma que não serão aceitas quaisquer solicitações de retificações ou ajustes por erro de digitação ou situação similar quanto a valores, especificações, desclassificando-se a proponente.

8.11 Julgadas as propostas de preços das proponentes, classificando-as para a fase de lances, não serão aceitos pedidos de retirada ou desistência das propostas, estando as proponentes vinculadas e obrigadas à sua proposta até a decisão final do certame.

8.12 Apresentada a proposta de preços pela licitante implica a sua aceitação de todos os termos deste edital, bem como as normas legais que regem a matéria.

8.13 As proponentes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Piraquara não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

9 **ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”**

9.1 Os documentos de Habilitação podem preferencialmente ser apresentados como forma de caderno único (espiral, grampo ou outro), e ter todas as suas páginas numeradas e rubricadas por representante legal da licitante, a partir da primeira página interna, também serem organizados preferencialmente conforme ordem sequencial deste edital.

9.1.1 A não apresentação nos moldes do item 11.1 não inabilita a empresa.

9.2 O envelope “02”, contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, a qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal deverá conter:

Página 10 de 66



9.2.1 Declaração de Idoneidade, conforme **ANEXO VII**.

9.2.2 Declaração de Responsabilidade, assinada pelo representante legal da empresa, conforme o modelo do **ANEXO VI**.

9.2.3 Declaração de inexistência de parentes na Administração Pública Municipal, assinada pelo representante legal da empresa, conforme o modelo do **ANEXO VIII**.

9.2.4 Declaração da licitante quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição de 1988, conforme modelo constante no **ANEXO V** ao presente edital.

Para comprovação da HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.3 Caso a licitante:

9.3.1 Seja **Microempreendedor Individual**, deverá apresentar cédula de identidade e inscrição comercial, com prova de registro na Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de todas as alterações;

9.3.2 Seja **Sociedade Comercial**, deverá apresentar ato constitutivo ou contrato social em vigor com última alteração ou consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial da Unidade da Federação em que tenha sede;

9.3.3 Seja **Sociedade por Ações**, deverá apresentar estatuto e os documentos probatórios de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial da Unidade da Federação em que tenha sede;

9.3.4 Seja **Sociedade Civil**, deverá apresentar: inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado no órgão competente, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

9.3.5 Seja **Empresa ou Sociedade Estrangeira** em Funcionamento do País, deverá apresentar decreto de autorização;

9.3.6 Se os documentos acima citados forem apresentados durante o credenciamento não haverá necessidade de apresentá-los no envelope da documentação.

9.3.7 Ressalta-se que é necessário que sejam apresentados os documentos acima em vigor devidamente atualizados sob pena de averiguação.

Para comprovação da REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.4 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

9.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a



Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei.

9.6 **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei.

9.7 **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais, expedida Município do domicílio ou sede do proponente, na forma da Lei.

9.8 **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

9.9 **Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas**, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme prevê a Lei Federal nº. 12.440, de 07/07/2011.

Para comprovação da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.10 **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou **Certidão Negativa de Execução Patrimonial**, expedida no domicílio da pessoa física ou na sede da firma individual, em ambos os casos com validade não superior a 60 (sessenta) dias da emissão.

Para comprovação da HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.11 Apresentação de no mínimo 01 (um) **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por seu respectivo representante legal, comprovando a realização dos serviços compatíveis com o objeto licitado.

9.11.1 O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(rão) apresentar dados suficientes para a verificação de sua autenticidade, identificação da entidade expedidora e do responsável que o assinar, bem como deve propiciar a confirmação de que houve cumprimento da obrigação na forma e prazo exigidos. De igual maneira deve ser possível a verificação de que o documento foi emitido para a participante (dados como nome da entidade expedidora e o respectivo CNPJ, nome e cargo do responsável que o assinar, nome e CNPJ da licitante).



9.11.2 Prova de registro e regularidade da empresa proponente no CREA com jurisdição no Estado em que for sediada a mesma e/ou Registro e regularidade no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e/ou Registro e regularidade no Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

9.11.3 Comprovação de experiência anterior, pertinente e compatível com o objeto da licitação através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa Jurídica de direito Público ou Privado, comprovando a execução de serviços similares aos do objeto licitado, para as seguintes atividades:

- Atestado (s) de capacitação e experiência profissional, em Levantamento Cadastral ou Cadastro Técnico Multifinalitário, de pelo menos 9.000 (nove mil) unidades imobiliárias, registrado no Conselho de Classe competente;

- ✓ -Atestado (s) de capacitação e experiência da empresa licitante, em Fornecimento de Sistema de Informações Geográficas (SIG) ou Sistema de Geoprocessamento, aplicado ao Cadastro Socioeconômico/ Saúde, em Município de pelo menos 33.000 (trinta e três mil) habitantes;
- ✓ -Atestado (s) de capacitação e experiência da empresa licitante, em Fornecimento de Sistema de Informações Geográficas (SIG) ou Sistema de Geoprocessamento, aplicado a Defesa Civil/ Riscos e Desastres, em Município de pelo menos 33.000 (trinta e três mil) habitantes;
- ✓ -Atestado (s) de capacitação e experiência da empresa licitante, em Treinamento de Sistema de Informações Geográficas (SIG) ou Sistema de Geoprocessamento;
- ✓ -Atestado (s) de capacitação e experiência da empresa licitante, em Suporte Técnico em Sistema de Informações Geográficas (SIG) ou Sistema de Geoprocessamento;

Obs.: Será admitido o somatório de Atestados para comprovação das quantidades mínimas solicitadas, que correspondem a 30% (trinta por cento) das quantidades estimadas.

No caso da empresa que apresentar o menor preço e que tenha cumprido os requisitos constantes da Proposta de Preços e não cumprir os requisitos técnicos constantes nas funcionalidades e características mínimas obrigatórias para o Sistema, sendo item desclassificatório, a Comissão convocará a empresa que restou qualificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até comprovar os requisitos mínimos obrigatórios do Sistema para prosseguir com o certame.

A Licitante **não é obrigada** a realizar a Visita Técnica supervisionada, porém, a visita técnica é importante para que as empresas conheçam os locais onde se desenvolverão os serviços, e tenham ciência de todas as condições e eventuais dificuldades para sua execução, tais como: localização, condições dos equipamentos, entre outros.

9.12 As empresas interessadas poderão marcar a visita junto a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral com a Sra. Lucimara Alzira da Silva fone: (041) 3590-3582.



9.13 A visita será realizada no horário de atendimento da prefeitura (das 08:00 as 12:00h e das 13:00h as 17:00h), até 01 (um) dia antes do Certame.

9.14 Os documentos necessários à habilitação dos proponentes **poderão ser apresentados em fotocópia autenticada por cartório competente, por servidor da administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou o original e fotocópia a qual será autenticada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.**

9.15 Os documentos de que trata este edital devem ser apresentados dentro do prazo de validade na data de abertura do envelope contendo a proposta. Os documentos que não tiverem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a **60 (sessenta)** dias anteriores à data assinalada para a data de abertura do Pregão.

9.16 Somente serão habilitadas na presente licitação as proponentes que apresentarem, no seu objeto social (Ato Constitutivo), ramo pertinente ao objeto desta licitação.

9.17 Vícios de mera formalidade ou sanáveis no momento do certame pelo credenciado da licitante não implicarão a sua inabilitação ou desclassificação.

9.18 A documentação poderá ser da MATRIZ ou da FILIAL, obedecendo à seguinte regra:

9.18.1 Se a matriz for executar o contrato ou instrumento equivalente, toda a documentação deverá ser relativa à esta;

9.18.2 Se a filial for executar o contrato ou instrumento equivalente, deverá ser apresentada a documentação da **filial**;

9.18.3 Serão dispensados da filial aqueles documentos que, na forma da lei, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10 DESCRITIVO TÉCNICO E PROVA DE CONCEITO

11.1. Após a abertura dos envelopes contendo as Propostas, o Pregoeiro solicitará a apresentação formal do Sistema pela empresa que apresentar o menor preço global e que tenha cumprido os requisitos constantes da Proposta de Preços.

11.2. Para a referida apresentação, a Comissão Técnica a ser designada analisará o Sistema ofertado e o avaliará de conformidade com as exigências deste Termo de Referência. O objetivo é a verificação de conformidade do produto ofertado com as características e funcionalidades solicitadas.

11.2.1. Para realização da apresentação a Prefeitura Municipal disponibilizará:

11.2.2 Ponto de acesso à internet;

11.2.3 Data show ou TV.



11.3. A licitante deverá disponibilizar todos os insumos necessários à demonstração do seu produto, excetos aqueles sob responsabilidade da Prefeitura apresentados anteriormente.

11.4. Para a demonstração a licitante não poderá exceder 120 (cento e vinte) minutos, a qual irá ocorrer no mesmo dia do certame.

11.5. Será desclassificada a licitante que apresentar soluções formadas por conjuntos de Sistemas que se utilizem de Bases de Dados fracionadas, ou que realizem a apresentação das características e funcionalidades se utilizando de Softwares distintos.

11.6 também será desclassificada a licitante que apresentar as características ou funcionalidades obrigatórias de forma parcial ou com problemas de execução, onde neste caso serão consideradas como não atendidas.

12 . No caso da licitante que apresentar o menor preço e que tenha cumprido os requisitos constantes da Proposta de Preços e não cumprir os requisitos técnicos constantes nas características e funcionalidades exigidas para o Sistema, a Comissão convocará a empresa que restou qualificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até comprovar os requisitos mínimos obrigatórios do Sistema para prosseguir com o certame.

13. Requisitos do Sistema

13.1 Características Técnicas

ITEM	DESCRIÇÃO
1.	Ter suporte aos navegadores de internet Microsoft Internet Explorer, Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome
2.	Não necessitar da instalação de plug-ins, applets ou activex nas estações cliente para seu funcionamento
3.	Apresentar Interoperabilidade da Base dos Dados devendo utilizar padrões do Open Geospatial Consortium (OGC), no mínimo <i>Web Map Services</i> (WMS) e <i>Web Feature Service</i> (WFS)
4.	Visando possíveis integrações deste Sistema com outros produtos externos, os dados contidos na Base de Dados devem ser disponibilizados através de WebService/ API (somente para usuário autenticado). A licitante deverá demonstrar a documentação dos serviços disponíveis, bem como comprovar seu funcionamento
5.	Sistema responsivo, apresentando compatibilidade com dispositivos móveis para as Funcionalidades do Geoportal, de acesso público que será disponibilizado através do site da Prefeitura
6.	Possibilidade de utilização de fontes externas como OpenStreetMap, entre outros



7.	Apresentar integração com o Sistema E-SUS Atenção Básica para envio de dados, especificamente nos Cadastros de Domicílios e Pessoas/Famílias;
8.	O Sistema deverá operar através de navegador de internet, admitindo-se para as funcionalidades de Edição Cartográfica a utilização de Sistema Desktop, desenvolvido ou customizado, deste que acessando diretamente a Base de Dados corporativa, sem procedimentos de importação/ exportação de dados, e que apresente as funcionalidades mínimas exigidas

13.2. Funcionalidades do Sistema em ambiente interno/ acesso restrito:

ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
1.	Consulta de Dados	Criação de expressões de consulta pelo usuário, selecionando a Camada/ Layer, o atributo de cadastro, operador e valor de interesse, e que permita o cruzamento de duas ou mais Camadas
2.	Consulta de Dados	Possibilidade de delimitar área de interesse das consultas, através de Bairro ou Logradouro
3.	Consulta de Dados	Localizar imóvel através de Endereço, selecionando o nome do Logradouro e número do imóvel
4.	Consulta de Dados	Localizar Bairro através do nome do Bairro
5.	Consulta de Dados	Visualização de dados dos logradouros, inclusive com as imagens das Seções
6.	Consulta de Dados	Visualização de dados das Pessoas/ Contribuintes
7.	Consulta de Dados	Visualização de dados dos Domicílios e composição familiar
8.	Consulta de Dados	Localizar Unidade de Saúde através de Nome
9.	Consulta de Dados	Localizar Unidade de Saúde por tipo de atendimento
10.	Consulta de Dados	Localizar pessoas através de Nome, parte do Nome ou CPF/CNPJ ou Número de Identificação Social (NIS).
11.	Consulta de Dados	Visualização de dados de área de risco, inclusive com imagens da área
12.	Consulta de Dados	Visualização de dados de evento de risco, inclusive com imagens da área
13.	Consulta de Dados	Visualização da lista de imóveis existentes sob determinada área de risco apontada pelo usuário
14.	Consulta de Dados	Visualização da lista de imóveis existentes sob determinado evento de risco apontado pelo usuário
15.	Consulta de Dados	Visualização de Evento de Risco por data definida pelo usuário
16.	Consulta de Dados	Visualização de dados de Alojamento apontado pelo usuário



17.	Análise Espacial	Realizar cálculo de medidas lineares e áreas
18.	Análise Espacial	Geração de Mapa de Calor (Heatmap) para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro
19.	Análise Espacial	Visualização de Imóveis/ Domicílios localizados em determinado entorno (Buffer) definido pelo usuário
20.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A4 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica e numérica
21.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A3 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica e numérica
22.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A2 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica e numérica
23.	Impressão/ Exportação de Dados	Os relatórios gerados deverão apresentar a opção de exportação para PDF e XLS (ou XLSX ou CSV)
24.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos de Valores únicos de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)
25.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos de Intervalo de Classes de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)
26.	Tematização	Definição de cores para tematização por Valores únicos
27.	Tematização	Definição de cores para tematização por Intervalo de Classes
28.	Tematização	Definição do número de intervalos para tematização por Intervalo de Classes
29.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro
30.	Estatísticas	Geração de dados estatísticos para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro
31.	Estatísticas	Possibilidade de delimitar área de interesse para geração de estatísticas, através de Regional de Saúde ou Bairro
32.	Estatísticas	Apresentar informações do item de Cadastro selecionado, apresentando quantitativo, percentual e gráfico (coluna ou pizza)
33.	Estatísticas	Ao gerar estatísticas do item de Cadastro, possibilitar ao usuário também visualizar os gráficos diretamente o mapa de navegação (exemplo: no centro de cada Bairro) de acordo com a delimitação selecionada (Distrito ou Setor ou Bairro), permitindo assim, uma visão especializada do item de interesse



34.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Pessoa
35.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar Região de Saúde
36.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar Área de Saúde
37.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar Micro Área de Saúde
38.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Área de Risco
39.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Evento de Risco
40.	Edição de Atributos	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Alojamento/ Abrigo
41.	Edição de Atributos	Vincular imagem de documentos (CPF, RG, CNH, etc) a determinado Domicílio
42.	Edição de Atributos	Incluir, excluir, alterar itens de cadastro, ou seja, customizar campos de dados, definindo o nome do campo e o tipo de entrada de dados (numérico, texto, seleção, multiseleção) vinculando o mesmo a sua respectiva Camada
43.	Edição de Atributos	Os itens criados deverão estar disponíveis/ visíveis nas funcionalidades de Identificação/ Edição de Atributos da Camada, Mapa Temático, Criação de expressões de consultas, Mapa de Calor e Estatísticas
44.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Região de Saúde (salvando os dados de Código da Região)
45.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Área de Saúde (salvando os dados de Código do Região de Saúde e Código da Área de Saúde)
46.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Micro Área de Saúde (salvando os dados de Código do Região de Saúde, Código da Área de Saúde e Código da Micro Área)
47.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Área de Risco (salvando os dados de Código da Área de Risco e Grau de Risco)
48.	Edição Cartográfica	Incluir e geocodificar Evento de Risco (salvando os dados de Código da Área do Evento, Tipo de evento, data do evento)
49.	Edição Cartográfica	Excluir Região de Saúde
50.	Edição Cartográfica	Excluir Área de Saúde
51.	Edição Cartográfica	Excluir Micro Área de Saúde
52.	Edição Cartográfica	Excluir Área de Risco
53.	Edição Cartográfica	Excluir Evento de Risco
54.	Navegação	Aproximar (Zoom in)



55.	Navegação	Afastar (Zoom out)
56.	Navegação	Arrasto (Pan)
57.	Navegação	Visão Geral (Zoom extensão)
58.	Navegação	Visão anterior
59.	Navegação	Uso de scroll do mouse para Aproximar e Afastar
60.	Manutenção de Usuários	Incluir, Alterar e Excluir Perfil de Usuário
61.	Manutenção de Usuários	Incluir, Alterar e Excluir Usuários
62.	Manutenção de Usuários	Vincular Usuário (s) a determinado Perfil
63.	Manutenção de Usuários	Configuração da utilização/ visualização de Módulo em determinado Perfil
64.	Manutenção de Usuários	Configuração da utilização/ visualização de Camadas em determinado Perfil
65.	Manutenção de Usuários	Configuração da utilização/ visualização de Funcionalidades em determinado Perfil
66.	Manutenção de Usuários	Configuração da utilização/ visualização de Itens de Cadastro em determinado Perfil
67.	Manutenção de Usuários	Apresentar ferramenta de auditoria, permitindo visualizar as alterações/cadastros realizadas por determinado usuário, tipo de operação realizada (inclusão, alteração ou exclusão), bem como a data e hora da operação

13.3. Funcionalidades do Geoportal, de acesso público que será disponibilizado através do site da Prefeitura:

ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
1.	Consulta de Dados	Localizar imóvel através de Endereço, selecionando o nome do Logradouro e número do imóvel
2.	Consulta de Dados	Localizar Bairro através do nome do Bairro
3.	Consulta de Dados	Localizar Unidade de Saúde através de Nome
4.	Consulta de Dados	Localizar Unidade de Saúde por tipo de atendimento
5.	Consulta de Dados	Visualização de dados de área de risco, inclusive com imagens da área



6.	Consulta de Dados	Visualização de dados de evento de risco, inclusive com imagens da área
7.	Consulta de Dados	Visualização de dados de Alojamento apontado pelo usuário
8.	Análise Espacial	Realizar cálculo de medidas lineares e áreas
9.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A4 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica e numérica
10.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos de Valores únicos de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)
11.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos de Intervalo de Classes de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)
12.	Tematização	Definição de cores para tematização por Valores únicos
13.	Tematização	Definição de cores para tematização por Intervalo de Classes
14.	Tematização	Definição do número de intervalos para tematização por Intervalo de Classes
15.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro
16.	Navegação	Aproximar (Zoom in)
17.	Navegação	Afastar (Zoom out)
18.	Navegação	Arrasto (Pan)
19.	Navegação	Visão Geral (Zoom extensão)
20.	Navegação	Visão anterior
21.	Navegação	Uso de scroll do mouse para Aproximar e Afastar

Esse item é obrigatório, **o não atendimento acarretará a desclassificação da empresa do certame.**

O atendimento dos requisitos acima será comprovado através de demonstração dos produtos e serviços no dia do certame, onde equipe técnica de Tecnologia de Informação da Prefeitura Municipal, especialmente designada pelo Prefeito fará a validação das funcionalidades do sistema exigidos neste edital. .A demonstração técnica respeitará os seguintes critérios:



Cada empresa terá o prazo de até 2 (duas) horas para apresentação do Sistema, respeitados os horários do certame, o que é considerado adequado e bastante para que se possa demonstrar, a contento, a adequação ou não de cada sistema as necessidades da Administração.

A demonstração será aberta a qualquer cidadão ou licitante, visto que os mesmos não poderão se manifestar no momento da apresentação.

14 SESSÃO DO PREGÃO

14.1 No dia, hora e local designado neste edital, o Pregoeiro declarará aberta a sessão iniciando-se a fase de credenciamento, conforme **Item 6**.

14.2 Inicia-se a sessão pública com o credenciamento dos interessados em participar do certame, a apresentação da declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e do documento comprobatório da condição de microempresa e empresa de pequeno porte.

14.3 Após o credenciamento das licitantes, o Pregoeiro fará divulgação verbal dos interessados, recebendo os **envelopes n. 01 e n. 02** contendo a proposta e os documentos de habilitação, respectivamente.

14.4 Após o credenciamento, o Pregoeiro procederá à abertura do **Envelope n. 01**, contendo a proposta de preços.

14.5 Iniciada a abertura do **Envelope n. 01**, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

14.6 Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, será feita a sua conferência, análise de sua conformidade com as exigências do Edital e posterior rubrica pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e Licitantes que assim desejarem.

14.7 Cumprido o **Item 8**, serão desclassificadas as propostas que:

14.7.1 Forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus anexos;

14.7.2 Apresentarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos aos limites descritos no **item 3** ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;

14.7.3 Apresentarem proposta alternativa, tendo como opção valores e condições dos materiais solicitados, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais Licitantes.

14.8 Para fins de classificação, será considerado: **MENOR PREÇO GLOBAL**.



- 14.9 O Pregoeiro procederá à classificação da proposta de **menor valor**, nos termos do item 1 e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participarem dos lances verbais;
- 14.10 Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, serão classificadas as três melhores propostas, incluindo a de menor valor, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.
- 14.11 Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais conforme item anterior, a ordem para esses lances será definida através de sorteio.
- 14.12 Poderá participar da Sessão Pública de Lances Verbais a licitante classificada com representante presente na Sala de Licitações do Município de Piraquara, no endereço descrito neste edital. A ausência do representante da licitante na Sessão Pública indicará que a licitante não tem interesse em participar e apresentar lances verbais.
- 14.13 Às licitantes proclamadas classificadas, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.
- 14.14 A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.
- 14.15 O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor valor.
- 14.16 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do menor valor por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 14.17 O Pregoeiro poderá negociar com a Licitante excluída da participação dos lances verbais, na forma do item 13.13, caso a Proponente vencedora seja inabilitada, observada a ordem de classificação.
- 14.18 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades descritas neste edital e no artigo 7º da Lei 10.520/2002.
- 14.19 Encerram-se os lances quando todos os participantes declinarem na formulação dos mesmos.
- 14.20 Encerrando-se a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a Proponente para que seja obtido melhor preço.



- 14.21 O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.
- 14.22 Havendo empate entre as propostas apresentadas, proceder-se-á a realização de sorteio, sendo respeitado o art. 3º, § 2º, I da LLCA.
- 14.23 O pregoeiro, após declarar encerrada a fase de lances verbais, ordenará os lances em ordem crescente de preço.
- 14.24 Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pela licitante que a tiver formulado, sagrando-a vencedora provisória.
- 14.25 Se esta licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro negociará diretamente com a licitante melhor classificada e posteriormente examinará o seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora do objeto deste Pregão.
- 14.26 Deverá ser rubricado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, e, facultativamente pelas licitantes, todas as propostas apresentadas e os documentos de habilitação da licitante que apresentou a proposta de menor valor.
- 14.27 Inabilitada, por desrespeito aos itens deste edital, a licitante classifica com o menor valor, o Pregoeiro passará a análise dos documentos habilitatórios das demais licitantes, respeitado a ordem de classificação.
- 14.28 O Pregoeiro questionará aos participantes a intenção de recorrer, que o deverão fazer expressamente e motivadamente, **apresentando** suas razões recursais conforme item 15 deste edital. Caso não haja intenção de recorrer, o pregoeiro adjudicará o objeto a empresa vencedora, e encaminhará o processo para homologação pela Autoridade Superior.
- 14.29 A proponente classificada em primeiro lugar deverá apresentar o menor valor unitário, nos moldes do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 14.30 Da reunião lavrar-se-á **Ata circunstanciada**, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Licitantes Credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes das demais Proponentes ficarão de posse da Administração que os devolverá após atendimento do objeto licitado ou os incinerará caso não sejam retirados no prazo de 30 (trinta) dias após o resultado final do Pregão.
- 14.31 A ausência do representante da licitante para assinatura da ata circunstanciada implicará na aceitação de todas as decisões do Pregoeiro, com renúncia expressa ao direito a recorrer.



15 JULGAMENTO

15.1 No julgamento das propostas apresentadas, observar-se-á o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**.

15.2 Caso todas as licitantes sejam julgadas inabilitadas ou desclassificadas, poderá ser concedido o prazo de 08 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas para a respectiva fase apresentem nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas descritas neste item, **nos termos do artigo 48, § 3º da Lei 8.666/93**.

15.3 Será inabilitada a licitante que apresentar os documentos de habilitação em desacordo com as exigências editalícias ou que os apresentar com prazo de validade vencido.

15.4 Será desclassificada a licitante que apresentar proposta acima do valor máximo no item 3.1, ou apresentar proposta que não atendam as exigências editalícias ou que conceda qualquer vantagem, benefício, desconto não previsto no ato convocatório, ou que contenha rasuras, erros, imprecisões e incoerências que dificultem o julgamento pelo Pregoeiro, ou que indiquem valor zero ou manifestadamente irrisório.

15.5 Na eventualidade de verificada alguma restrição quanto à documentação probatória da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou da empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

15.6 Na eventualidade da licitante, convocada para a assinatura do contrato ou documento equivalente não o fizer no prazo do **item 18.1**, ou não mantiver sua proposta, agir de forma inidônea ou retardar a execução do objeto, a Administração convocará as demais licitantes classificadas, respeitando a ordem de classificação, para contratação e execução do objeto da licitação, sem prejuízos das sanções cabíveis, nos termos do contido neste edital e no artigo 7º da Lei 10.520/2002.

15.7 Até a assinatura do contrato ou documento equivalente a Administração poderá desclassificar a licitante, por despacho fundamentado, sem que tenham direito a indenização ou qualquer ressarcimento, na ocorrência ou conhecimento de fato anterior ou superveniente ao julgamento das propostas que desabone a idoneidade, capacidade financeira, técnica ou administrativa, ou contrarie dispositivo deste edital e da legislação vigente.

16 RECURSOS

16.1 Das decisões do pregoeiro caberá recurso.
Página 24 de 66



16.2 Ao final da sessão do pregão, de forma motivada, a licitante poderá manifestar imediata intenção de interpor recurso, sendo tal intenção descrita na ata do certame, sob pena de preclusão do direito de recorrer.

16.3 Manifestada a intenção de recorrer, nos termos do item acima, conceder-se-á a recorrente o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar suas razões, sob pena de não conhecimento. Findado o prazo da recorrente, às demais licitantes, que desde a manifestação de intenção recurso, já estão intimadas a apresentarem, no prazo **de 3 (três) dias úteis**, as contrarrazões recursais, assegurada vistas dos autos, nos termos do inciso XVIII, do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

16.4 Interpostos recursos, estes serão disponibilizados no site **www.piraquara.pr.gov.br**, no link “licitações”, a conhecimento de todos, nos termos do exposto no item 6.2, podendo os participantes apresentar a contrarrazões recursais pelo prazo de 3 (três) dias úteis.

16.5 Serão enviadas cópias dos recursos para o endereço eletrônico informado pelos participantes durante a sessão, desde que esse seja repassado de forma legível, expressa e clara. No entanto o envio via e-mail trata-se de mera liberalidade do Município, sendo obrigação única e exclusiva dos participantes acompanharem a divulgação realizada no site. A ausência de comunicação direta ao interessado, ou o não recebimento por parte deste, não constituem fundamento hábil para qualquer alegação de desconhecimento.

16.6 Os recursos deverão ser apresentados através das seguintes formas:

16.6.1 **Via protocolo**, diretamente na sede da prefeitura (Avenida Getúlio Vargas, n.º 1990, Centro, Piraquara, Paraná), durante o horário de expediente (das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas);

16.6.2 **Por meio eletrônico**, através do e-mail **licitacao@piraquara.pr.gov.br**, até 17:00 horas do último dia do prazo. O horário a ser considerado (no último dia de prazo apenas) será o do recebimento. Se este ocorrer após as 17:00 horas da data limite para apresentação o recurso será considerado intempestivo, devendo a interessada agir com a devida cautela para evitar a preclusão do seu direito. Em nenhuma hipótese o horário a ser considerando será o de envio, e não será concedida nenhuma tolerância, por menor que seja, em relação ao hora mencionada.

16.6.3 **Via correios**, hipótese na qual será considerada a data e horário constantes no comprovante de recebimento por parte do Município. Novamente ressalta-se que este deverá ocorrer até o horário limite (17:00 horas do último dia do prazo), sob pena de preclusão, devendo a interessada agir com a devida cautela para evitar a que sua solicitação seja



intempestiva. Em nenhuma hipótese o horário a ser considerando será o de envio, e não será concedida nenhuma tolerância, por menor que seja, em relação a hora mencionada.

16.7 Os recursos (bem como as respostas a estes apresentadas) devem ser devidamente assinados pelo(s) respectivo(s) sócio(s) das empresas ou por representante que detenha poderes para o ato, devendo ser juntado(s) o(s) respectivo(s) documentos que permitam verificar a capacidade representativa do subscritor (credenciamento/procuração), caso ainda não tenham sido apresentados/verificados na sessão sob pena de não conhecimento.

16.8 Não serão conhecidos recursos interpostos fora do prazo ou que não tenha havido a expressa intenção de recorrer durante a sessão de julgamento das propostas.

16.9 Os recursos serão recebidos, quanto a seus efeitos, nos termos do que dispõe o § 2º do artigo 109 da Lei 8.666/1993.

16.10 Apresentadas as manifestações das licitantes, o Pregoeiro poderá no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

16.10.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

16.10.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão;

16.10.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso à Autoridade Superior;

16.10.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

16.10.5 Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

16.11 O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela Autoridade Superior importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.12 A **decisão em grau de recurso** será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, da seguinte forma:

16.12.1 Através da divulgação no **site www.piraquara.pr.gov.br**, no link "licitações", a conhecimento de todos, nos termos do exposto no item 6.2.

16.12.2 Será enviada cópia da decisão para o endereço eletrônico informado pelos participantes, seguindo-se ao disposto do já explicitado no subitem **15.5**.

17 **DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**



- 17.1 Prestar os serviços descritos no **Termo de Referência** em conformidade com a proposta apresentada e nas formas especificadas;
- 17.2 A execução dos serviços deverá ser efetuada por funcionários da empresa contratada, devidamente identificados com uniforme ou crachá e portando cédula de identidade;
- 17.3 Todos os dispositivos, acessórios, materiais, ferramentas e equipamentos essenciais ou complementares a execução dos serviços, são de responsabilidade da contratada;
- 17.4 A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços efetuados e, em pleno funcionamento
- 17.5 No caso de impossibilidade da manutenção por falta de peças ou outro motivo de força maior, o problema deve ser especificado por meio de laudo técnico emitido pela contratada;
- 17.6 O laudo será analisado por profissional do Departamento de Tecnologia da Informação que poderá ser aceito ou não;
- 17.7 As despesas decorrentes do transporte/deslocamento de técnicos, bem como de veículos, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução dos serviços são de responsabilidade da contratada;
- 17.8 Ao término da execução de cada registro de chamada, será emitido um laudo de certificação do serviço executado.
- 17.9 Um técnico do Departamento de Tecnologia da Informação deverá realizar uma vistoria e emitir um Termo de Aceite.
- 17.10 A contratada poderá responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus funcionários, quando em serviço,
- 17.11 A contratada deverá arcar com todos os custos para cumprimento da garantia, inclusive no caso de necessidade de transporte (técnicos ou equipamentos);
- 17.12 Todos os serviços executados serão vistoriados e atestados pelo Departamento de Tecnologia da Informação, a cada etapa do serviço concluído;
- 17.13 Os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução dos serviços objeto deste CONTRATO, correrão por conta da CONTRATADA.
- 17.14 Fica desde já convencionado que a CONTRATADA cede e transfere, à CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional, além dos serviços previstos neste CONTRATO, a posse, propriedade, direitos de repetição parcial ou total dos trabalhos e documentos criados no âmbito do mesmo, podendo a CONTRATANTE fazer o uso que lhe convier.



18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 18.1 Efetuar o pagamento ajustado;
- 18.2 Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a detentora do contrato possa entregar os serviços solicitados;
- 18.3 Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação por escrito da detentora do contrato, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

19 DA CONTRATAÇÃO

- 19.1 Adjudicado o objeto da licitação à licitante vencedora, a licitante adjudicatária será notificada para assinar o **CONTRATO** respectivo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas nesse edital e no artigo 81 da Lei 8.666/1993.
- 19.2 A notificação será realizada por fac-símile, e-mail, telefone, carta com aviso de recebimento ou publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e em jornal impresso de grande circulação.
- 19.3 Transcorrido o prazo do item **18.1** sem a assinatura do **CONTRATO**, a Administração poderá convocar as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições propostas pelo primeiro classificado; ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no item **19** do edital.
- 19.4 São partes integrantes do contrato o presente edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo administrativo e que tenham servido de base para a presente licitação.
- 19.5 A Administração publicará no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e em jornal impresso de grande circulação o extrato do **CONTRATO** e os eventuais aditamentos.
- 19.6 Assinado o contrato, os serviços deverão ser iniciados e o sistema deverá ser implantado **no máximo em até 10 (dez) dias contados a partir da data da Ordem de Serviços**.
- 19.7 O prazo de **vigência** do contrato será de 17 (**dezesete**) meses e inicia-se na data da assinatura do mesmo, e a Administração poderá solicitar prorrogação de até 48 (quarenta e oito) meses, na forma da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no **TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 19.8 O prazo de **execução dos serviços**, objeto do presente edital, será de até 17 (**dezesete**) meses.



19.9 A Administração reserva-se no direito de paralisar ou suspender a execução da prestação do serviço a qualquer tempo, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente fundamentada, situação em que a contratada será ressarcida proporcionalmente à execução do contrato.

19.10 A Administração reserva-se no direito de recusar todo e qualquer serviço em desconformidade com o presente edital e o contrato, que sejam considerados inadequados.

19.11 A fiscalização da execução do objeto do Contrato será realizada pelo CONTRATANTE, por meio de servidor (es) pertencente(s) a portaria de gestor de contrato vigente, o qual seguirá as disposições da Legislação em vigor, bem como, as condições previstas neste instrumento.

20 DAS SANÇÕES

20.1 As sanções estão regidas pelo artigo 87, da Lei 8.666/93, sendo balizadas pelas normas estabelecidas neste Edital.

20.2 A inexecução parcial ou total das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência a cominação de sanções pecuniárias e restritivas de direitos, a serem aplicadas em conformidade com as normas contidas em lei e neste Edital.

20.3 Constatada a infração contratual, o processo administrativo respeitará o procedimento definido no Decreto Municipal 5326/2016.

20.4 Garantido o contraditório e a ampla defesa, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções, de forma gradativa, respeitada a proporcionalidade e a razoabilidade, tendo como fundamento a gravidade da conduta da detentora do contrato:

20.4.1 Advertência;

20.4.2 Multa de mora;

20.4.3 Multa pela inexecução;

20.4.4 Cancelamento do Contrato com a licitante;

20.4.5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos;

20.4.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

20.5 A pena de **advertência** será aplicada como medida de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre



que a detentora do contrato descumprir qualquer das cláusulas contratuais ou desatender determinação da autoridade competente para acompanhar a execução do contrato.

20.6 A pena de **multa de mora** será aplicada em qualquer situação de atraso injustificado **na entrega do produto registrado**, contados da data da solicitação e/ou nota de empenho realizada pela Administração, podendo ser aplicado cumulativamente com os subitens **18.4.1, 18.4.3, 18.4.4, 18.4.5 e 18.4.6**.

20.6.1 Multa de 1% (um por cento) do valor da nota de empenho e/ou autorização de compra, por dia de atraso injustificado, contados após o vencido o prazo do item 18.1.

20.6.2 A aplicação da multa acima, limita-se ao máximo de 30 (trinta) dias de atraso, quando será considerada inexecução total do contrato pela Administração Municipal, aplicando-se a multa do item anterior acumulado com o item 18.8.2.

20.7 A pena de multa pela inexecução será aplicada em qualquer situação de descumprimento parcial ou total das cláusulas contratuais ou em situações de atrasos superior a 30 (trinta) dias, podendo ser aplicado cumulativamente com os subitens 18.4.1, 18.4.2, 18.4.4, 18.4.5 e 18.4.6.

20.8 A pena de multa pela inexecução será aplicada da seguinte forma:

20.8.1 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta em caso da licitante vencedora recusar-se em firmar contrato com a Administração ou pela desistência da proposta apresentada, salvo, neste último caso, motivo justo aceito pela Administração;

20.8.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato em caso de inexecução total do contrato;

20.9 As sanções descritas nos itens 18.4.5 e 18.4.6 aplicam-se nas situações em que o prejuízo ao interesse público e o prejuízo pecuniário justificam a imposição de penalidade que ultrapassem a mera sanção pecuniária, avaliando-se tais prejuízos em regular processo administrativo.

20.10 Ultrapassado o limite de atraso injustificado, contido no item 18.1 ou o não comparecimento dos profissionais no local, dia e horário programado para a execução dos produtos, poderá a Administração Municipal considerar o fato como inexecução total do contrato, aplicando as penalidades 18.4.4, cumulada com o item 18.4.5 ou 18.4.6, a depender do caso concreto, sem prejuízo do conteúdo do item 18.8.2

20.11 O atraso injustificado na entrega dos produtos; ou a entrega ou a prestação parcial do objeto licitado, que ultrapasse 30 (trinta) dias, implicará o cancelamento do contrato da licitante



vencedora e a rescisão contratual, permitindo-se que a Administração convoque a segunda colocada para formalização de novo contrato.

20.12 Em caso da inadimplência da penalidade de multa no prazo estipulado pela Administração, após regular processo administrativo, implicará na inscrição em dívida ativa.

20.13 Nos casos omissos, aplicam-se as disposições contidas na Lei 8.666/93.

20.14 As sanções aqui previstas não impedem a aplicação de sanções e cominações que se fizerem necessárias, em especial em caso de perdas e danos, danos materiais e morais, mesmo que não expressos no Edital.

21 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 O pagamento será efetuado **em 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura**. A Nota Fiscal deverá informar a modalidade e número da licitação, descrição dos itens, nº. do empenho e dados bancários **acompanhados das provas de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Certidões de Regularidade Fiscal das Fazendas Públicas da União, Estado e Município e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas**, conforme prevê a Lei Federal nº. 12.440, de 07/07/2011, e estar devidamente atestada pela Secretária competente e Gestor do contrato, sendo:

21.1.1 A Nota Fiscal deverá ser apresentada com os valores levando em consideração o número de usuários ativos aferidos no mês anterior.

21.1.2 As Notas Fiscais dos produtos a serem entregues deverão ser emitidas para o **MUNICÍPIO DE PIRAQUARA - CNPJ nº. 76.105.675/0001-67**.

21.2 O prazo mencionado para pagamento refere-se à documentação apresentada sem incorreções. No caso de documentação apresentada com incorreções ou com prazo de validade vencido, os mesmos serão devolvidos à detentora do contrato para nova apresentação.

21.3 Caso a detentora do contrato entregue certidão com data expirada ou que venha expirar-se antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada.

21.4 Os pagamentos decorrentes do cumprimento do objeto da presente licitação, no exercício de 2019, correrão por conta dos recursos de dotações orçamentárias do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Piraquara, conforme abaixo discriminado:

Órgão / Unid.	Despesa	Saldo Disponível	Fonte	Dotação	Valor Global R\$
---------------	---------	------------------	-------	---------	------------------



06.001	812	R\$	1000	3.3.90.39.00.00	R\$ 2.083.000,00
--------	-----	-----	------	-----------------	------------------

21.5 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item **20.1**, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

21.6 Havendo a prorrogação do contrato, os pagamentos decorrentes da entrega dos produtos objeto da presente licitação, nos períodos subsequentes, correrão por conta das correspondentes dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária respectiva, sendo que as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo.

21.7 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art.65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

22 DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

22.1 Será de responsabilidade da licitante, fornecer todos os materiais e insumos, bem como arcar com as despesas referentes à mão de obra a ser empregada na execução do objeto e outras despesas tributárias, previdenciárias, etc.

22.2 A prestação do serviço deverá ser executada dentro das especificações exigidas no **Termo de Referência** e o Gestor do Contrato deste Município fará eventuais diligências para verificação das entregas do serviço efetuadas. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, será oportunizada à CONTRATADA as devidas correções, que na eventualidade não serem realizadas, aplicar-se-á à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

22.3 A eventual inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO ou restringir a regularização e o uso dos SERVIÇOS.

22.4 Nas Reclamações Trabalhistas ou nas Ações Judiciais relacionadas aos SERVIÇOS objeto da presente licitação, em que o Juízo de Primeira Instância decida pela procedência dos pedidos constantes na petição inicial, com a condenação do MUNICÍPIO, o MUNICÍPIO fará de imediato a retenção dentre os créditos existentes ou futuros da CONTRATADA, mesmo que de CONTRATO diferente, até o valor atribuído à condenação. Este valor poderá ser revisto pelo MUNICÍPIO, através de solicitação do órgão jurídico, quando o andamento do processo trabalhista indicar esta necessidade.



22.5 A contratada deverá deixar preposto responsável pelo contrato para contato com a Administração.

22.6 Caso verificado a impossibilidade de executar a prestação do serviço, por fato superveniente alheio a sua vontade, deverá a contratada comunicar o fato a CONTRATANTE, para que a seu exclusivo critério e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, profira uma decisão.

22.7 Os demais critérios para o adimplemento contratual estão dispostos no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

22.8 A fiscalização da execução do objeto do Contrato será realizada pelo CONTRATANTE, por meio de servidor (es) pertencente(s) a portaria de gestor de contrato vigente, o qual seguirá as disposições da Legislação em vigor, bem como as condições previstas neste instrumento.

23 **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

23.1 O contrato será rescindido unilateralmente pela Administração:

23.1.1 Quando ocorrido descumprimento injustificado de quaisquer cláusulas do edital ou do contrato;

23.1.2 Quando houver atraso injustificado na prestação do serviço objeto do certamente, que ultrapasse 30 (trinta) dias, sem prejuízo das sanções cabíveis descritas no item 19 do edital;

23.1.3 Quando houver injustificada paralisação na prestação do serviço, sem a prévia comunicação à Administração;

23.1.4 Quando ocorrer a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

23.1.5 Quando a contratada deixar de possuir quaisquer dos requisitos de habilitação exigidos por este edital;

23.1.6 Quando decretada a falência ou instaurada a insolvência civil da contratada;

23.1.7 Quando ocorrer alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

23.1.8 Quando ocorrido razões de interesse público de alta relevância e de conhecimento amplo, devidamente justificado, autorizados pela mais alta autoridade da Administração;

23.1.9 Nos demais casos descritos na Lei 8.666/1993;



23.2 A rescisão contratual não impedirá a aplicação de sanções administrativas descritas no item **19** deste edital.

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

24.2 Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Piraquara, **mediante justificativa motivada**, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

24.3 Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.4 A licitante intimada para apresentar esclarecimentos, deverá fazê-lo no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

24.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

24.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Piraquara.

24.7 Na contagem dos prazos considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando houver expressa disposição em contrário.

24.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará na inabilitação ou desclassificação da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização do direito administrativo, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.



24.9 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

24.10 Em casos de omissão do Edital, aplicam-se subsidiariamente a Lei Federal nº 10.520/2002 e, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993, bem como, as disposições pertinentes da Lei Complementar Federal nº 123/2006, e o Decreto Municipal nº 2516/2004.

24.11 A participação do proponente implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

24.12 Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com exclusão de qualquer outro.

24.13 Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos proponentes presentes.

24.14 Em conformidade com o disposto no artigo 17, § 5º, do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005, para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília – Distrito Federal.

25 ANEXOS DO EDITAL

25.1 Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I: Termo de Referência;

ANEXO II: Modelo carta de credenciamento;

ANEXO III: Modelo de declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

ANEXO IV: Formulário padrão para preenchimento da proposta de preços;

ANEXO V: Modelo de declaração (cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da CF);

ANEXO VI: Modelo de declaração de responsabilidade;

ANEXO VII: Modelo de declaração de idoneidade;

ANEXO VIII: Declaração de inexistência de parentes na Administração Pública Municipal;

ANEXO IX: Minuta do contrato;

ANEXO X: Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte;

ANEXO XI: Relação de documentos para cadastro de fornecedor;

Piraquara, 29 de maio de 2019.

GIRLEI EDUARDO DE LIMA

Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação Geral

Página 35 de 66

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

Av. Getúlio Vargas, 1990 | Centro - Piraquara - Paraná | Tel: (41) 3590-3527

www.piraquara.pr.gov.br



ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS, GEOPROCESSAMENTO, FORNECIMENTO DE SISTEMAS E TREINAMENTO.**

2. JUSTIFICATIVA

Esta Municipalidade adquiriu em 2017, rol de produtos voltados ao Planejamento Urbano bem como a atualização do Cadastro Técnico Municipal. Dentre os produtos adquiridos, constam as Ortofotocartas digitais coloridas com GSD de 12 (doze) cm, o Levantamento Cadastral de 12.500 unidades imobiliárias, bem como a compatibilização destes dados em um Banco de Dados Espacial, contendo os Setores, Bairros, Quadras, Lotes, Edificações e Logradouros.

A quantidade inicialmente prevista se mostrou insuficiente, visto ao exponencial crescimento no número de imóveis identificados nas imagens aéreas capturadas, culminando em etapa essencial prevista nesta nova contratação.

Estes dados cadastrais ao serem levantados, são essenciais ao Planejamento Urbano e a Tributação, fornecendo subsídios para um melhor controle do uso do solo, melhor prestação de serviços essenciais e o estabelecimento de uma política tributária justa, assegurando o desenvolvimento socioeconômico adequado e harmonioso.

Os serviços de Levantamento Cadastral ora previstos estão alicerçados na utilização da Base de Dados Espacial existente, como apoio às atividades de campo na orientação e identificação dos elementos a cadastrar.

Neste contexto, os serviços e produtos oriundos desta Contratação, são imprescindíveis ao desenvolvimento institucional do Município, e à implementação de projetos de natureza urbanística, de infraestrutura e ambiental garantindo a aplicabilidade das ações previstas pelos diversos estudos que se encontram em desenvolvimento pelas Secretarias Municipais.



3. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS

3.1. Antes do início dos trabalhos, a Contratada deverá reunir-se com a equipe técnica Municipal para as seguintes definições:

3.1.1. Nivelamento conceitual das equipes da Contratada e Municipal;

3.1.2. Detalhamento dos procedimentos;

3.1.3. Esclarecimento de todos os aspectos sobre os quais eventualmente restem dúvidas;

3.1.4. Fornecer previamente a lista de todo o pessoal da equipe envolvida no projeto para a prévia avaliação por parte da Contratante;

3.1.5. Apresentação do material de divulgação dos trabalhos (Jornal, Rádio, etc.).

3.2. Deverá ser executada a atualização do Cadastro Imobiliário, contemplando o levantamento georreferenciado em campo de até 30.000 (trinta mil) unidades imobiliárias novas ou unidades com ampliação da área construída existente, que deverão ser identificadas através das OrtofotoCartas digitais coloridas em escala 1:1.000 (GSD de 12 cm, datadas de 2017) que serão fornecidas pelo Município.

3.2.1. A atualização de Cadastro constante no item acima, **não deverá ser executada nos seguintes**

Bairros/ Localidades:

- ✓ Araçatuba
 - ✓ Bom Jesus dos Passos
 - ✓ Francisco Schuartz
 - ✓ Granjas Centenário
 - ✓ Gugelmim
 - ✓ Jardim Primavera das Laranjeiras
 - ✓ Jardim Santa Monica
 - ✓ JD. Bela Vista
 - ✓ JD. das Araucárias
 - ✓ JD. Esmeralda
 - ✓ Mossoró
 - ✓ Parque Guapira
 - ✓ Planta Rosy
 - ✓ Pracinha
 - ✓ Recanto das Águas
 - ✓ Salgueiro
- Página 37 de 66



- ✓ Santa Margarida
- ✓ Sezinando Armstrong
- ✓ Vila Ipanema
- ✓ Vila Iraí
- ✓ Vila Maria
- ✓ Vila Militar
- ✓ Vila Nascimento
- ✓ Vila Vicente Macedo

3.3. O Levantamento georreferenciado das edificações previstas no item 3.2, deverá ser obtido através de medições em campo, não sendo admitida a utilização de medidas oriundas de restituição estereofotogramétrica ou vetorização sobre OrtofotoCartas.

3.4. Os atributos e imagens digitais das unidades imobiliárias deverão ser coletadas através de coletores de dados digitais com câmera digital acoplada ou integrada, com resolução mínima de 5,0 (cinco) megapixels, de acordo com os dados constantes no Boletim de Cadastro Imobiliário existentes no Município.

3.5. Para os imóveis que não apresentarem atualização cadastral conforme item 3.2, deverá ser obtida a imagem frontal, bem como a conferência da numeração predial (Número do Imóvel).

3.6. Quando não for possível proceder com o levantamento ou coleta de dados e imagens de algum imóvel, deverá constar no croqui e posteriormente no Banco de Dados, o motivo:

3.6.1. Proprietário ausente;

3.6.2. Levantamento não autorizado pelo proprietário;

3.6.3. Ou edificação não habitada;

3.7. Deverão ser programadas equipes para trabalhar aos sábados quando necessário, a fim de revisitar os locais em que os proprietários estavam ausentes ao menos uma vez. Cumpridos os procedimentos nos casos onde ocorrer à ausência do responsável ou o impedimento da equipe, a área construída será estimada a partir de elementos existentes na OrtofotoCartas na escala 1:1.000, utilizando um beiral padrão de 80 cm para desconto de área.



3.8. Deverá ser realizada a edição vetorial dos Croquis retornados do Levantamento em campo, bom como a sua geocodificação (criando uma chave de ligação no relacionamento entre as duas Bases de Dados (Espacial e Atributos)), com destaque para as camadas Quadra, Lote e Edificação/ Unidade.

3.9. A representação gráfica das Quadras e Lotes deverá ser comparada com as Plantas de Quadras existentes, Loteamentos, Base de Dados de Atributos atualmente usada no Sistema Tributário e com o Levantamento em campo realizado.

3.10. Na sequência que os Bairros/ Localidades forem sendo levantados e processados, deverão ser preparados pela Contratada os arquivos contendo as Cartas de Notificação aos contribuintes dos imóveis que apresentarem alteração em dados cadastrais detectada, mediante texto e critérios estabelecidos pela Prefeitura.

3.10.1. A Notificação deverá ser gerada em arquivo no formato PDF;

3.10.2. Deverá constar no mínimo a foto de fachada do imóvel, Mapa de Localização destacando o Imóvel, e diferença da área construída, que será comparada com a atualmente existente no Sistema Tributário.

3.11. A notificação será impressa e enviada aos contribuintes dos imóveis pela Prefeitura.

3.12. Ficará a cargo da Contratada, a geração de arquivo de dados com todas as alterações e novos cadastros, que deverá ser definido de comum acordo com a equipe técnica Municipal, para importação destes no Sistema de Gestão Tributária existente, portanto a empresa deverá possuir API de integração com os sistemas Geomais que a Prefeitura adquiriu em processo anterior.

4. LEVANTAMENTO CADASTRAL DE LOGRADOUROS

4.1. Deverá ser executada a atualização da Base de Dados dos Logradouros, estimado em 750 (setecentas e cinquenta) Seções de Logradouro, contemplando:

4.1.1. Coleta dos atributos e imagem digital de cada Seção de Logradouro, através de coletores de dados digitais com câmeras digitais acopladas ou integradas, com resolução mínima de 5,0 (cinco) megapixels, de acordo com os dados constantes no Boletim de Cadastro de Logradouros existente no Município.



4.2. Ficará a cargo da Contratada, a geração de arquivo de dados com todas as alterações e novos cadastros, que deverá ser definido de comum acordo com a equipe técnica Municipal, para importação destes no Sistema de Gestão Tributária existente.

5. CONVERSÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE DADOS

5.1. A Conversão e compatibilização de Dados consistem em uma etapa de adequar os elementos cartográficos em meio analógico e digital, bem como os atributos contidos em Base de Dados já existentes, contribuindo para o enriquecimento da Base de Dados Espacial existente.

5.2. Nesta etapa a contratada deverá disponibilizar no Sistema de Informações Geográficas previsto nesta Contratação, as seguintes camadas cartográficas:

5.2.1. Setores Censitários do IBGE;

5.2.2. Regionais de Saúde;

5.2.3. Áreas de Saúde;

5.2.4. Micro áreas de Saúde;

5.2.5. Representação das Unidades de Ensino;

5.2.6. Representação das Unidades de Saúde;

5.2.7. Representação das Unidades Públicas da Administração Municipal;

5.2.8. Áreas de Risco já mapeadas;

5.2.9. Áreas suscetíveis a risco de inundação ou deslizamentos, a serem delimitados pela Defesa Civil sobre o material cartográfico existente.

5.3. Nesta etapa a contratada deverá disponibilizar no Sistema de Informações Geográficas previsto nesta Contratação, os seguintes atributos:

5.3.1. Dados dos Setores Censitários do IBGE;

5.3.2. Dados constantes nas fichas de Cadastro de Domicílios, Pessoas/ Famílias, constantes do Banco de Dados E-SUS Atenção Básica;

5.3.3. Dados das Áreas de Risco existentes;

6. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG)



a) **6.1.** Deverá apresentar número de licenças ilimitado e por tempo indeterminado, para uso exclusivo da Prefeitura Municipal.

6.2. O Sistema pretendido tem por objetivo principal, processar os dados oriundos do Cadastro Socioeconômico e Defesa Civil;

6.3. Deverá ser fornecido em dois módulos:

6.3.1. Cadastro Socioeconômico/ Saúde;

6.3.2. Defesa Civil;

6.4. O Sistema deverá operar através de navegador de internet, suportando os principais navegadores disponíveis, no mínimo, Microsoft Internet Explorer, Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome.

7. TREINAMENTO

7.1. A proponente deverá efetuar o treinamento da equipe mínima de 15 (QUINZE) servidores municipais que acompanharão os trabalhos, objetivando a apresentação dos propósitos a serem alcançados no desenvolvimento dos trabalhos, bem como nos Sistemas a serem fornecidos.

7.2. A Contratada deverá elaborar manuais com todos os procedimentos abordados na execução dos serviços e no treinamento, disponibilizando os mesmos em formato .PDF.

7.3. Os treinamentos e capacitações deverão ser ministrados em duas etapas: teórica e prática;

8. SUPORTE TÉCNICO

8.1. A Contratada deverá fornecer suporte técnico, manutenção e atualização do Sistema ofertado, por um período de 12 (doze) meses após a implantação dos mesmos.

8.2. Com a implantação dos Sistemas, deverão ser iniciados os serviços de suporte e manutenção, através de consultas e informações via internet ou telefone, que compreendem:

8.2.1. Manutenção preventiva e corretiva do aplicativo;



8.2.2. Suporte ao usuário da equipe municipal para solução de dúvidas, ocorrências de problemas não previstos e adequação de configuração;

8.2.3. Correção de eventuais falhas, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento dos mesmos.

8.2.4. Assessoria técnica aos servidores municipais nas operações de rotina do programa.

8.3. A Contratada deverá disponibilizar procedimentos de contato com o Departamento de Suporte da mesma, através de Telefone, E-mail e Software específico de abertura de chamados, todos em operação que coincidam no mínimo com os horários de funcionamento da Prefeitura.

9. DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES EM CADA ETAPA

9.1. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS

9.1.1. Base de dados do Cadastro Imobiliário atualizado;

9.1.2. Base de Dados espacial Geocodificada e preparada para Geoprocessamento;

9.1.3. Imagens digitais frontais das unidades imobiliárias;

9.1.4. Arquivo em formato PDF contendo as Notificações;

9.2. DO LEVANTAMENTO CADASTRAL DE LOGRADOUROS

9.2.1. Base de dados do Cadastro de Logradouros atualizado;

9.2.2. Base de Dados espacial Geocodificada e preparada para Geoprocessamento;

9.2.3. Imagens digitais frontais das seções de logradouro;

9.3. CONVERSÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE DADOS

9.3.1. Base de dados Cartográfica compatibilizada;

9.3.2. Base de dados de atributos compatibilizada;

9.4. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG)

9.4.1. Sistema de Informações Geográficas (SIG) / Módulo, aplicado a Defesa Civil/ Riscos e Desastres instalados nas dependências da Prefeitura;

9.4.2. Sistema de Informações Geográficas (SIG) / Módulo, aplicado ao Cadastro Socioeconômico/ Saúde instalado nas dependências da Prefeitura;

9.5. TREINAMENTO

Página 42 de 66



9.5.1. Treinamento da equipe de servidores municipais;

9.5.2. Relatório contendo a identificação de cada membro da equipe que trabalhará no desenvolvimento das atividades, bem como as respectivas funções;

9.5.3. Manuais de procedimentos e material de consulta para os treinados, para sua futura utilização.

9.6. SUPORTE TÉCNICO

9.6.1. Relatório mensal, indicando a carga horária das atividades desenvolvidas e atendimentos realizados;

10. PREÇOS MÁXIMOS

	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	UNIDADE	QTD	VALOR MÁX. UNITÁRIO	VALOR MÁX. TOTAL
1.	Levantamento in loco para a medição e coleta dos atributos e imagens das novas unidades imobiliárias ou unidades com ampliação da área construída em relação ao Cadastro Imobiliário existente	Unidade Imobiliária	30.000	45,00	1.350.000,00
2.	Edição Vetorial, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica	Unidade Imobiliária	30.000	9,90	297.000,00
3.	Coleta da Imagem Digital dos imóveis existentes sem alteração de área construída	Unidade Imobiliária	5.000	5,00	25.000,00
4.	Coleta dos Atributos Cadastrais e Imagem Digital das Seções de Logradouros	Seção	750	30,00	22.500,00
5.	Conversão de compatibilização de Base de Dados	Hora	150	250,00	37.500,00
6.	Fornecimento de sistema de informações geográficas (SIG) aplicado a defesa Civil	unidade	1	150.000,00	150.000,00
7.	Fornecimento de sistema de informações geográficas (SIG) aplicado ao cadastro sócio econômico/saúde	unidade	1	150.000,00	150.000,00
8.	Treinamento em Sistema de Informações Geográficas (SIG) previstos nesta contratação	Hora	60	250,00	15.000,00
9.	Suporte Técnico, manutenção e atualizações tecnológicas	Mês	12	3.000,00	36.000,00
	TOTAL			R\$ 2.083.000,00	



11. CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO (MESES)								UNIDADE	QTD.
		1	2	3	4	5	6	7	8		
1	Levantamento in loco para a medição e coleta dos atributos e imagens das novas unidades imobiliárias ou unidades com ampliação da área construída em relação ao Cadastro Imobiliário existente									Unidade Imobiliária	30.000
2	Edição Vetorial, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica									Unidade Imobiliária	30.000
3	Coleta da Imagem Digital dos imóveis existentes sem alteração de área construída									Unidade Imobiliária	5.000
4	Coleta dos Atributos Cadastrais e Imagem Digital das Seções de Logradouros									Seção	750
5	Conversão de compatibilização de Base de Dados									Hora	150
6	Fornecimento de Sistema de Informações Geográficas (SIG) / Módulo, aplicado a Defesa Civil/ Riscos e Desastres									Sistema	1
7	Fornecimento de Sistema de Informações Geográficas (SIG) / Módulo, aplicado ao Cadastro Socioeconômico/ Saúde									Sistema	1
8	Treinamento em Sistema de Informações Geográficas (SIG) previstos nesta contratação									Hora	60
9	Suporte Técnico, manutenção e atualizações tecnológicas	Após implantação dos Sistemas								Mês	12

GIRLEI EDUARDO DE LIMA

Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação Geral



PLANILHA FINANCEIRA PARA PREENCHIMENTO DE VALORES PRATICADOS PELA EMPRESA, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS		UNIDADE	QTD.	VALORES (R\$) POR ETAPA	
				UNIT.	TOTAL
1	Levantamento in loco para a medição e coleta dos atributos e imagens das novas unidades imobiliárias ou unidades com ampliação da área construída em relação ao Cadastro Imobiliário existente	Unidade Imobiliária	30.000		
2	Edição Vetorial, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica	Unidade Imobiliária	30.000		
3	Coleta da Imagem Digital dos imóveis existentes sem alteração de área construída	Unidade Imobiliária	5.000		
4	Coleta dos Atributos Cadastrais e Imagem Digital das Seções de Logradouros	Seção	750		
5	Conversão de compatibilização de Base de Dados	Hora	150		
6	Fornecimento de Sistema de Informações Geográficas (SIG) aplicado a Defesa Civil/ Riscos e Desastres	Sistema	1		
7	Fornecimento de Sistema de Informações Geográficas (SIG) aplicado ao Cadastro Socioeconômico/ Saúde	Sistema	1		
8	Treinamento em Sistema de Informações Geográficas (SIG) previstos nesta contratação	Hora	60		
9	Suporte Técnico, manutenção e atualizações tecnológicas	Mês	12		
VALOR TOTAL (R\$)					



ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

PIRAQUARA - PR

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2019

Pelo presente instrumento, credenciamos o Sr (a).
_____, portador (a) da Cédula de
Identidade com RG nº _____, para participar do procedimento licitatório
consistente no **Pregão Presencial nº 56/2019**, podendo praticar todos os interesses da representada,
inclusive os poderes específicos para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos
inerentes ao certame.

_____ de _____ de 2019.

(carimbo da empresa, nome e assinatura do representante legal)

Observação:

**Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar, preferencialmente, formulário com
timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.**



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

PIRAQUARA - PR

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2019.

Senhor Pregoeiro:

Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4º., inciso VII, da Lei nº. 10.520/2002, de 17/07/2002, a empresa(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2019** cujo objeto é

(Caso haja alguma irregularidade com relação à habilitação fiscal e trabalhista, a empresa deverá fazer constar essa ressalva na presente declaração).

....., de de 2019.

(carimbo da empresa, nome e assinatura do representante legal)

Observação: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar, preferencialmente, formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



ANEXO IV

(FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA)

PREGÃO PRESENCIAL nº 56/2019

Razão Social DA EMPRESA:.....

CNPJ/MF:.....**FONE/FAX:**.....

Prezados Senhores:

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossas Senhorias, nossa proposta de preços relativa ao Pregão Presencial, cujo objeto é a contratação de serviços de levantamento de informações cadastrais, geoprocessamento, fornecimento de sistemas e treinamento, conforme especificações contidas no anexo I - termo de referência.

Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário (máximo)	Valor Total (máximo)
01			R\$	R\$
TOTAL GLOBAL				R\$

Validade da Proposta é de (mínimo 60 dias) dias.

Declaramos que conhecemos todas as estipulações estabelecidas no ato convocatório do certame, bem como as disposições da Lei nº. 8666/93 e Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares 123/06 e 127/07, que rege o presente.

....., de de 2019.

(carimbo da empresa, nome e assinatura do representante legal)

Observação:

Ao redigir a presente Proposta, o Proponente deverá utilizar formulário, preferencialmente, com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, indicando conta bancária para depósito, caso seja firmado a ata de registro de preços.



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

PIRAQUARA - PR

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2019.

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no **inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição de 1988**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: (assinalar uma das alternativas)

- a) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
- b) não emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

....., em de de 2019.

(carimbo da empresa, nome e assinatura do representante legal)

Observação:

Ao redigir a presente declaração, o Proponente deverá utilizar, preferencialmente, formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

PIRAQUARA - PR

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2019.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade **Pregão Presencial nº 56/2019**, instaurado pela Prefeitura municipal de Piraquara, que:

- assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre a entrega dos produtos, objeto da licitação, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência da ata de registro de preços;

- Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, bem como ao Edital e anexos do **Pregão Presencial nº 56/2019**, realizado pela Prefeitura Municipal de Piraquara.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

....., em de de 2019.

(carimbo da empresa, nome e assinatura do representante legal)

Observação:

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar, preferencialmente, formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ

.



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

PIRAQUARA - PR

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2019

(Razão Social da licitante), através de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 2019.

Observação:

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar, preferencialmente, formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

PIRAQUARA - PR

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2019

A (Razão Social da licitante) inscrita no CNPJ sob nº,
com sede à Rua, nº, no Município, Estado, neste ato representada pelo
Sr(a)....., portador(a) da carteira de identidade RG nº e inscrito(a) no CPF sob nº,
declara sob penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida
empresa **NÃO** são ocupantes de cargos comissionados com poderes decisórios e nem são servidores
efetivos que atuam em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontram vinculados na
Administração Pública do Município de Piraquara e que **NÃO** possuem grau de parentesco consanguíneo
(cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º grau do Prefeito, Vice
Prefeito, Secretários Municipais e principalmente membros da comissão de licitação, pregoeiros ou
qualquer outra autoridade ligada à contratação, responsabilizando-se civil, administrativa e
criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 2019.

(carimbo da empresa, nome e assinatura do representante legal)

**Observação: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar, preferencialmente,
formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.**



ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO nº. XX/2019

Contrato firmado entre o Município de Piraquara e a empresa XXX, para prestação de serviço de **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS, GEOPROCESSAMENTO, FORNECIMENTO DE SISTEMAS E TREINAMENTO,**

O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 1.990, Centro – Piraquara-PR – CEP: 83301-010, inscrito no CNPJ/MF 76.105.675/0001-67, neste ato representada por seu Prefeito, Senhor **MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade Civil - R.G. nº. 3.130.922-0/SSP-PR e CPF/MF sob nº. 561.914.489-53, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa Pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua – CIC – – CEP:, inscrita no CNPJ/MF sob nº., neste ato representado pelo senhor,,, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. nº..... e CPF/MF sob nº., a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições do **Processo Administrativo nº/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº/2019**, pelos termos da proposta da Contratada datada de XX/XX/2019 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do PRESENTE É A **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS, GEOPROCESSAMENTO, FORNECIMENTO DE SISTEMAS E TREINAMENTO,**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

Pelo cumprimento do objeto ora contratado, a Contratante pagará a Contratada, o valor de R\$ xxxxxxxx, nas condições estabelecidas no termo de referência e no contrato

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas com a execução do objeto deste Contrato serão financiadas com os seguintes recursos:



Órgão / Unid.	Despesa	Saldo Disponível	Fonte	Dotação	Valor Global R\$
06.001	812		1000	3.3.90.39.00.00	

CLÁUSULA QUARTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

O preço pelo qual será contratado o objeto do contrato não sofrerá reajuste pelo período contratado de 12 (doze) meses. Havendo necessidade de ocorrência do reajuste; deverá ser utilizado o IPCA.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a implantar e entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 10 (**dez**) dias, da data da Ordem de Serviços.

Parágrafo Primeiro - Somente será admitida alteração do prazo quando:

- a) houver alteração do projeto e/ou de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;
- b) houver alteração de quantidades, obedecidos os limites fixados neste Contrato, por atos do CONTRATANTE;
- c) houver atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
- d) por atos do CONTRATANTE que interfiram no prazo de execução;
- e) atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;
- f) por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, desde que tenham influência direta sobre o fornecimento do objeto contratado
- g) outros casos previstos em lei.

Parágrafo Segundo - Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou suspensão do Contrato cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao Contrato. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como decorrentes de força maior.

Parágrafo Terceiro - Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do serviço, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

Parágrafo Quarto - O CONTRATANTE se reserva o direito de contratar a prestação do serviço com outra empresa, desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

Página 54 de 66



- I. Comunicar imediata e tempestivamente, por escrito, ao Município de Piraquara, a existência de impedimento de ordem ética ou legal em prestar o serviço que lhe foi demandado;
- II. Solicitar o correspondente substabelecimento de mandato específico sempre que for necessário para o cumprimento das obrigações contratadas, como, por exemplo, para solicitar documentos a terceiros;
- III. Receber os documentos que lhe forem encaminhados pelo Município de Piraquara, guardando o fiel sigilo profissional;
- IV. Comparecer à Prefeitura Municipal de Piraquara, sempre que solicitado e no horário por esta definido, desde que a reunião seja marcada com antecedência de no mínimo 5 (cinco) dias;
- V. Suportar as despesas decorrentes da prestação de serviços ora contratados, tais como impostos, cópias, deslocamentos, ligações telefônicas, uso de fax e correio e quaisquer outras vinculadas ao desenvolvimento do objeto do contrato;
- VI. Não utilizar o nome da Prefeitura Municipal de Piraquara, ou sua qualidade de prestador de serviço para a mesma, em qualquer modo de divulgação de suas atividades como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios, impressos etc.;
- VII. Não se pronunciar sobre o nome do Município de Piraquara aos órgãos da imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da CONTRATANTE, salvo se houver autorização expressa;
- VIII. Observar os princípios de ordem ética e moral;
- IX. Informar de imediato a ocorrência de qualquer ato relevante e/ou urgente que gere a necessidade de alguma providência por parte Município de Piraquara;
- X. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação previstas no Edital, bem como as demais qualificações exigidas neste Contrato, nos termos do art. 55, XIII, da Lei Federal n. 8.666/93;
- XI. Fazer as solicitações de documentos para instruir os processos, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis e, nos casos mais complexos, com prazo mais dilatado, sempre visando ao bom atendimento dos serviços;
- XII. Efetuar o recolhimento de todo e qualquer tributo ou encargo social, previdenciário, trabalhista, acidentes de trabalho e quaisquer outros não mencionados que de algum modo possam vir a incidir sobre os serviços objeto da presente contratação, ou sobre o trabalho realizado pelos seus advogados, estagiários, prepostos, correspondentes e demais



- funcionários, responsabilizando-se de forma exclusiva, por tais recolhimentos, isentando a Prefeitura Municipal de Piraquara de qualquer responsabilidade neste sentido;
- XIII. Pagar todos os tributos (impostos, taxas e contribuições) Federais, Estaduais e Municipais, incidentes sobre os serviços objeto deste contrato;
 - XIV. Prestar os serviços constantes no presente Contrato, em restrita obediência às especificações técnicas descritas nas condições estabelecidas.
 - XV. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - XVI. Disponibilizar, quando necessário às aulas, notebook e projetor multimídia;
 - XVII. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado na forma preestabelecida neste Termo de Referência;
 - XVIII. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante legal ou preposto para tratar de todos os assuntos relacionados ao contrato junto à Contratante;
 - XIX. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social dos profissionais alocados, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo legal;
 - XX. Realizar, às suas despesas, na forma da legislação pertinente, os exames médicos necessários tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho e na demissão de seus empregados;
 - XXI. Prever e prover o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, faltas ao serviço, demissões e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
 - XXII. Atender de imediato as solicitações da contratante quanto à substituição de pessoal considerado inadequado para a prestação dos serviços;
 - XXIII. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços constantes deste Termo de Referência;
 - XXIV. Prestar os esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato quando forem solicitados pela Contratante;
 - XXV. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregador, apresentando mensalmente ao Município a comprovação de recolhimento do FGTS e INSS, referente à força de trabalho alocada às atividades objeto do contrato;



- XXVI. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto as Leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- XXVII. Manter os seus empregados informados quanto às normas disciplinares da Contratante, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização, manutenção e a segurança das instalações, inclusive quanto à salvaguarda de documentos considerados sigilosos;
- XXVIII. Submeter-se à avaliação da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral quando solicitado, cumprindo as orientações e solicitações da mesma;

Parágrafo Primeiro - O Município de Piraquara poderá, a seu critério, aceitar a substituição ou inclusão de integrantes da equipe de trabalho, condicionada a aceitação à relevância e procedência dos motivos declinados ou à composição da equipe de trabalho como um todo.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA operará como prestador de serviços e, consequentemente, os seus funcionários não terão nenhum vínculo empregatício com o Município de Piraquara, sendo remunerados diretamente pela CONTRATADA, que será inteiramente responsável por todos os ônus e encargos decorrentes da Legislação Fiscal, Tributária, Trabalhista e Social vigentes.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA, a fim de atender ao objeto deste Contrato, solicitará ao Município de Piraquara todas as informações, dados e documentos que julgar necessários ao bom desempenho dos serviços ora pactuados.

Parágrafo Quarto - Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta e no **ANEXO I** deste Edital.

Parágrafo Quinto - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital.

Parágrafo Sexto - Garantir a prestação dos serviços com melhor qualidade, atendidas as especificações e normas técnicas para cada caso, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação.

Parágrafo Sétimo - Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

Parágrafo Oitavo - Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão de obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a



incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que não mencionadas no edital, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada.

Parágrafo Nono - Comunicar ao Gestor do Contrato toda e qualquer situação anômala no decorrer da execução do objeto da presente licitação, que possam causar prejuízos à Administração.

Parágrafo Décimo - Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

Parágrafo Décimo Primeiro - Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre a prestação do serviço, fornecendo toda e qualquer orientação que necessária para a perfeita utilização dos mesmos.

Parágrafo Décimo Segundo - A Contratada será responsável por quaisquer danos, perdas ou avarias a que der causa, por si e/ou por seus empregados, em instalações, informações e/ou pertences à Administração ou de terceiros, seja por imprudência, negligência ou imperícia, respondendo pelo ressarcimento dos prejuízos apurados.

Parágrafo Décimo Terceiro – Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária de sua responsabilidade incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato.

Parágrafo Décimo Quarto – **Cumprir demais obrigações constantes do ANEXO I do presente edital.**

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

- a)** fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato;
- b)** efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato;
- c)** garantir à CONTRATADA acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato e
- d)** garantir à CONTRATADO acesso às suas instalações.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado **em 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura**. A Nota Fiscal deverá informar a modalidade e número da licitação, descrição dos produtos, nº. do empenho e dados bancários **acompanhados das provas de regularidade com Previdência Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Certidões de Regularidade Fiscal das Fazendas Públicas da União, Estado e Município e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas**, conforme prevê a Lei Federal nº. 12.440, de

Página 58 de 66



07/07/2011, e estar devidamente atestada pela Secretária competente e Gestor do Contrato, sendo:

- I. A Nota Fiscal deverá ser apresentada com os valores levando em consideração o número de usuários ativos aferidos no mês anterior.
- II. **As Notas Fiscais deverão ser emitidas para a MUNICÍPIO DE PIRAQUARA - CNPJ nº. 76.105.675/0001-67.**

Parágrafo Primeiro - O pagamento somente ocorrerá com a apresentação da nota fiscal/fatura de serviços acompanhada com os seguintes documentos:

- I. Fatura discriminada, devidamente atestada pelo (s) fiscal (ais) designado (s) pela Administração;
- II. Extrato de Optante ou de Não Optante pelo Simples. Deverá ser informado na Nota Fiscal, as empresas que são optantes pelo simples nacional, assim como as alíquotas constantes nos anexos;
- III. Declaração do sócio ou proprietário da Contratada, de que não houve cessão de mão de obra;
- IV. Certidões de regularidade fiscal das fazendas públicas da união, estado e município;

Parágrafo segundo: Caso a contratada entregue certidão com data expirada ou que venha expirar-se antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada.

Parágrafo Terceiro: Na ocorrência de rejeição da (s) Nota (s) fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado para o pagamento, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Parágrafo Quarto – O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (*duas*) vias (*original e uma cópia*), no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação;

Parágrafo Quinto - Nenhum pagamento será efetuado sem apresentação dos documentos a que alude o item anterior, bem como enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à adjudicatária, em virtude de penalidade ou inadimplemento das obrigações assumidas pela adjudicatária ou decorrentes do Contrato;

Parágrafo Sexto – O pagamento somente efetuar-se-á mediante a tempestividade das certidões anteriormente mencionadas.

Parágrafo Sétimo – Caso a contratada entregue certidão com data expirada ou que venha expirar-se antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada.



CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO, TESTES, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÃO

A fiscalização da execução do objeto deste Contrato será realizada pelo CONTRATANTE, por meio de servidor (es) pertencente (s) a portaria de gestor de contrato vigente, o qual seguirá as disposições da Legislação em vigor, bem como, as condições previstas neste instrumento. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização deste Contrato, à medição baseada nos serviços executados verificará o andamento físico dos serviços, comparando-o com o Termo de Referência. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido com o Termo de Referência, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

Parágrafo Primeiro – A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento um ao outro para eventuais ajustes no cronograma dos serviços.

Parágrafo segundo – Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva, após o seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

As sanções serão aplicadas conforme as regras abaixo estabelecidas, às quais, em caso de omissão, aplicam-se as disposições da Lei Federal 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - A inexecução parcial ou total das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência a cominação de sanções pecuniárias e restritivas de direitos, a serem aplicadas em conformidade com as normas contidas em lei e neste Edital.

Parágrafo Segundo Constatado a infração contratual, a Contratada será intimada da infração e da sanção cominada, para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Terceiro - Recebida a defesa, a Autoridade deverá apresentar manifestação motivada, acolhendo ou rejeitando as razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não da penalidade.



Parágrafo Quarto - Intimada de decisão proferida, a contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação, para apresentar recurso a Autoridade Superior, salvo no caso da sanção de declaração de inidoneidade, na qual o prazo para recurso será de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Quinto - Garantido o contraditório e a ampla defesa, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções, de forma gradativa, respeitada a proporcionalidade e a razoabilidade, tendo como fundamento a gravidade da conduta da contratada:

- I. Advertência;
- II. Multa de mora;
- III. Multa pela inexecução;
- IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos;
- V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

Parágrafo Sexto - A pena de **advertência** será aplicada como medida de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que a contratada descumprir qualquer das cláusulas contratuais ou desatender determinação da autoridade competente para acompanhar a execução do contrato.

Parágrafo Sétimo - A pena de **multa de mora** será aplicada em qualquer situação de atraso injustificado **na prestação do serviço**, contados da data da solicitação e/ou nota de empenho realizada pela Administração, podendo ser aplicado cumulativamente com os subitens **advertência, multa pela inexecução, suspensão temporária e declaração de inidoneidade**:

- I. Multa de 1% (um por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado na prestação do serviço contratado;
- II. A aplicação da multa acima se limita ao máximo de 30 dias de atraso, quando será considerada **inexecução do contrato**, aplicando-se cumulativamente a multa do item seguinte.

Parágrafo Oitavo - A pena de **multa pela inexecução** será aplicada em qualquer situação de descumprimento parcial ou total das cláusulas contratuais ou em situações de atrasos injustificados, podendo ser aplicado cumulativamente com os subitens **advertência, multa de mora, suspensão temporária e declaração de inidoneidade**.

Parágrafo Nono - A pena de multa pela inexecução será aplicada da seguinte forma:



- I. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta em caso da licitante vencedora recusar-se em firmar contrato com a Administração ou pela desistência da proposta apresentada, salvo, neste último caso, motivo justo aceito pela Administração;
- II. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução parcial ou descumprimento de quaisquer das cláusulas do contrato, salvo no caso do item anterior;
- III. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução total do contrato;

Parágrafo Décimo - A sanção descrita nos itens **suspensão temporária e declaração de inidoneidade** aplicam-se nas situações em que o prejuízo ao interesse público e o prejuízo pecuniário justificam a imposição de penalidade que ultrapassem a mera sanção pecuniária, avaliando-se tais prejuízos em regular processo administrativo.

Parágrafo Décimo Primeiro - Decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução do serviço, a Administração poderá considerar este como inexecução total ou parcial do contrato, rescindindo-o e aplicando as penalidades **multa pela inexecução, suspensão temporária e declaração de inidoneidade**, a depender do caso concreto.

Parágrafo Décimo Segundo – A inexecução total ou parcial do contrato acarretará a rescisão do contrato, sem o prejuízo das penalidades acima descritas.

Parágrafo Décimo Terceiro – Nos casos omissos, aplicam-se as disposições contidas na Lei 8.666/93.

Parágrafo Décimo Quarto – As sanções aqui previstas não impedem a aplicação de sanções e cominações que se fizerem necessárias, em especial em caso de perdas e danos, danos materiais e morais, mesmo que não expressos no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Quando verificadas situações, que ensejem a aplicação das penalidades/multas, previstas na cláusula anterior, o CONTRATANTE dará início ao procedimento administrativo cabível, de acordo o procedimento definido no Decreto Municipal 5326/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- I. Quando a CONTRATADA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;
- II. Quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, o Contrato a quaisquer empresas ou consórcios de empresas sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;



- III. Quando houver atraso dos serviços pelo prazo de 30 (*trinta*) dias por parte da CONTRATADA sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;
- IV. Quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização,
- V. Nos casos de inexecução parcial ou total do contrato; e
- VI. Nos casos de aplicação das sanções de suspensão temporária e inidoneidade.

Parágrafo Primeiro - Decorrido atraso na execução do objeto, por período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de execução sem manifestação da CONTRATADA, estará caracterizada a inadimplência da mesma ficando assegurado ao CONTRATANTE tomar as medidas cabíveis para a Rescisão Contratual e a aplicação da multa em conformidade com o estabelecido na Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Sétimo.

Parágrafo Segundo - A rescisão contratual não impedirá a aplicação de sanções administrativas descritas na Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo Terceiro - A rescisão contratual poderá ocorrer mediante acordo entre as partes

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: o instrumento convocatório, especificações técnicas, bem como a proposta, anexos e pareceres que formam o processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Ao presente Contrato, nos casos omissos, aplicam-se disposições contidas na Lei 10.520/02, na Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/14, Decreto Municipal 5.326/2016 e demais disposições aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Serão incorporadas a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer alterações que se fizerem necessárias na execução do serviço, nas especificações técnicas, nas quantidades, nos prazos ou nos valores, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA



O prazo de vigência do contrato será de 17 (dezesete) meses a partir da assinatura do contrato e se for do interesse da Administração poderá ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei (Federal) nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será realizada pelo CONTRATANTE, por meio de servidor (es) pertencente (s) a portaria de gestor de contrato vigente, o qual seguirá as disposições da Legislação em vigor, bem como, as condições previstas neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – MODIFICAÇÕES UNILATERAIS DO CONTRATO

A Administração poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos do contratado, nos termos do inciso I, do artigo 58 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 02(duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em xxx de xxx de 2019.

CONTRATADA

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Testemunha: CPF	Testemunha: CPF
--------------------	--------------------



ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PIRAQUARA - PR
REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2019

(razão social da empresa) inscrita no CNPJ nº., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº., **DECLARA**, para fins do disposto no subitem **8.2.4** deste Edital, de **Pregão Presencial nº 56/2019**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses descritas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(Local e data)

.....

(Representante legal)

OBS. 1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.

2). **Esta declaração deverá ser apresentada no momento do credenciamento**, juntamente com os envelopes de habilitação e de proposta, com a pretensão de se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

Observação:

Ao redigir a presente declaração, o Proponente deverá utilizar, preferencialmente, formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.



ANEXO XI

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO CADASTRO SIMPLES

(CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC)

1. Cadastro Municipal a ser realizado de forma geral, o qual a empresa poderá realizá-lo ou não, sendo que se trata de procedimento, não substitutivo ao envelope n. 02 de habilitação da licitante, com a finalidade de agilizar o certame no dia e horário dos lances presenciais.
2. Poderá a empresa apresentá-lo ou não, sendo que a mesma poderá optar por informar apenas o número, no ato do credenciamento.
3. Não serão aceitas cópias ilegíveis que não ofereçam condições de leitura das informações nelas contidas.
4. A documentação necessária é a seguinte:
 - 4.1 Contrato Social e alterações contratuais registradas na Junta Comercial (alterações de sócios, Capital e objeto mercantil e endereço).
 - 4.2 Certidão da Junta Comercial (validade 60 dias). Para empresas com sede em outros estados, a Certidão da Junta Comercial deverá constar data e número do último arquivamento e consulta de filiais (Breve Relato). Sem estes dados a certidão não será aceita.
 - 4.3 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
5. As empresas já inscritas e que possuam COMPROVANTE, deverão anexá-lo junto ao processo de recadastramento;
6. Os documentos deverão ser todos da empresa MATRIZ, caso pretender que a filial se cadastre, a documentação a ser apresentada é a da filial.
7. Senhor Proponente: Favor enviar a documentação via correio, fax ou e-mail para a Divisão de Compras e Licitações. Lembrando que o mesmo não substitui os documentos da habilitação.
8. Para confirmação do cadastro, entrar em contato pelo telefone (41) 3590-3533 - E-mail: cadastrofornecedor@piraquara.pr.gov.br - Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara – Pr CEP 83301-010.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

**JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA EMPRESA FACTON ENGENHARIA E
GEOINFORMAÇÃO EIRELI**

DO RELATÓRIO

A Prefeitura de Vitória publicou edital de Pregão Eletrônico n.º 020/2020, através do processo 591296/2019, que tem como objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DIGITAL NA ESCALA 1:5.000 E SEU PROCESSAMENTO, PERFILAMENTO A LASER PARA GERAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEL, A FORMAÇÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO - CTM/GEO, A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS GEOGRÁFICOS (SGBDG) CORPORATIVO, O RECADASTRAMENTO FÍSICO TERRITORIAL ABRANGENDO TODOS OS IMÓVEIS, LOGRADOUROS E SEGMENTOS DE FACE DE QUADRA LOCALIZADOS NA ÁREA URBANA E DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO, A ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES – PGV, SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS IMPLANTADOS**, com data de abertura para o dia 27/08/2020.

A empresa FACTON ENGENHARIA E GEOINFORMAÇÃO EIRELI, impugnou o edital com as seguintes alegações:

- a) *“O Edital pede em seu item 4.6.3., no qual trata das “Características e funcionalidades do Sistema”, requer 194 (cento e noventa e quatro) funcionalidades, dentre as quais apenas 41 (quarenta e uma), ou seja, 21% das exigências, não estão grifadas como obrigatórias e não se apresenta de forma clara se elas deverão ou não ser entregues ao final do trabalho.
Caso não seja necessário, questiona-se: por que constam na tabela? Caso sejam necessários, quais foram os parâmetros utilizados para que essas constassem como não obrigatórias?
Seria mais coerente deixar todas as funcionalidades como necessárias e estabelecer um percentual? Torna-se, no mínimo, estranha essas exigências, visto que a maioria dessas funcionalidades só precisarão estar realmente disponíveis e operacionais após a finalização dos trabalhos, ou seja, 12 (doze) meses depois, tempo mais que suficiente para as adequações necessárias.”*
- b) *“Algumas exigências saltam aos olhos, como por exemplo, a que exige apresentar interface gráfica nos idiomas português, espanhol e inglês para o ambiente internet, com se depreende da leitura da tabela constante no edital; O referido item desclassificatório é claramente elemento que demonstra direcionamento. É de fácil execução, mas demanda tempo. Como o prazo previsto para a finalização dos serviços é de 12 (doze) meses, seria tempo mais que suficiente para essa e outras funcionalidades incluídas.*
- c) *Igualmente, o item 10 da tabela supracitada, determina quem a empresa tenha integração com o sistema próprio da Prefeitura Municipal de Vitória, chamado de “Rede Bem Estar”. É compreensível que se determine integração com o Sistema E-SUS, uma vez que é o sistema do SUS está presente em todo país, devendo ser utilizado. O que não se mostra razoável é impor restrição quanto ao sistema próprio do Município, uma vez que não é razoável exigir que as empresas de todo o Brasil, adequem seu sistema somente para participar de possível concorrência na cidade.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Ademais, é de se questionar qual a real necessidade prática desses item a não ser dificultar a concorrência? Qual é o percentual da população que tem esses idiomas como único? Quantas são as empresas, em todo território nacional que apresentam integração com o sistema do município?

É o breve relatório.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, destacamos que o prazo para interposição da impugnação encontra-se arrematado no item 6.1 do instrumento convocatório, portanto, a empresa interpôs tempestivamente a sua impugnação, uma vez que obedeceu aos prazos estabelecidos.

Ultrapassada a fase da tempestividade, passemos à análise do mérito.

DA ANÁLISE DO MÉRITO

Cumprido destacar que, quanto ao mérito, trata-se de argumentação de conteúdo técnico, portanto, compete avaliação da Secretaria Requisitante, designado para tais exigências. Sendo assim, enviamos os autos para manifestação da Comissão Técnica da Secretaria Requisitante e a resposta completa encontra-se após a conclusão desse julgamento.

Colacionamos a resposta abaixo, que nos foi repassada pela mesma equipe técnica:

Em resposta ao solicitado pela pregoeira, encaminho resposta ao questionamento em que figura como impugnante a FACTON ENGENHARIA E GEOINFORMALÃO EIRELI.

Quando se propõe uma contratação por pregão, seja eletrônico ou presencial, tem-se como pressuposto que o sistema a ser contratado já exista, não se tratando de serviço de natureza intelectual, já que trata de fornecimento de software e serviços integrados objetivamente obtido no mercado.

Desta forma, o entendimento do impugnante que as funcionalidades só devem estar disponíveis no término dos trabalhos é equivocada.

Quanto a qualificação técnica exigida, ela tem o objetivo de habilitar o maior número de empresas possíveis, não tendo a intenção de avaliar se a proponente atende ou não aos itens do sistema a ser contratado, por isso faz-se necessário a aplicação da Prova de Conceito, parâmetro incorporado no Edital.

Considera-se como premissa que o sistema a ser contratado já exista e uma vez existente não há de se falar em “percentual de atendimento”. Entretanto a equipe



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

técnica municipal definiu uma lista de características e funcionalidades que atendessem as necessidades do Município.

Ressalta-se que é necessário para Prefeitura de Vitória que este atendimento seja na sua integralidade quantos aos itens solicitados na Prova de Conceito, bastando assim, garantir o atendimento aos itens solicitados no edital, conforme justificado no item 1.3 do anexo:

“1.3. Justificativa da prova de conceito

A prova de conceito garante a constatação do funcionamento e a garantia de que o sistema atenderá as necessidades da contratante, uma vez que o licitante vencedor deverá realizar a demonstração completa do atendimento das funcionalidades e características exigidas neste Termo de Referência, logo após a definição do licitante vencedor, conforme estipulado pela Comissão de Licitação, em sessão aberta e pública.”

Quanto ao item 3 da tabela 1, que menciona a interface gráfica em idiomas português, espanhol e inglês, temos a esclarecer o que segue:

O Município de Vitória é conhecido internacionalmente pelo seu potencial turístico, incluindo o turismo de negócios. Desta forma, é intenção dessa municipalidade abranger/oferecer maiores facilidades para consumo destas informações a fim de facilitar o empreendedorismo, inclusive de empresas de fora do país.

Quanto ao item 10 da tabela 1, que menciona integração com o sistema E-SUS Atenção Básica ou com o sistema da Prefeitura de Municipal de Vitória, chamado de “Rede Bem Estar”, a grafia “ou” é bem clara ao sinalizar que a proponente deverá demonstrar a funcionalidade de integração com um dos sistemas supracitados.

Ressaltamos ainda, que a demonstração deste item é reforçada pelo item 7 da mesma tabela que diz:

“Item 7 da tabela 1:

Disponibilização dos dados contidos na Base de Dados através de Webservice/ API (perante usuário autenticado), possibilitando o consumo destas informações por Sistemas externos. A licitante deverá demonstrar a documentação dos serviços disponíveis, bem como utilizar um Sistema cliente próprio ou de terceiros para comprovar seu funcionamento.”

Em resumo, o sistema do proponente deverá estar preparado para esta e/ou outras integrações que a municipalidade julgar necessária.

Por fim, como reafirmado pela própria impugnante, em sistema de informações geográficas as funcionalidades são muito semelhantes entre os diversos sistemas, é entendido que as licitantes interessadas e que dispõe de tecnologia de ponta atenderão os requisitos editalícios solicitados por esta municipalidade.

Nestes termos, a presente impugnação não deve ser acolhida.
Vitória, 26 de agosto de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação – SEGES

Lucia Regina
Senna Miranda
Tourino

Assinado de forma digital
por Lucia Regina Senna
Miranda Tourino
Dados: 2020.08.26
14:32:06 -03'00'

GLAUBER DA
PASCHOA
TEIXEIRA:1117400379
0

Assinado de forma digital
por GLAUBER DA PASCHOA
TEIXEIRA:11174003790
Dados: 2020.08.26 14:35:40
-03'00'

SAMANTHA
CORREIA
MACIEL:0870377272
1

Assinado de forma digital
por SAMANTHA CORREIA
MACIEL:08703772721
Dados: 2020.08.26
14:40:09 -03'00'

Diante do exposto acima e da resposta do Setor Técnico Requisitante, informamos que o edital em comento não sofrerá alterações, mantendo os termos do edital conforme publicado.

DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, a presente impugnação foi **CONHECIDA** pela sua tempestividade, porém no mérito foi julgada **IMPROCEDENTE**, pelos fundamentos ora apresentados, mantendo-se inalterados os termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 020/2020.

Em 26/08/2020

Karina Adelina Schwartz

Pregoeira Municipal

**KARINA ADELINA
SCHWARTZ:07780037
797**

Assinado de forma digital por
KARINA ADELINA
SCHWARTZ:07780037797
Dados: 2020.08.26 18:51:16 -03'00'